

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA**

**ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DE PESSOAS E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: O ESTUDO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS  
CATADORES DE MATERIAL REAPROVEITÁVEL DE RIO CLARO -  
SP**

**VALDEMIR DOS SANTOS DE LIMA**

São Carlos

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA**

**ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DE PESSOAS E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: O ESTUDO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS  
CATADORES DE MATERIAL REAPROVEITÁVEL DE RIO CLARO -  
SP**

**VALDEMIR DOS SANTOS DE LIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr. João Sergio Cordeiro

São Carlos

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L732eg

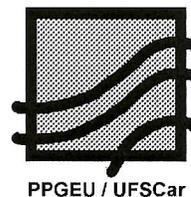
Lima, Valdemir dos Santos de.

Estratégias para gestão de pessoas e economia solidária : o estudo da cooperativa de trabalho dos catadores de material reaproveitável de Rio Claro - SP / Valdemir dos Santos de Lima. -- São Carlos : UFSCar, 2013.  
101 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Resíduos sólidos. 2. Gestão de pessoas. 3. Cooperativas de catadores. 4. Economia solidária. 5. Coleta seletiva. I. Título.

CDD: 363.7285 (20<sup>a</sup>)



## FOLHA DE APROVAÇÃO

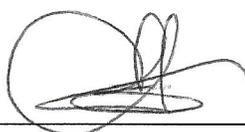
VALDEMIR DOS SANTOS DE LIMA

Dissertação defendida e aprovada em 02/04 /2013  
pela Comissão Julgadora



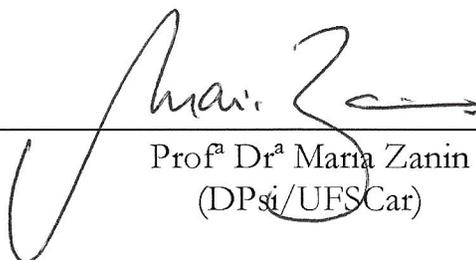
---

Prof. Dr. João Sergio Cordeiro  
Orientador (DECiv/UFSCar)



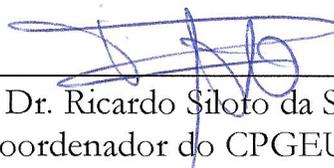
---

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes  
(LAET/UNESP)



---

Prof.ª Dr.ª Maria Zanin  
(DPsi/UFSCar)



---

Prof. Dr. Ricardo Siloto da Silva  
Coordenador do CPGEU

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao autor da vida: Deus. Minha gratidão por permitir desfrutar de um novo dia, e com ele, novos desafios, novos caminhos e novos horizontes. Agradeço por saber que “todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus...” sejam elas boas ou ruins: as boas servem para nos motivar a irmos cada vez mais longe e as ruins para nos dar base e sabedoria em saber que sempre existe uma lição a ser refletida mesmo nos momentos desagradáveis.

Aos meus pais Valdemir e Ivanilda pela proteção, cuidado, carinho e amor oferecido até aqui, do jeito deles, a preocupação que não tem como ser dita, apenas vivenciada.

Ao meu irmão Davi, grande amigo e companheiro que nesses 14 anos, tenho vivenciado ao lado dele.

A minha noiva Tatiani por estar presente, mesmo distante, pelo apoio e por estar ao meu lado nessa nova conquista e muitas que virão, obrigado por estar ao meu lado.

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. João Sergio Cordeiro pela amizade, paciência, sabedoria e experiências vivenciadas até aqui, e que não se importa de repassa-la a todos, e tive a oportunidade de aprender durante essa caminhada.

A todos meus familiares que de alguma forma esteve presente na realização desse trabalho.

Aos meus sogros Zé e Rose e meus cunhados Matheus e Gabi pelo carinho e tempos de muitas risadas.

Aos meus amigos e grandes irmãos da Comunidade Cristo Vive, sou grato a Deus por cada vida que esteve presente até aqui, na pessoa do meu amado Pr. Ideraldo (Dedé) e sua família.

Aos companheiros do programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana pela companhia durante o mestrado, nos momentos de descontração, estudo, debates, troca de saberes e de conhecimento.

A todos da COOPERVIVA, na pessoa da presidente Inair Francisca da Rocha Marcelino, por me ensinar a “viver a vida” de diversas maneiras, por poder aprender e compartilhar muitos momentos de sabedoria, garra, força, angústia e alegrias. Agradeço pela oportunidade de poder executar a pesquisa e poder trocar e adquirir muito conhecimento junto a cada um deles.

À administração do prefeito Du Altimari e Olga Salomão (2009-2012) pelo humanismo dedicado a COOPERVIVA, e pela oportunidade do desenvolvimento da pesquisa junto as secretarias responsáveis pelo grande trabalho desenvolvido com esses trabalhadores.

A todos da Secretaria Municipal de Ação Social, na pessoa da secretária Luci Helena Wendel Ferreira e da diretora da Proteção Básica Marta Ceccato pelo apoio a pesquisa, troca de saberes, oportunidades e de compreensão do trabalho realizado junto a cooperativa.

À Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, na pessoa do ex-secretário Milton Machado Luz e da diretora do Departamento de Resíduos Sólidos Regina Ferreira da Silva.

À Universidade Estadual Paulista – Laboratório de Estudos Territoriais, Departamento de Geografia, na pessoa do Prof. Dr. Auro Mendes, Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ana Tereza, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Ortigosa.

À Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade de fazer parte do corpo discente e pelo aprendizado adquirido nesse período.

Ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, seus docentes e TODOS os funcionários.

À professora Sandra Baldessin pela correção do trabalho e sua paciência.

A todos que de uma maneira ou outra, consciente ou inconscientemente puderam fornecer sabedoria, conhecimento e palavras de apoio a pesquisa realizada.

*“Nossa maior fraqueza está em desistir. O caminho mais certo de vencer é tentar mais uma vez”*

*(Thomas Edison)*

*“Olhe sempre para frente, mantenha o olhar fixo no que está adiante de você.*

*Veja bem por onde anda, e os seus passos serão seguros.*

*Fique longe dos seus lábios a maldade*

*Guarde o seu coração, pois dele depende toda a sua vida”*

*(Provérbios 4: 23, 24, 25 e 26)*

# ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	I
LISTA DE FIGURAS	II
LISTA DE QUADROS	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 OBJETIVOS.....	03
2.1 Objetivos Gerais .....	03
2.2 Objetivos Específicos .....	03
3 EMBASAMENTO TEÓRICO.....	04
3.1 Valorização do trabalho exercido pelo ser humano.....	04
3.2 Resíduos Sólidos .....	10
3.3 Catadores de Resíduos Recicláveis .....	18
3.4 A Experiência da Gestão de Resíduos Realizada em Lisboa/Portugal.....	21
3.5 Exclusão Social: o outro lado da catação .....	25
3.6 Economia Solidária: perspectivas e valores .....	31
3.7 A Economia Solidária no município de Rio Claro/SP .....	38
3.8 Princípios do Cooperativismo .....	39
3.9 Análise de Ferramentas de Estratégia e Gestão: Matriz SWOT e Indicadores de Desempenho sobre Organização de Catadores.....	42
3.10 Reflexão sobre a Construção Coletiva de Saberes e Ações Pautadas na Organização de Movimentos Sociais .....	49
3.11 Revisão dos Aspectos Metodológicos Empregados .....	51
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	55
4.1 Aspectos Gerais .....	55
4.2 Atividades Desenvolvidas .....	56

5 RESULTADOS .....	59
5.1 Da Exclusão à Cooperação: o histórico da COOPERVIVA .....	59
5.2 Descrição do coletivo baseado na ferramenta de análise de grupos.....	72
5.3 Encontros pactuados junto ao coletivo: primeiro encontro .....	75
5.4 Encontros pactuados junto ao coletivo: segundo encontro.....	77
5.5 Encontros pactuados junto ao coletivo: terceiro encontro.....	78
5.6 Visitas e proposta de Criação do Fórum de Catadores .....	79
5.7 Valorização do trabalho dos catadores por intermédio de parcerias entre instituições públicas e privadas .....	82
5.8 Reflexão das ações executadas junto à cooperativa .....	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	92
6.1 Recomendações .....	94
7 REFERÊNCIAS .....	95
ANEXO I Indicadores de Desempenho sobre Organização de Catadores.....	102
ANEXO II Publicação CEMPRE Informa .....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABIPCH/ABIPLA</b>	Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos e Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>PNRS</b>	Política Nacional de Resíduos Sólidos
<b>PNSB</b>	Plano Nacional de Saneamento Básico
<b>PEAD</b>	Poli Etileno de Alta Densidade
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CEMPRE</b>	Compromisso Empresarial para a Reciclagem
<b>MNRC</b>	Movimento Nacional de Catadores de Material Reaproveitável
<b>CIAM</b>	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos
<b>SEBRAE</b>	Serviço de Apoio Micro Pequenas Empresas
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>SIES</b>	Sistema de Informação em Economia Solidária
<b>CETESB</b>	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
<b>SENAES</b>	Secretaria Nacional de Economia Solidária
<b>SEPLADEMA</b>	Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Esquema da coleta seletiva embasada na Política Nacional de Resíduos Sólidos .....	13
Figura 2 - Pontos positivos e negativos, embasados na PNRS, na coleta seletiva .....	14
Figura 3 - Espacialização da coleta seletiva no território brasileiro.....	15
Figura 4 - Disposição final de resíduos domiciliares/públicos.....	16
Figura 5 - Esquema das ações a serem desenvolvidas pelo Plano Brasil Sem Miséria.....	17
Figura 6 - Reunião realizada com representante do DHU e Universidade de Lisboa.....	21
Figura 7 - Serviço de coleta realizada no município de Lisboa, divisão dos sectores.....	22
Figura 8 - Divisão da gestão dos resíduos sólidos no município de Lisboa.....	23
Figura 9 - Recursos humanos e equipamentos utilizados na coleta dos resíduos sólidos pelo DHU.....	23
Figura 10 - Esquema do serviço de coleta realizada no município de Lisboa.....	25
Figura 11 - Matriz SWOT .....	42
Figura 12 - Fluxograma do processo de trabalho .....	58
Figura 13 - Localização do município e perímetro urbano .....	60
Figura 14 - Localização do Aterro Sanitário .....	61
Figura 15 - Catadores do antigo Aterro Controlado .....	62
Figura 16 - Trabalho de fortalecimento da autoestima com os ex-catadores do Aterro Controlado realizado em 1998.....	63
Figura 17 - Barracão localizado no Distrito Industrial.....	64
Figura 18 - Caracterização gráfica dos materiais recolhidos pela COOPERVIVA .....	65
Figura 19 – Mapa referente à coleta seletiva realizada pela COOPERVIVA.....	66
Figura 20 – Gráfico do Radar de Indicadores.....	67
Figura 21 - Primeiro encontro: Café da manhã .....	75
Figura 22 - Primeiro Encontro. Formação: para o grupo com a divisão do logotipo da cooperativa e montagem.....	76
Figura 23 - Locomotiva humana realizada pelos cooperados .....	78
Figura 24 - Dinâmica realizada no Terceiro Encontro. ....	78
Figura 25 - Visita da COOPERVIVA ao município de São Carlos .....	79
Figura 26 - Participação da COOPERVIVA no V ENFAC Assis/SP.....	80
Figura 27 - Primeira Reunião do Fórum de Catadores: 14/01/2012 .....	81

Figura 28 - Segunda Reunião do Fórum de Catadores: 14/02/2012 .....	81
Figura 29 - Terceira Reunião do Fórum de Catadores: São Carlos/SP .....	82
Figura 30 - Equipamentos doados pela empresa Tetra Pak à cooperativa .....	83
Figura 31 - Formação realizada pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (junho/2012) .....	84
Figura 32 - Formação realizada pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (novembro 2012) .....	84
Figura 33 - Reunião dos catadores com representantes do poder público e o prefeito do município .....	86
Figura 34 - Área atual e nova área doada à cooperativa.....	87
Figura 35 - Utensílios para cozinha, higiene e limpeza doados pelo Instituto Consulado da Mulher.....	88
Figura 35 – Representação gráfica dos municípios com coleta seletiva no Brasil.....	89

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da economia solidária no município de Rio Claro .....	39
Quadro 2 - Indicadores pré-estabelecidos pela FGV/ ABIPCH/ABIPLA utilizado .....	45
Quadro 3 - Variáveis e Alternativas utilizadas .....	49
Quadro 4 - Verificação da adequação da proposta de trabalho de valorização da COOPERVIVA a uma pesquisa-ação .....	54
Quadro 5 - Bairros atendidos pela COOPERVIVA .....	65
Quadro 6 - Ferramenta Análise SWOT .....	69
Quadro 7 - Estrutura do coletivo (outubro/2011) .....	70
Quadro 8 - Caracterização dos catadores a partir de olhares de dentro (endogrupo) e de olhares de fora do grupo (exogrupo).....	73
Quadro 9 - Estrutura do grupo a partir de elementos estáticos e dinâmicos .....	74
Quadro 10 - Doações realizadas à COOPERVIVA resultante dos projetos e convênios celebrados ao empreendimento no decorrer da pesquisa.....	88
Quadro 11 - Propostas de melhoria no coletivo tendo por base a pesquisa realizada junto ao coletivo .....	94

## RESUMO

A atuação do sistema capitalista, associada aos aglomerados urbanos, tem contribuído para o crescimento dos resíduos sólidos espalhados nos centros urbanos de pequenas e grandes cidades, constituídos principalmente por materiais que possam ser reciclados. A geração de resíduos vem assumindo proporções que fazem desse assunto uma das principais preocupações de qualquer governo, desencadeando várias ações concernentes à temática. Uma das ações desenvolvidas pelo município de Rio Claro/SP foi a criação de uma Cooperativa de Catadores de Material Reaproveitável – COOPERVIVA, com intuito de reduzir o impacto ambiental gerado por esses resíduos e assegurar um aumento na vida útil ao Aterro Sanitário do município, fortalecendo o trabalho coletivo através da Economia Solidária e ações voltadas à Educação Ambiental. As ações desenvolvidas pela cooperativa têm possibilitado a inserção de novos catadores e o aumento na demanda de resíduos recicláveis coletados pela cooperativa. A necessidade da gestão do coletivo, objetivando a valorização pessoal, o processo de trabalho coletivo do grupo, as condições de formação educacional dos indivíduos e sua relação com o poder público local configuram o objetivo desse trabalho, que resultou em estratégias de gestão mais eficazes no cotidiano de cada cooperado, proporcionando-lhes um ambiente de trabalho diferenciado e de maneira mais solidária, a fim de oferecer um benefício econômico e social com práticas de reconhecimento e da importância do trabalho que cada cooperado tem desenvolvido no município através de parcerias estabelecidas entre o poder público local e federal, instituições privadas e não governamentais, embasada na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

**Palavras chave:** Gestão de Pessoas. Cooperativa de Catadores. Economia Solidária. Coleta Seletiva. Resíduos Sólidos.

## ABSTRACT

The performance of the capitalist system, associated with urban areas, has contributed to the growth of solid waste scattered in urban centers of towns and cities, consisting mainly of materials that can be recycled. The generation of waste has assumed proportions that make this issue a major concern of any government, triggering several actions pertaining to the theme. One of the actions taken by the Rio Claro / SP was the creation of a Cooperative Collectors of Recyclable Material - COOPERVIVA, aiming to reduce the environmental impact generated by this waste and ensure an increase in the useful life of the county landfill, strengthening collective work through the Solidarity Economy and actions for Environmental Education. The actions developed by the cooperative have allowed the insertion of new collectors and increasing demand for recyclable waste collected by the cooperative. The need for collective management, aiming at personal development, the process of collective work of the group, the conditions for educated individuals and their relationship with the local government set up the goal of this work, which aims to propose management strategies more effective in daily life of each member, providing them with a work environment in a more differentiated and solidarity in order to provide an economic benefit and social practices with recognition and importance of the work that each member has developed in the city.

Keywords: People Management. Pickers Cooperative. Solidarity Economy. Solid Waste.

## 1 INTRODUÇÃO

As ações voltadas à coleta seletiva dos resíduos sólidos, triagem, e a inclusão dos catadores desses materiais, são diretrizes que conduzem a sociedade e o poder público à busca de alternativas para reduzir a quantidade de resíduos produzidos e dispostos inadequadamente no meio urbano, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento e fortalecimento da questão social, ambiental e cultural, no que tange ao indivíduo e à comunidade.

O impulso da sociedade à prática de consumo, tendo em vista o modelo de desenvolvimento econômico predominante, reflete suas conseqüências no âmbito ambiental, pois proporciona resultados e impactos, gerados no pós-consumo: os resíduos sólidos.

A produção excessiva e diversificada de resíduos na sociedade urbana atual tem ocasionado impactos negativos na esfera política, ambiental e social, dificultando a gestão sustentável desses resíduos urbanos, tendo como conseqüência a preocupação dos gestores públicos em nível municipal, estadual e federal.

O aumento populacional, o modo de viver da sociedade no sistema capitalista, o incremento do consumismo e as novas tecnologias têm contribuído para o crescimento dos resíduos sólidos espalhados por diferentes pontos das cidades (LIMA, 2010).

Assim, minimizar a produção dos resíduos é uma das principais metas para a redução dos impactos negativos ocasionados aos recursos naturais, e, conseqüentemente, ao ser humano. Para a redução dos resíduos sólidos são necessárias medidas que implicam na mudança de hábitos e dos padrões existentes de produção e de consumo, bem como a implantação de um sistema de gerenciamento integrado, sustentável economicamente, socialmente justo e ambientalmente eficiente.

Com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº. 12.305), sancionada em 2 de agosto de 2010, diversas ações e projetos têm se desencadeado nos municípios brasileiros, com o objetivo de implementar a gestão eficiente dos resíduos sólidos. É possível observar que muitos indivíduos (em condições de vulnerabilidade social e financeira), utilizam os resíduos gerados pela sociedade consumista, pois se trata de material que pode ser comercializado e reciclado, contribuindo para geração de trabalho e renda, proporcionando sustento de muitas famílias.

No meio urbano, o recolhimento dos resíduos recicláveis tem sido realizado por diversos catadores autônomos, sujeitos a riscos e acidentes, além de ser uma atividade menosprezada pela sociedade, quando realizada de forma desorganizada, utilizando as ruas e

terrenos baldios para segregar e armazenar o material. Por outro lado, ao se organizarem através de cooperativas ou associações de catadores, tais trabalhadores podem se tornar parceiros de programas institucionais de coleta seletiva e mudar esse perfil estigmatizado (SILVA et al., 2009).

A regulamentação da PNRS define que o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorize a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. A organização dos catadores em cooperativas tem por finalidade a construção de empreendimentos autogestionários, possibilitando a criação de núcleos de beneficiamento primário dos resíduos recicláveis absorvidos diretamente na fonte, ou seja, domicílios, estabelecimentos comerciais, condomínios e empresas.

Sabe-se que o processo de recolhimento dos resíduos diretamente da fonte diminui a quantidade de resíduos que iriam até ao aterro sanitário, possibilitando, assim, que seja minimizado o procedimento de garimpagem de lixões, evitando-se gastos com transporte desses resíduos até o aterro para posterior separação, e, sobretudo, erradicando a situação de degradação humana vivenciada por muitas famílias que até mesmo residem nesses locais, à espera do que possa ser reaproveitado para o próprio consumo ou para trocar no mercado.

Uma das grandes barreiras para a viabilidade de cooperativas é a gestão, pois em grande parte seus associados apresentam pouca escolaridade e conhecimento na área administrativa. A necessidade de apoio externo até que se crie uma cultura cooperativista, e que associados possam gerir sozinhos seus empreendimentos, é demonstrada em todas as discussões e análises com relação ao tema.

A existência de trabalho de base e de atualizações de informações em diferentes aspectos de conhecimento, juntamente com os cooperados, é de fundamental importância, pois, de alguma forma, são trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de trabalho e, na maioria das vezes, sem nenhuma possibilidade de retornar a esse mercado.

Tendo como pano de fundo a temática dos resíduos sólidos que podem ser reutilizados e reciclados, e a gestão de pessoas dentro desse sistema, o objetivo deste trabalho foi analisar as relações de trabalho do coletivo e propor estratégias de gestão ao grupo, levando em consideração os aspectos físicos e os aspectos de conhecimento do trabalho em que estão inseridos.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivos Gerais**

O objetivo desta pesquisa foi analisar as relações de trabalho do coletivo pertencente a uma cooperativa de catadores de material reciclável, e propor estratégias de gestão ao grupo, especificamente a COOPERVIVA, localizada no município de Rio Claro.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- analisar o processo de trabalho coletivo do grupo;
- analisar a relação do grupo junto ao poder público;
- propor formas de ações para melhora das condições de trabalho e efetividade dos resultados finais.

### **3 EMBASAMENTO TEÓRICO**

A revisão bibliográfica realizada consiste na explanação de argumentos que subsidiem a pesquisa, contemplando definições da valorização do ser humano, resíduos sólidos, catadores, economia solidária, constituição de cooperativas de catadores, possibilidades e expansão desses empreendimentos através de ferramentas de gestão e a experiência de Lisboa/PT na gestão de resíduos sólidos.

#### **3.1 Valorização do trabalho exercido pelo ser humano.**

De acordo com Dantas (2007), o ser humano traz consigo, desde o seu nascimento, um estado chamado de "neotenia", no qual cada um carrega em si a falta de condições de sobrevivência necessárias para buscar seu alimento, ou se proteger dos perigos da natureza. Além disso, as pessoas apresentam emoções, e necessitam de outro ser humano, para assim se "humanizar". O autor afirma que o homem é um ser social, e sua necessidade de se socializar está intrínseca em sua personalidade; prosseguir fora desse contexto é uma situação de negação de sua própria natureza.

A necessidade da sobrevivência humana faz com que as pessoas busquem alternativas para alcançar suas idealizações. O ser humano é um ser de necessidades que só se satisfazem socialmente, em relações que o determinam. O sujeito não é apenas um sujeito relacionado, é um sujeito produzido numa práxis (atividade de transformação das circunstâncias, as quais determinam o sujeito a formar ideias, desejos, teorias e ideais; responsável pela construção e desconstrução de circunstâncias vivenciadas pelo indivíduo). No sujeito não há nada que fuja da interação entre indivíduos, grupos e classes (PICHON-RIVIÈRE; QUIROGA; GANDOLFO; LAZZARINI, 1969).

A necessidade do homem de se aglomerar em tribos e comunidades para satisfazer suas necessidades e, conseqüentemente, viabilizar sua sobrevivência, fez nascer e regulamentar ferramentas que pudessem melhorar a conduta e as relações humanas formadas a partir da humanização dos coletivos e grupos. É possível observar, ao longo da história humana, a busca pela sobrevivência e o domínio através das lutas.

Ihering (2008), sustenta essa afirmação, dizendo que todos os direitos da humanidade foram conquistados através da luta, e todas as regras importantes criadas pelo ser humano, o direito do ser humano, o direito de um povo, ou o direito particular, no seu princípio,

excluindo aqueles que se opõem, faz presumir decisão e convicção em mantê-las com firmeza.

A regulamentação da conduta e das relações humanas definidas está inserida como instrumento do Direito, elucidada por Ihering (2008) em dois sentidos – os direitos aplicados pelo Estado para ordem legal do indivíduo em âmbito social, e aquelas aplicadas como sanção ao descumprimento de uma regra de conduta. O que se espera e se deseja do Estado é o olhar para os direitos humanos, isto é, que permita que cada um siga seu próprio caminho, e que permitam que todos o façam em paz, protegendo a segurança de seus corpos e posses, aprisionando os “descumpridores” das normas (assaltantes, criminosos reais e potenciais), mantendo a sociedade “limpa” daqueles que a “sujam” (BAUMAN, 2005).

A ausência, ou mera falta de clareza das normas – anomia – é o pior estágio que pode acontecer ao indivíduo em sua luta para dar conta dos afazeres da vida (BAUMAN, 2005). O autor continua afirmando que:

[...] a rebelião contra as normas, mesmo que os rebelados não tenham se tornados besta de uma vez por todas, e, portanto, perdido a capacidade de julgar sua própria condição, é uma agonia perpétua de indecisão ligada a um Estado de incerteza sobre as intenções e movimentos dos outros ao redor...Padrões e normas impostos por pressões sociais condensados poupam essa agonia aos homens, graças a monotonia e à regularidade de modos de conduta recomendados...uma vez que as tropas da regulamentação normativa abandonam o campo de batalha da vida, sobram apenas dúvida e medo (BAUMAN, 2005, p.28).

À medida que o ser humano evolui, o desenvolvimento de seus sentidos materiais e imateriais, e o próprio universo que habita, tornam-se cada vez mais presentes em si (ARRUDA, 2009). Uma das maneiras do homem suprir suas necessidades e em troca receber seu sustento ocorre pela venda de sua mão de obra.

Quando o indivíduo não encontra mecanismos e formas de trocar o abstrato (conhecimento, habilidade, criatividade) em algo fatível (concretude de uma ação realizada pelo indivíduo), o sujeito automaticamente entra em um estágio de crise, o indivíduo “freia bruscamente” no sentido que estava percorrendo, e inicia-se um retrocesso de anseios, expectativa e sentimentos que começam a se fragmentar e a se decompor. Essa condição mental desagradável, aflitiva e incapacitante chamada de depressão não é o único sintoma do mal-estar avassalador de uma sociedade moderna e líquida (BAUMAN, 2005).

Uma das problemáticas que permeia a sociedade atual é o desemprego, especificamente, a baixa ou nenhuma expectativa de trabalho para os indivíduos recém-formados, ou mesmo para aqueles que já participam dessas relações de trabalho e emprego no mundo moderno, globalizado e dinâmico, coalizado com um sistema preocupado em ampliar

os lucros, extinguindo os custos com a mão-de-obra e desvalorizando o trabalho exercido pelo ser humano.

A sociedade incorporou a problemática do desemprego a uma carga semântica da autoconsciência, de uma sociedade que foi induzida a classificar e acreditar que cada sujeito é “produtor”, e que o emprego não se caracteriza, de acordo com Bauman (2005), apenas “como condição desejável e atingível, mas apenas como um derradeiro destino, uma solução para a resolução dos problemas e da identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva, da ordem social e da reprodução sistêmica.”

Quando retrocedemos na história do trabalho humano, deparamos com uma profunda metamorfose nas relações entre os que ofereciam a força de seu trabalho, e aqueles que dela se utilizavam. O trabalho humano se transformou de prestação servil, exploratória e desumana, para uma prestação subordinada, assalariada e duplamente dependente; o trabalhador necessita exercer determinada atividade para, dela, retirar seu sustento, enquanto aqueles que se utilizam da mão-de-obra oferecida pelo trabalhador precisam produzir o bem da vida ou gozar e usar os frutos gerados pelo trabalho oferecido pelo sujeito, uma relação de interdependência (STUCHI, 2010).

Analisando os caminhos, as lutas e entraves dos trabalhadores, de modo a executar seu trabalho, podemos visualizar a Revolução Francesa, pautada pelo Iluminismo, que tinha como lema os ideais de fraternidade, igualdade e liberdade, sufocados pela monarquia, na qual as relações do comércio e do trabalho estavam centralizadas em regras estruturais regidas pelas corporações de ofício.

Em meados do século XVIII, a burguesia dominava a economia e todo o sistema regido pelo capitalismo, mas ainda havia resquício do Antigo Regime, e, quando a burguesia assume, incorpora para si as insatisfações dos grupos sociais, transformando-se na única referência para eliminar as estruturas do sistema vigente, unindo forças com o proletariado, anulando a opressão da monarquia e transformando as relações de trabalho. Um novo modelo inicia-se a partir de então, o liberalismo nas relações de trabalho e político-sociais. Os grupos detentores dos meios de produção mantinham um diálogo direto com os que ofereciam sua mão-de-obra. No entanto, de acordo com Nascimento (2001), a percepção central do liberalismo é de uma sociedade política direcionada ao consentimento do sujeito que se mantém em estado de natureza, e na qual cada um, embasado na vontade geral, vive em liberdade e igualdade com garantia da propriedade de tudo que possui.

A essência do liberalismo está pautada na mínima interferência do Estado nas relações sociais e econômicas, **sendo este último apenas o mantenedor** das relações já estabelecidas, incluindo as relações de trabalho, não se posicionando nas relações estabelecidas entre os trabalhadores e os empregadores, mantendo uma relação de autonomia de vontades (BOYER, 1986; CASTELS, 1999).

A partir da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, o cenário começa a sofrer transformações, a população urbana começa a crescer mais do que a rural, favorecendo a produção de instrumentos sofisticados para o trabalho na terra, modificando o sistema de produtividade e de organização do trabalho no campo.

Conforme Corrêa e Rosendahl (2004), a emergência do capitalismo se dá a partir da Revolução Industrial na Inglaterra. A dinamização da economia e a intensificação dos intercâmbios comerciais exigiram ampliação das vias de comunicação, o meio de transporte ferroviário possibilitou o aparecimento de novas regiões industriais na Europa e novos produtos foram colocados no mercado. O desenfreado crescimento populacional na Europa, em conjunto com o aumento dos postos de trabalho nas indústrias, culminou com o domínio daqueles que detiam os meios de produção.

Os empregadores começaram, baseados na livre iniciativa e no liberalismo exacerbado, a explorar demasiadamente a mão-de-obra, com abusos em matéria de tempo, condições de trabalho, condições de vida, desrespeito à saúde e à vida do trabalhador. Houve uma deterioração da condição humana sem precedentes. Homens, mulheres e crianças trabalhavam diuturnamente, sem descanso, nem quaisquer condições de trabalho ou limites de horário. Muitas dessas pessoas perderam a vida devido às más condições de trabalho. Essa situação insustentável dentro das relações de trabalho desencadeou diversas manifestações populares em toda a Europa durante os séculos XVIII e XIX (STUCHI, 2010 p.132).

A insatisfação da sociedade excluída dos meios de produção, portanto inoperante, fez nascer diversos movimentos de manifestação e de indignação contra o sistema que havia dominado. A Revolução Cultural formada por grupos étnicos, religiosos, sexuais e ideológicos organizou-se para manifestação política na cidade (FRANCISCO, 2002)

Em paralelo ao crescimento exacerbado e o domínio do sistema na sociedade, formada pelo sujeitos que compunham toda essa malha, o Estado, que tinha como função regular as relações do capital e o trabalho, com objetivo de suprir a infra-estrutura exigida pelo capital e o suporte à reprodução do coletivo (força de trabalho), atingiu o pico de crise. Não era mais possível favorecer núcleos urbanos e industriais, e setores modernos da economia, inviabilizando e incapacitando os níveis de conforto exigidos pelas camadas mais abastadas da população. O Estado, de acordo com Ramalho (2005, p.37):

[...] inicia uma intervenção normativa sistemática nesta área, pondo termo ao abstencionismo legislativo que caracterizara o século. A partir desta época,

regulariza-se a emissão de legislação avulsa em matéria de tempo de trabalho, de condições de trabalho, de segurança e higiene no trabalho, de acidentes de trabalho e de jurisdição laboral, em boa parte pelo impulso da doutrina social da Igreja.

As desigualdades ocasionadas pelo sistema, as lutas das classes menos favorecidas, as retaliações das classes dominantes, e o Estado pressionado para apaziguar a situação, propiciou o surgimento do Direito do Trabalho, entendido como um contrato celebrado livremente por indivíduos no mesmo patamar de igualdade formal, uma relação de trabalho clássica, uma relação econômico-social regida por uma rede de proteção legislativa, sempre disponível a estender o seu manto protetor sobre o desvalido social, que vem passando por transformações até os dias de hoje (ROMITA, 2005).

O Direito tem como objetivo a regulamentação das condutas sociais, buscando atingir o ideal de justiça, peculiar em cada área pretendida. Esse valor consiste na melhora das condições de pactuação do trabalho, exercido na esfera socioeconômica (DELGADO, 2009).

A função descrita do Direito do Trabalho faz abordar uma valorização do ser coletivo, não somente um viés específico – trabalhador ou empregador – e, sim, o grupo no mesmo patamar de convicções e pactuação, tendo em vista que o trabalho subordinado, presente no sistema capitalista, se tornou um meio de condição de sobrevivência, poder social e qualidade de vida aos que não possuem os meios de produção e capital necessários.

A valorização do trabalho desenvolvido pelo sujeito não se restringe, apenas, em criar medidas de proteção ao trabalhador, mas de admitir o trabalho e o trabalhador como principal agente de transformação da economia e do meio onde ele está inserido, excluindo-se o debate relativo às transformações da estrutura da sociedade, onde o capital deixa de ser o centro dos estudos econômicos, passando a ser analisada a força produtiva humana.

O trabalho desenvolvido pelo ser humano **figura como atividade que este desenvolve** para sua satisfação e, também, satisfação de outra pessoa. O sujeito, **para sua sobrevivência e satisfação de seus objetivos pessoais**, depende do trabalho oferecido por empresas, empreendimentos, instituições, comércio, serviços etc. Assim como os empregadores necessitam de pessoas para que o trabalho seja executado. São as pessoas que proporcionam o dinamismo, criatividade, impulso e racionalidade ao ambiente de trabalho, desde o processo de criação até o processo de concretização de um determinado produto ou ideia, uma relação simbiótica entre “coisas” e pessoas (CHIAVENATO, 1999)

No entanto, as pessoas não são iguais às “coisas”; não existe um modelo único para o ser humano, de maneira que todos correspondam, desenvolvam, pensem e se articulem como **um só ser**. O desenvolvimento de atividades junto a outras pessoas, possibilita o crescimento e

amadurecimento de ideias, soluções mais próximas de problemas, articulação e diálogo com objetivo de proporcionar um ambiente mais sociável e dinâmico, no entanto, existe a necessidade de saber trabalhar em grupo, tendo em vista que cada um pensa, articula e possui seu determinado tempo de resolução de uma determinada situação.

A necessidade da gestão pessoal em ambientes coletivos possibilita um rendimento maior e aprimoramento de ações, metas e desenvolvimento do “espírito de equipe” nas pessoas. Estamos inseridos num sistema onde o conhecimento, o talento e a capacidade humana são tratados como ferramentas de competitividade individual. É necessário observar que essas qualidades devem ser revertidas em favor da cooperação dos indivíduos para uma determinada finalidade grupal dentro dos empreendimentos e organizações. Precisamos, assim, resgatar o propósito do “ser” humano na organização, a fim de torná-los competentes para atuar em suas atividades como colaboradores (MIRANDA, 2009). É com este cenário que as organizações devem ter a visão de que o Capital Humano será seu grande diferencial. Com isso, surge um novo paradigma em Gestão de Pessoas.

De acordo com Gil (2008, p.8), Gestão de Pessoas refere-se à “função gerencial que visa a cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos, tanto organizacionais quanto individuais”.

Por meio da constatação das necessidades de priorizar os valores sociais e psicológicos das pessoas, a valorização das relações humanas no trabalho têm sido trabalhada no interior das organizações. Com os avanços observados nas últimas décadas, as organizações têm buscado novas formas de gestão, com o intuito de melhorar, alcançar resultados, e atingir a missão institucional para o pleno atendimento das necessidades dos clientes. Nota-se, também, que o sucesso das organizações modernas depende muito do investimento nas pessoas, com a identificação, aproveitamento e desenvolvimento do capital intelectual (CHIAVENATO, 1999).

A real vantagem competitiva no mercado não está somente representada na vertente financeira ou nos altos investimentos em tecnologia, mas, sim, nas pessoas que compõem a organização, que movimentam tudo isto no cotidiano. Um dos caminhos que poderá ser percorrido é o aprimoramento da gestão de pessoas, tendo como premissas a valorização do capital intelectual e a modernização do processo produtivo (PAPANI, 2009).

As ações voltadas à Gestão de Pessoas possuem características como: promover, planejar, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas relacionadas à seleção, orientação, avaliação de desempenho funcional e comportamental, capacitação, qualificação,

acompanhamento do pessoal da instituição num todo, assim como as atividades relativas à preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho (PAPANI, 2009).

O mecanismo imposto pelo sistema econômico dominante, exploratório, exclusivo e repulsório, favorece a estruturação de paradigmas totalmente contrários à valorização humana, onde o “ter”, adquire mais importância que o “ser”. A articulação do capital humano tem crescido e agregado valores, de tal forma que novos conceitos de organizações tem repercutido no Brasil e no mundo. Empresas, organizações, grupos e empreendimentos, denominados autogestionários, têm motivado várias pessoas ao desenvolvimento de trabalhos movidos pela valorização do capital humano, e não somente pelo capital financeiro e econômico.

Esse novo modelo de gestão pessoal, trabalhado nesses locais, será abordado no decorrer da dissertação, com intuito de mostrar novos paradigmas e modelos de gerenciamento que colidem com o capitalismo, mas que estão crescendo e ganhando forma. A cooperativa a ser estudada pressupõe um empreendimento econômico solidário, autogestionário, o qual tem trabalhado diretamente na cadeia produtiva de resíduos recicláveis com pessoas de diversos níveis de conhecimento, mas com a valorização do “ser” humano.

### **3.2 Resíduos Sólidos**

A existência de resíduos sólidos vincula-se, diretamente, à existência do ser humano. Baasch (1995) corrobora, afirmando que a problemática dos resíduos sólidos advém desde quando os seres humanos começaram a se reunir em tribos e, posteriormente, em grandes comunidades.

Dias (2000) enfatiza que o problema do resíduo gerado nas cidades está presente na maioria dos municípios brasileiros, que procuram resolver a questão de diversas formas, principalmente relacionados à disposição (aterros controlados e sanitários) e ao tratamento (incineração, coleta seletiva para posterior reciclagem etc.). Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011) demonstra que 6,6% é o aumento de geração de resíduos sólidos *per capita* entre 2008 e 2009, no mesmo período, a população brasileira cresceu 1%.

O dinamismo das intervenções realizadas pelo homem, juntamente ao sistema exploratório dos recursos naturais, tem proporcionado consequências irreversíveis ao meio onde vivemos. Uma das principais, ocasionadas pelo regime de produção, são os resíduos sólidos gerados, sejam eles sólidos, líquidos ou gasosos.

É possível observar que, além das consequências concretas ocasionadas pelo sistema capitalista, a produção de miséria, fome e exclusão caracterizam-se como um dos principais resultados do sistema vigente.

O lucro, como referencial da ação empresarial, mantém-se como ideologia do modo de produção capitalista, caracterizado pela economia de mercado, apoiada, hoje, no neoliberalismo; em paralelo, está ele diretamente ligado ao consumismo desenfreado, que gera desperdício e grande produção de resíduos (ZANETI, 2006).

Conforme Lei 12.305/2010, resíduos sólidos são definidos como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semi-sólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face de melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

A palavra resíduo deriva do latim *residuu*, e significa sobras de alguma atividade ou processo de transformação de materiais. Foi adjetivada de “sólido” para diferenciar dos restos líquidos lançados no esgotamento sanitário, bem como dos resíduos gasosos das chaminés lançados à atmosfera (SUCOMINI, 2006).

Atualmente, a palavra “lixo” vem sendo substituída pelo termo “resíduo”, porém, não há uma unanimidade entre os autores. Conforme NBR 10004:2004, resíduo sólido é definido como “estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição [...]” (ABNT, 2004, p.7)

É importante diferenciarmos os resíduos sólidos recicláveis (categoria de resíduo que inclui *resíduo sólido seco* e *resíduo sólido compostável*). Quando misturados, restos de alimentos, embalagens descartadas e objetos inservíveis tornam-se materiais com baixo valor agregado, cujo destino é o aterro sanitário, uma medida ambientalmente adequada.

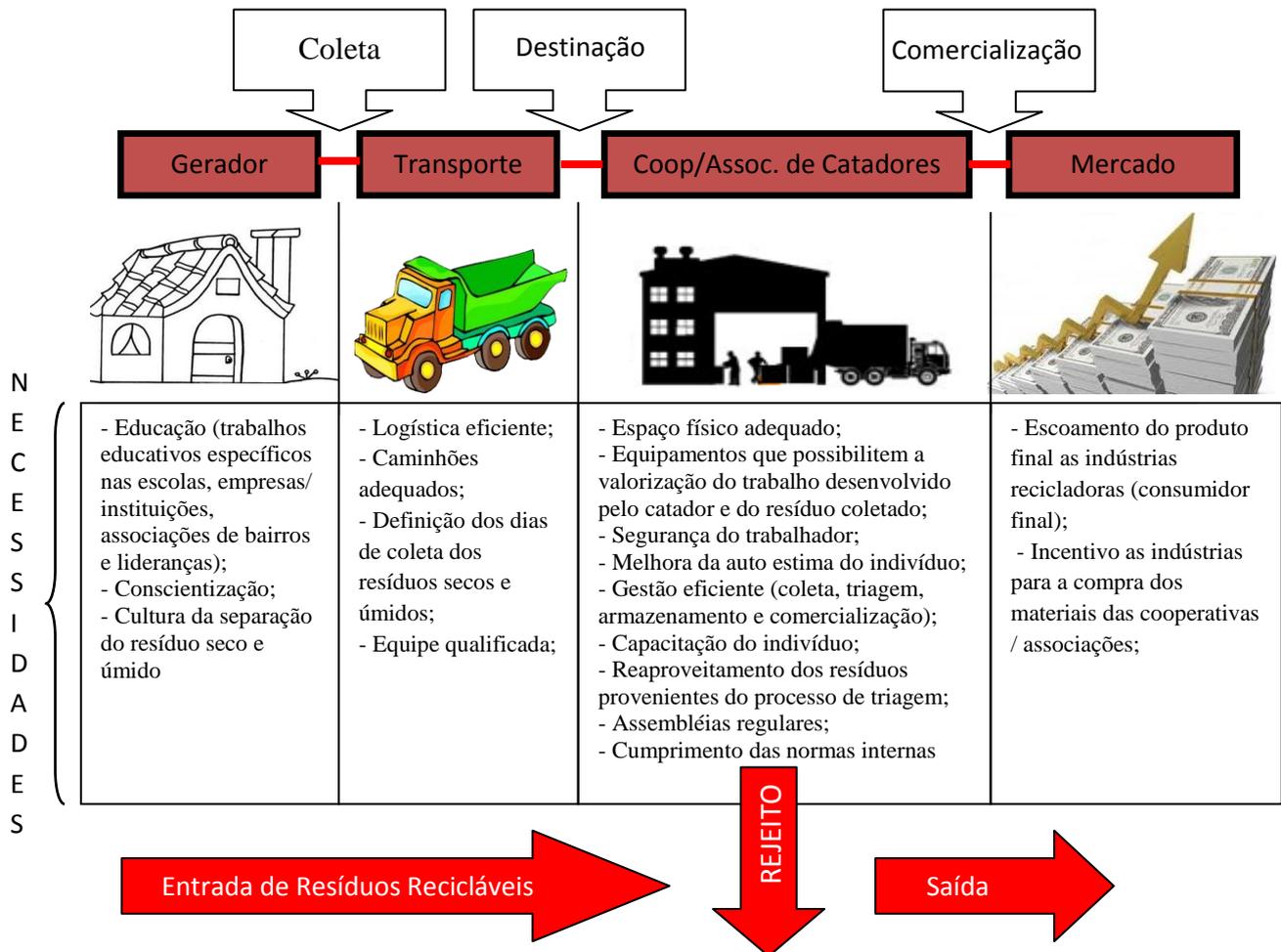
De acordo com Pesquisa Nacional de Saneamento – PNSB, desenvolvida pelo IBGE (2008), a quantidade de resíduos coletado no Brasil supera a marca dos 259 mil T/ dia; dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 994 municípios possuem coleta seletiva. A pesquisa aponta, ainda, que mais de 50% dos municípios brasileiros dispõem seus resíduos em vazadouros (lixões), local sem nenhuma medida de proteção para o solo e, conseqüentemente, para o lençol freático, cerca de 22% em aterros controlados, local onde existe a compactação do solo antes da disposição dos resíduos, mas sem nenhum tipo de cobertura para o solo, o resíduo apenas é enterrado, e pouco mais de 27% em aterros sanitários, local ambientalmente mais adequado, com cobertura do solo com uma manta de PEAD (Polietileno de Alta

Densidade) e queima do gás metano ou reaproveitamento para biogás. Pouco mais de 11% dos municípios realizam a triagem dos resíduos potencialmente recicláveis.

No entanto, por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada através da Lei 12.305/2010 e por Decreto Presidencial, em 23 de dezembro de 2010, proíbe-se a destinação de materiais que podem ser reciclados aos Aterros Sanitários, sendo que até 2014 deverá ocorrer a total adequação à Lei. Os municípios terão que elaborar um marco legal referente à coleta seletiva realizado, preferencialmente, por catadores organizados.

A regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) enfatiza os catadores de materiais recicláveis. Está definido que o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a logística reversa priorizarão a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

Para a efetivação concreta e eficiência na gestão dos resíduos sólidos, desde sua geração até a disposição final dos resíduos, um amplo caminho deverá ser percorrido, levando em consideração diversos fatores e pontos frágeis que terão que ser solidificados, por exemplo, a conscientização e educação dos geradores de resíduos, transporte e logística eficiente, situação hoje ineficiente em grande parte dos municípios brasileiros. Nas figuras 1 e 2, inseridas nas próximas páginas, é possível observar o caminho que o resíduo terá que percorrer embasado na PNRS, as necessidades para o seu cumprimento e os pontos negativos ao não cumprimento das ações estabelecidas pela Lei.



**Figura 1 - Esquema da coleta seletiva embasada na Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Fonte: Próprio autor

Pode-se observar que vários atores são essenciais a real efetivação dos preceitos estipulados pela lei. Dessa forma a coleta seletiva somente terá sucesso com a real participação do gerador em sua residência. O mesmo deverá ter uma conscientização e entendimento de suas ações na geração.

O transporte dos resíduos coletados deverá ser realizado por pessoas que pertençam a cooperativa e que tenham o conhecimento da real dimensão de seu trabalho. Os equipamentos disponíveis deverão ser adequados e mantidos para que o sistema de transporte seja o mais profissional possível.

A infraestrutura de localização da cooperativa/associação devera ter arranjo adequado, equipamentos e capacitação dos trabalhadores para o máximo aproveitamento dos materiais recicláveis disponibilizados. Além disso, os cooperados deverão ser treinados para entendimento de seu real papel no processo, serem preparados para ler e escrever adequadamente, e conhecer o provável mercado dos materiais que estão preparando. Assim, o

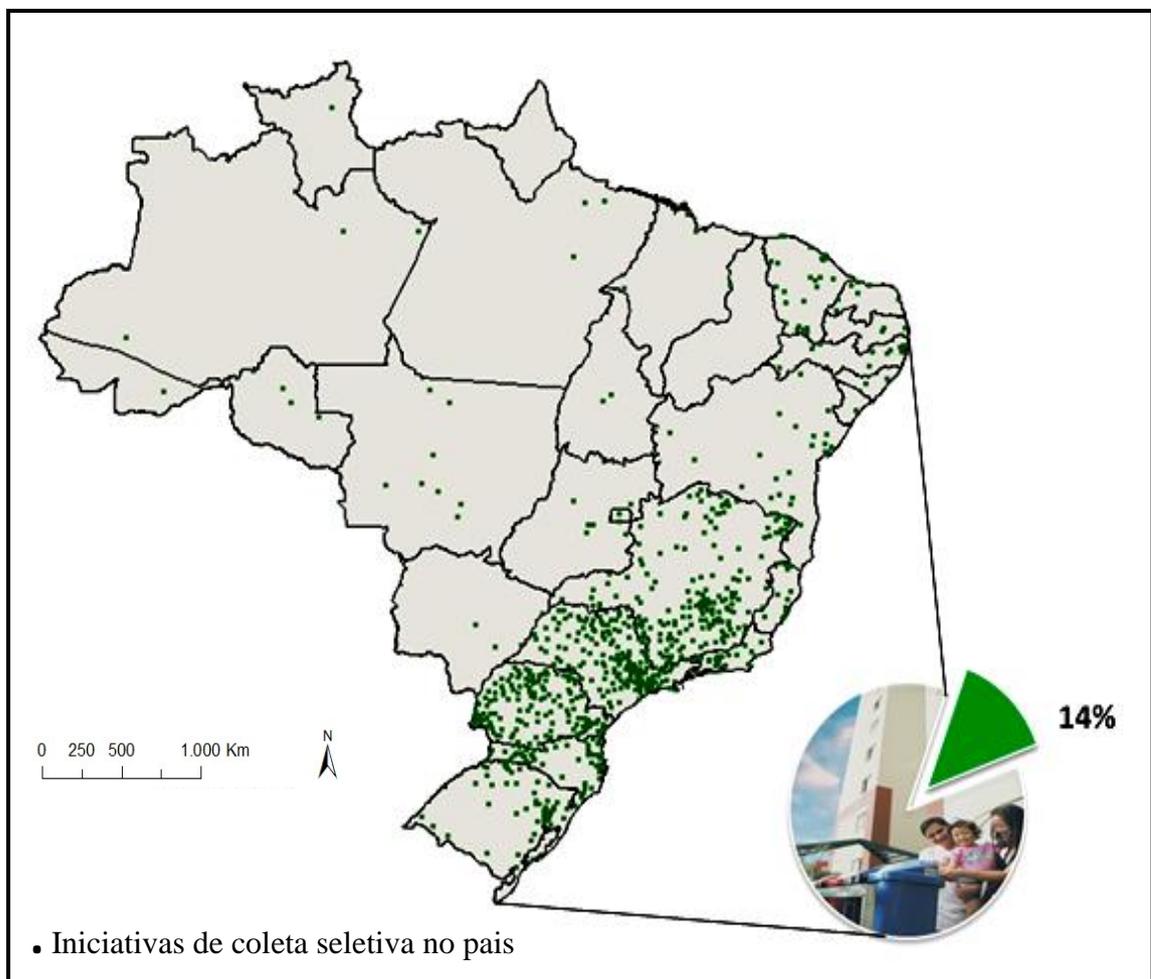
entendimento de custos e mercado são fundamentais na evolução desse sistema de cooperativista. Para a real efetivação da PNRS, é necessário o entendimento do processo descrito pela figura 1 e o desenvolvimento de gestão que seja compatível com as observações apontadas na Figura 2.

Cenário positivo com aplicabilidade da PNRS		Cenário negativo a não aplicabilidade da PNRS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução na fonte e segregação adequada dos resíduos;</li> <li>- Melhor conscientização ambiental com a implantação da coleta seletiva dos resíduos;</li> </ul>	<div data-bbox="724 591 869 645" style="background-color: #800000; color: white; padding: 2px; margin-bottom: 5px;">Gerador</div> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não realização da coleta seletiva;</li> <li>- Disposição inadequada de materiais potencialmente recicláveis;</li> <li>- Geração de perdas econômicas e ambientais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição e fixação de dias e horários específicos à coleta dos resíduos recicláveis;</li> <li>- Equipe de transporte capacitada e treinada;</li> <li>- Projeto de coleta abrangente nos vários locais da cidade de forma atender toda região urbana</li> <li>- Equipamentos adequados, privilegiando a segurança dos trabalhadores</li> <li>Destinação dos resíduos recicláveis aos catadores organizados;</li> </ul>	<div data-bbox="715 831 879 884" style="background-color: #800000; color: white; padding: 2px; margin-bottom: 5px;">Transporte</div> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de organização na logística;</li> <li>- Disposição dos resíduos recicláveis nos aterros sanitários;</li> <li>- Caminhões inadequados;</li> <li>- Numero insuficiente de caminhões para efetivação da coleta;</li> <li>- Operadores não adequadamente preparados;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio das prefeituras/entidades de fomento;</li> <li>- Equipamentos e infraestrutura adequada aos catadores (maquinário, segurança, capacitação, formação, estabilização financeira do cooperado);</li> <li>- Cumprimento dos marcos legais que favoreçam a cultura cooperativista /associativista;</li> <li>- Autogestão do empreendimento;</li> <li>- Gestão adequada do empreendimento (<i>layout</i>; logística de coleta dos materiais nos domicílios, comércio e indústria; rodízio de poder entre os cooperados);</li> </ul>	<div data-bbox="676 1227 938 1281" style="background-color: #800000; color: white; padding: 2px; margin-bottom: 5px;">Coop/Assoc. de Catadores</div> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio as cooperativas /associações para efetivação da coleta seletiva;</li> <li>- Falta de infraestrutura para o trabalho dos catadores;</li> <li>- Gestão inadequada do processo de trabalho e descumprimento dos princípios da autogestão e do regulamento interno;</li> <li>- Descumprimento dos Marcos legais que favorecem os catadores organizados;</li> <li>- Hierarquização do empreendimento;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comercialização em rede com demais cooperativas com objetivo de agregar valor aos materiais comercializados;</li> <li>- Capacitação dos cooperados para buscar e conhecer o mercado dos materiais recicláveis;</li> <li>- Equipamentos necessários ao escoamento dos materiais triados;</li> <li>- Incentivo as indústrias recicladoras na compra dos materiais recicláveis de cooperativas/associações de catadores;</li> <li>- cumprimento, por parte das indústrias</li> </ul>	<div data-bbox="687 1704 906 1758" style="background-color: #800000; color: white; padding: 2px; margin-bottom: 5px;">Mercado</div> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exploração dos catadores não organizados;</li> <li>- Presença de atravessadores que realizam a compra dos materiais dos catadores;</li> <li>- Desconhecimento gerencial dos cooperados e do mercado;</li> <li>- Desconhecimentos dos canais de</li> </ul>

**Figura 2 - Pontos positivos e negativos, embasados na PNRS, na coleta seletiva**

Fonte: Próprio autor

A fragilidade desses pontos apresentados provoca o enfraquecimento da gestão eficiente na coleta e disposição final dos resíduos recicláveis. Essa fragilidade desencadeia diversas outras, resultando na ineficácia de toda a cadeia dos resíduos. É simples observar que a má gestão na separação, coleta, triagem e comercialização dos resíduos recicláveis interfere em toda cadeia dos resíduos. A vulnerabilidade na cadeia dos resíduos recicláveis é facilmente percebida nos municípios brasileiros; não existe uma coleta específica e eficiente, devido aos pontos fracos apresentados no esquema acima. A falta de coleta seletiva pode ser observada na Figura 3, através do resultado da pesquisa realizada pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE 2012 (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT, 2012).

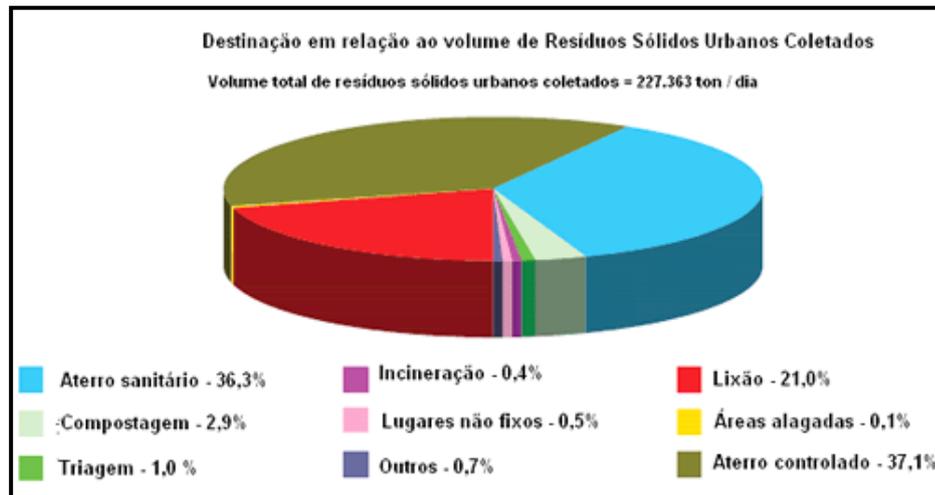


**Figura 3 - Espacialização da coleta seletiva no território brasileiro**

Fonte: Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE (2012)

O contraste entre as regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste/Centro Oeste é gritante, a falta de uma política de incentivo e práticas socioambientais na questão da coleta seletiva é

insuficiente para uma eficaz gestão dos resíduos sólidos. A Figura 4 possibilita visualizar a destinação dos resíduos sólidos urbanos coletados no país. De acordo com Agência Nacional de Águas (2009), apenas 1% dos resíduos sólidos coletados no Brasil vão para a triagem e 21% para os lixões.



**Figura 4 - Disposição final de resíduos domiciliares/públicos**

Fonte: Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Agência Nacional de Águas, 2009

A necessidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos deve envolver diversos órgãos da administração pública e da sociedade civil. A PNRS ressalta que: “Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2010, Cap. I, Art. 9º).

Cabe às prefeituras organizar um sistema eficaz de limpeza urbana e o manejo eficiente de resíduos sólidos, considerando a coleta domiciliar (regular e seletiva), transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento (inclusive por compostagem), disposição final, varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos, e demais eventuais serviços (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, 2010). A PNRS ressalta que:

O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

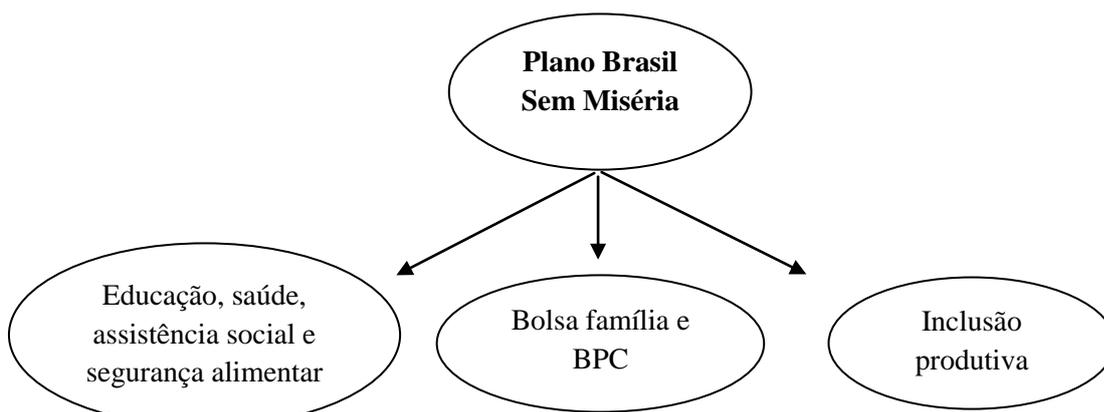
IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do **caput** do art. 11, regional;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

- VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
- VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;
- VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos (BRASIL, 2010, Cap. V, Art. 42).

A PNRS evidencia participação dos catadores organizados em todo o processo de gestão dos resíduos sólidos urbanos: “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010, Cap. III, Art. 8º, inciso IV).

Outra ação desenvolvida pelo Governo Federal, com objetivo de favorecer o trabalho desenvolvido por indivíduos em situação de vulnerabilidade, foi o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, em junho de 2011, que tem por objetivo elevar a renda e condições do bem-estar da população. O Plano Brasil Sem Miséria agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvam a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o Governo Federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro (BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2010a). O plano irá se apoiar em três eixos de trabalho (Figura 5):



**Figura 5 - Esquema das ações a serem desenvolvidas pelo Plano Brasil Sem Miséria**

Fonte: Próprio autor

O primeiro remete-se ao acesso a serviços que abrangem ações voltadas à educação, saúde, assistência social, e segurança alimentar. O segundo remete-se à garantia de renda e abrange o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O terceiro remete-se a inclusão produtiva, tanto no meio rural como no urbano.

Na inclusão produtiva os catadores de materiais recicláveis terão auxílios com melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica. A prioridade é atender capitais e regiões metropolitanas, apoiar as prefeituras em programas de coleta seletiva, além de capacitar catadores e viabilizar infraestrutura e redes de comercialização.

É possível observar que as ações referentes ao Plano Brasil Sem Miséria são coerentes com as premissas da PNRS, tendo em vista a capacitação dos catadores como ferramenta estratégica para o desenvolvimento das atividades realizadas por esses grupos de trabalhadores. Todo esse processo amplia e fortalece os horizontes dos catadores, possibilitando, assim, sua ascensão na cadeia produtiva.

A organização dos catadores em associações ou cooperativas com objetivo da gestão dos resíduos recicláveis é um trabalho de construção de saberes coletivos, aprimorando a organização desses catadores devido à baixa compreensão com relação às vantagens do trabalho em grupo. No decorrer da dissertação, diversas abordagens referentes a essa temática são discutidas, a fim de buscar um caminho para a compreensão dos mecanismos desenvolvidos por esses catadores.

### **3.3 Catadores de Resíduos Recicláveis**

O processo de catação dos resíduos recicláveis tem sido desenvolvido por homens e mulheres em todo território nacional. A morfologia utilizada, no decorrer do trabalho, da palavra “catador” não tem por objetivo de segregar e discriminar o gênero feminino, mas apenas manter o padrão do uso da palavra, tendo em vista que, o termo catador representa o trabalhador de ambos os gêneros.

A atividade de coleta dos resíduos recicláveis nos municípios brasileiros não ultrapassa 50 anos de existência (EIGENHEER, 1993). Trata-se de uma atividade encoberta e ignorada pelas políticas públicas. Outra área sombria do sistema é a catação dos resíduos recicláveis junto aos Lixões e Aterros Sanitários, são indivíduos que se apropriam desses materiais como meio de trabalho e sobrevivência.

O motivo da formação e aumento desses trabalhadores que “garimpam” os resíduos, iniciou-se no processo de industrialização, otimizado a partir da metade do século XX, paralelo com a intensa concentração populacional nas cidades. O impulso migratório proporcionou o inchaço das cidades e ampliou o contingente de pessoas, que, sem conseguirem enquadramento no mercado de trabalho, encontraram, como meio de sustento e

trabalho, a catação dos resíduos descartados pela sociedade consumista nos lixões e ruas, possibilitando seu retorno à cadeia produtiva industrial.

Nas cidades brasileiras, a figura do catador não era reconhecida pelo poder público, que julgava não ter nenhuma obrigação de se envolver e apoiar; poucos olhares atentavam a esses trabalhadores, escravizados pelos grandes sucateiros e atravessadores detentores dos meios e das condições para o destino final do resíduo reciclável, utilizando-os como extensão na busca de materiais e exploração da mão de obra, onde a remuneração pelo material coletado é insignificante.

Por meio da compra dos resíduos recicláveis, estocagem e encaminhamento para as industriais de reciclagem, os atravessadores englobam, quase sempre, todo o excedente produzido na fase da coleta, além de controlar e determinar o preço dos resíduos que são destinados a esse grupo (FÉ; FARIA, 2011).

Em virtude da existência e grande quantidade de resíduos recicláveis, a realização da catação desses materiais é possível, sem qualquer insumo tecnológico ou mesmo de meios de produção específicos, e sequer qualificação profissional definida. O processo de catação possibilita a remuneração do indivíduo em pequenos períodos de tempo, pois o processo apresenta grande liquidez e escoamento do material.

A partir do ano 2000, as iniciativas de regulamentação e fomento a cooperativas ou associações de catadores começaram a crescer (CEMPRE, 2011). Para que essas ações sejam realizadas, são necessárias atividades que contemplem a regulamentação das atividades dos catadores, a logística de recolhimentos dos materiais nos domicílios, o escoamento, as formas de produção e comercialização dos resíduos; além de promover representatividade e formação política nos integrantes do empreendimento.

Nas cooperativas ou associações de catadores observa-se a precariedade dos equipamentos de proteção e segurança, advindos do processo que foram constituídos, indivíduos retirados de ambientes insalubres (lixões), na qual foram absorvidos e colocados em um barracão, sem nenhuma preparação quanto aos princípios básicos para a realização de um trabalho eficiente e seguro, sucedido por meio das formações e capacitações.

Observa-se que a catação desses materiais é resultado de um trabalho que, por muito tempo, não teve importância estabelecida pelo poder público e privado e pouco reconhecimento para com aqueles que realizam essa atividade, por isso nenhum olhar humanizado focou na saúde, integridade e gestão do processo de trabalho junto aos catadores.

O trabalho realizado pelos catadores atinge a dimensão ambiental, proporcionando a redução de resíduos aos Aterros Sanitários, diminuição de impactos negativos, como poluição

visual e entupimento de bueiros no meio urbano; possibilita a geração de trabalho e renda aos indivíduos que participam da catação desses materiais e representa um elo da cadeia de produção industrial, e, conseqüentemente, a utilização dos determinados tipos de resíduos como matéria prima a baixo custo. Porém, todo esse mecanismo é muito fragilizado, pois na base da cadeia, a catação desses resíduos é realizada por pessoas excluídas do sistema, extremamente vulneráveis e desprovidos do direito do trabalhador e proteção social do indivíduo.

Toda essa conjuntura do processo de catação dos resíduos recicláveis até sua utilização, em âmbito industrial, como matéria prima, está cercada pelo sistema econômico globalizado (CEMPRE, 2011).

Os valores impostos para o catador na compra de seus resíduos é fixado pelo setor industrial, que está à mercê do sistema capitalista, e o catador, inferiorizado, à mercê da exploração do seu trabalho, o qual se caracteriza pela precariedade e subordinação. O parágrafo a seguir, extraído do Jornal do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR, 2009) nos dá clareza de como os catadores não possuem autonomia na comercialização de seus produtos:

Os empresários e os seus assessores chamam os materiais recicláveis de “commodities” (aparas de papel, a sucata de ferro e os plásticos). Ou seja, são mercadorias primárias que, possuem o seu preço cotado e negociado de forma global. Isso significa que os materiais que catamos, são negociados em vários países e estão sujeitos às variações de preço que as indústrias praticam ao redor do mundo. Entretanto, o que nós, os catadores, mais notamos foi que, o que era pago pelo nosso material diminuiu, e diminuiu muito. Isso afetou diretamente na nossa renda. Mas como isso acontece? Vejamos o exemplo da sucata, que teve uma queda vertiginosa no seu preço: o preço despencou de 40% a 60%. Uma parte dessa queda se deve aos empresários que controlam a produção de ferrogusa, que é uma matéria prima virgem. Eles buscam melhorar as suas vendas, e para isso, reduzem os seus preços. Isso estimula as fundições e siderúrgicas a utilizarem mais ferrogusa e menos sucata, que é uma matéria prima reciclada. Dessa forma, se torna mais em conta para a indústria do ferro trabalhar com matérias primas virgens, retiradas diretamente da natureza, do que reciclar os materiais que são descartados pela sociedade.

Os catadores dependem da intermediação comercial dos atravessadores, alguns conseguem realizar o escoamento de seus produtos diretamente aos setores industriais, mas isso acontece quando estão organizados em formas de cooperativas. Na maioria dos casos, o atravessador/intermediário realiza a intermediação comercial, estocagem em grandes quantidades e logística de transporte até as indústrias de processamento e transporte. O processo de comercialização desses empreendimentos ainda gera desconforto no caminhar do trabalho autogestionário e na gestão do empreendimento. É necessário considerar, também, que as grandes empresas recicladoras, pertencentes ao sistema predominante, estão interessadas na quantidade e qualidade dos resíduos coletados por catadores totalmente

alienados desse mesmo sistema, onde, na realidade, continuam excluídos, tendo sua mão de obra explorada pelo capital financeiro.

Com objetivo de compreender outras experiências na temática relacionada a coleta de resíduos sólidos, abaixo será apresentada a experiência do município de Lisboa – Portugal. O intercâmbio realizado durante a pesquisa, teve por objetivo a troca de experiências entre a gestão dos resíduos executada no município de Rio Claro – Brasil e a experiência desenvolvida pela COOPERVIVA que resultou na realização do seminário intitulado: “Economia Solidária no Brasil: A experiência da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro – COOPERVIVA” realizado pelo Centro de Estudos Geográficos/Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa – Portugal.

### 3.4 A Experiência da Gestão de Resíduos Realizada em Lisboa/Portugal

Através de um intercâmbio, ocorrido em janeiro de 2012, o autor realizou visita técnica ao Departamento de Higiene Urbana (DHU) em Lisboa/Portugal. O objetivo da visita foi observar o método de trabalho empregado pelos portugueses no sistema de recolhimento de resíduos sólidos urbanos e sua destinação (Figura 6).



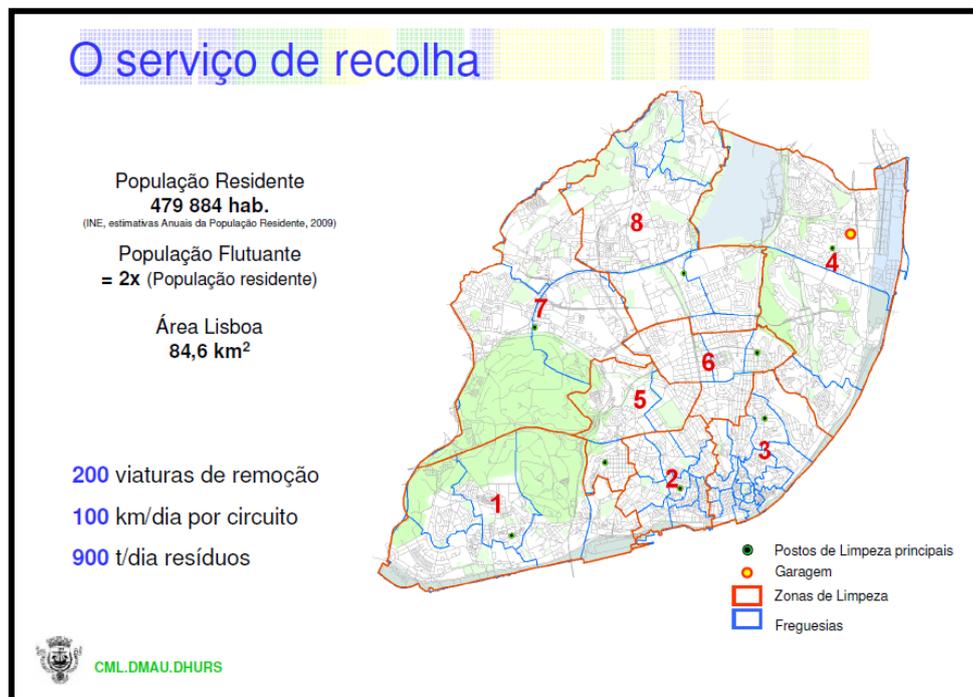
**Figura 6 - Reunião realizada com representante do DHU e Universidade de Lisboa**

Fonte: Próprio autor

O município de Lisboa coleta, aproximadamente, 900 T/dia de resíduos sólidos, os horários e dias da coleta dos resíduos, e o equipamento de disposição utilizado (*containers*, sacos, fardos de papel) variam de acordo com as diferentes características da malha urbana (moradias, habitações de alto porte, zonas históricas, edifícios com ou sem condições para guardar *containers*, tipos de atividades econômicas, comércio e serviços) (Figura 7)

A realização da coleta, segregação dos materiais recicláveis, tratamento dos resíduos e disposição final é dividida entre a Câmara Municipal – DHU e a empresa do setor privado Valor Sul (Figura 8). Cabe ao poder público local executar o serviço de recolhimento dos resíduos sólidos, o DHU possui equipes responsáveis para a coleta realizada no município. A equipe de trabalho é formada por cartoneiros (conhecidos no Brasil como coletores de resíduos), encarregados das equipes e chefes de cada zona das divisões onde é realizada a coleta (Figura 9)

A Valorsul é uma empresa privada que possui contrato de 25 anos com o município de Lisboa para o tratamento, separação e disposição final dos resíduos. A responsabilidade na contratação de pessoas para executarem o serviço é de responsabilidade da organização.

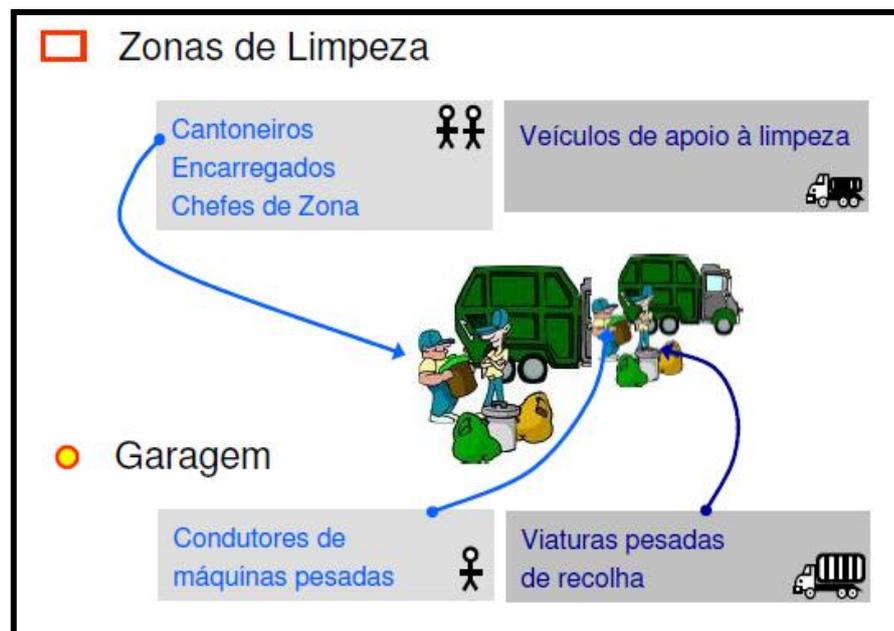


**Figura 7 - Serviço de coleta realizada no município de Lisboa, divisão dos setores**

Fonte: DHU/Lisboa



**Figura 8 - Divisão da gestão dos resíduos sólidos no município de Lisboa**  
Fonte: DHU/Lisboa



**Figura 9 - Recursos humanos e equipamentos utilizados na coleta dos resíduos sólidos pelo DHU**  
Fonte: DHU/Lisboa

A estratégia de agrupar os resíduos sólidos, (recicláveis e resíduo comum), também tem sido aplicada em outras áreas que, devido às suas características específicas, o resíduo é colocado na rua, em *containers* de grande capacidade.

Nos bairros periféricos da cidade tem-se investido na colocação de *containers* idênticos, mas com tampas de cor diferenciada, para a disposição do papel e embalagens, bem

como de “vidrões” (grandes embalagens colocadas nas vias públicas para colocação de vidros). Nos setores da restauração, hotelaria, mercados e cantinas também já é possível o aproveitamento dos resíduos biodegradáveis (orgânicos), que são encaminhados para a Estação de Tratamento e Valorização Orgânica da Valorsul a fim de, após tratamento, se produzir um composto orgânico para utilização na agricultura e geração de energia elétrica.

**Coleta Seletiva:** desde 2004, à semelhança de outros países europeus, o Município de Lisboa implementou, em área da cidade com condições adequadas, a coleta seletiva porta a porta de resíduos. A disposição dos resíduos é realizada em equipamento entregue pela autarquia, alojado no interior das instalações. A coleta é realizada em dias alternados entre os materiais recicláveis (papel e embalagens) e os resíduos comuns. Os horários e dias da coleta e o equipamento de disposição utilizado variam de acordo com a morfologia urbana e características funcionais de cada área da cidade (moradias, habitações de alto porte, zonas históricas, edifícios com ou sem condições para guardar contentores, concentração e tipo de atividades económicas, nomeadamente restauração, comércio e serviços). A coleta seletiva de resíduos por ecoilhas (*containeres* colocados nas vias públicas) é aplicada em áreas com características específicas e nas entidades (indústrias e grandes comércios).

**Ecopontos:** nas áreas da cidade ainda não abrangidas pelos sistemas de recolha seletiva porta a porta e ecoilhas, os munícipes continuam a poder utilizar os ecopontos. Estes equipamentos estão preparados para receber, não apenas o vidro e o papel, mas também as embalagens (metais ferrosos e não ferrosos, plásticos e cartões complexos) e ainda, em alguns conjuntos, as pilhas, permitindo, assim, alargar o leque de materiais destinados à reciclagem.

Na Figura 10, pode-se visualizar o esquema de coleta dos resíduos sólidos descritos acima, esse esquema demonstra o trabalho realizado pelo DHU.

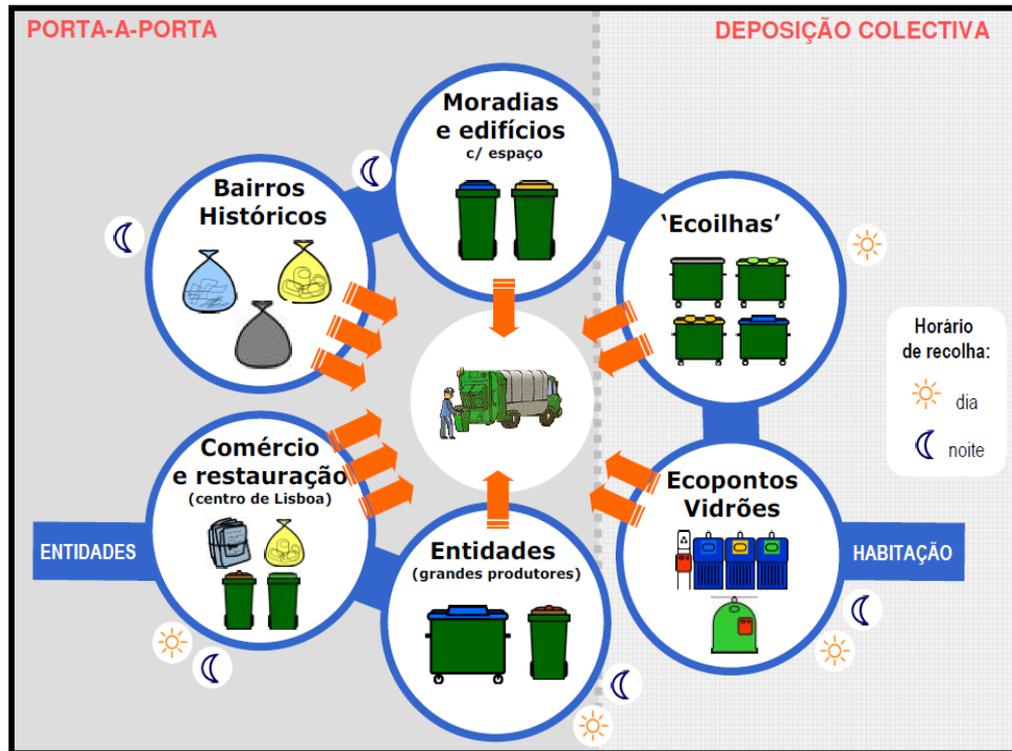


Figura 10 - Esquema do serviço de coleta realizada no município de Lisboa  
Fonte: DHU/Lisboa

### 3.5 Exclusão Social: O outro lado da catação

O dinamismo do sistema econômico atual, por meio da internacionalização e o neoliberalismo, tem proporcionado o aprimoramento das relações de trabalho em favorcimento ao preceito econômico dominante. Tendo por base os conceitos da internacionalização e do neoliberalismo, percebe-se que essas situações históricas favoreceram a flexibilização das normas trabalhistas por causa de interesses econômicos (HEIDEN, 2007)

As relações internacionais vieram com a marca da competitividade. Dentre as consequências acarretadas estão a modernização econômica acelerada e a nova divisão internacional de trabalho, ocasionada pela internacionalização da economia capitalista monopolista. O desenvolvimento de novas indústrias, com uso de tecnologias, disseminou a modernização da miséria, a emergência de um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004).

O panorama da nova economia foi desenhado pelos economistas alemães, franceses e norte-americanos, visando à fragilização da economia estatal e a mínima intervenção do governo no mercado de trabalho, na política de privatização de empresas estatais, na livre

circulação de capitais internacionais (ênfase na globalização), na abertura da economia para empresas de outros países (multinacionais), nos impostos, tributos excessivos e no aumento da produção como objetivo principal para atingir o desenvolvimento econômico (HEIDEN, 2007).

Mediante esses aspectos, o sistema foi ganhando força e dinamismo, as pessoas que compõem e participam desse mecanismo começaram a se adaptar e mudarem seus antigos hábitos de sobrevivência. A esperança de modernização e sua integração por meio dos empregos formais, através da habitação, saúde e bem-estar, tornaram-se insustentáveis mediante a concentração de oportunidades em fragmentos da cidade; a ocupação extensiva de periferias com padrões de circulação e transportes totalmente individuais, e não de uso coletivo. Outra consequência foi a ocupação, por parte da população excluída do sistema, em áreas de preservação ambiental e de alto risco, uma concentração excludente e predatória, ocasionada pelo modelo do sistema.

A sociedade prescrita industrial, do crescimento da produtividade e de lucros, transforma-se em uma sociedade urbana, com justaposições de interesses e com imposição de consumo exagerado, deixa de ser prosperidade, progresso e desenvolvimento para ser cidade do capital (LEFÉBVRE, 1991).

A sociedade que se tornara urbana, presenciou seu início no meio rural e industrial. Segundo Monte-Mór (2004) a necessidade de transformação da sociedade em busca de um futuro moderno com aprofundamento na divisão do trabalho e a libertação das amarras da vida rural e a integração da sociedade a vida cidadina, foi imposta ao indivíduo e faz parte da cultura urbana hoje.

De acordo com Lefévre (1999, apud HEIDEN, 2007, p.37) o progresso da sociedade urbana, antes rural (campo), industrial e hoje o urbano, “ênfatiza três momentos e percepções diferentes, de espaços e tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais”. O caminhar da sociedade por essas etapas, desequilibrou a perspectiva humana existente. “A sociedade atual chegou a um caos tal que reivindica insistentemente a coerência. Nem por isso sua suficiência está demonstrada”.

A trajetória da sociedade enfatiza o consumo exagerado, deixando de lado sua real existência tais como o trabalho, sua segurança, seus desejos e realidades mais práticas. A percepção do autor vai ao encontro do que diz a Carta de Atenas, formulada em 1920, onde define 04 funções básicas do homem: habitar; trabalhar; circular e cultivar o corpo e o espírito (CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA - CIAM, 1933).

Hoffmann (1977) vem ao encontro das colocações acima, salientando que a falta de emprego no Brasil é um motivo de preocupação à sociedade atual. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, em fevereiro de 2011, o índice de desemprego foi de 6,4% da população que se encontra economicamente ativa. O número de desempregados nas metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre) alcançou a marca de 1,5 milhão de desempregados (IBGE, 2011).

Segundo o IBGE, o total de desocupados está estimado em 1.313 milhão de pessoas, cresceu 15,9% comparado a dezembro de 2011, esse número representa 180 mil pessoas a mais procurando trabalho. Em relação a janeiro de 2011, caiu 7,7% (menos 110 mil). Já o número de ocupados (22.513 milhões) recuou 1% no mês (menos 220 mil) e cresceu 2% em 12 meses (mais 433 mil). O número de trabalhadores com carteira assinada (11,1 milhões) ficou estável na comparação com dezembro e aumentou 6,3% na comparação anual, o correspondente a um acréscimo de 664 mil postos de trabalho com carteira assinada.

A instabilidade ocasionada pela falta de emprego produz sentimentos de aflição, insegurança, depressão, ansiedade e distúrbios emocionais; sentimentos presentes na sociedade urbana, conforme citado por Bauman (2005).

A sociedade atual está vulnerável às ações desenvolvidas pelo sistema economicamente dominante, o processo de marginalização e exclusão do ser humano torna-se algo natural e cada indivíduo tem se isolado no interior de seus próprios ambientes por intermédio das “coisas” adquiridas pelos lucros gerados por quem está à margem da sociedade, e o homem, cada vez mais se excluindo e consumindo, produzindo seu próprio lugar, resultando na segregação por intermédio de valores e interesses do sistema, ou seja, o homem reproduz suas relações de produção, através da produção do espaço, como descrito por Lefévre (1999, apud HEIDEN, 2007).

A sociedade tem incorporado a marginalização como algo natural, uma realidade que tem feito do ser humano um produto descartável e instável face ao sistema. Indivíduos considerados descartáveis não possuem valor na sociedade contemporânea.

As pessoas têm sido comparadas aos resíduos, descartados pela sociedade e levados para fora do ambiente urbanizado, os mesmos lugares onde muitos indivíduos tem encontrado sua sobrevivência pela catação dos resíduos destinados pela sociedade aos grandes lixões e aterros sanitários espalhados pelos municípios brasileiros.

Os catadores de resíduos pressupõem, e dia após dia, trabalham no limite entre normalidade e patologia, saúde e doença, desejável e repulsivo, aceito e rejeitado, a diferença entre o admitido e o rejeitado, o incluído e o rejeitado (BAUMAN, 2005). Indivíduos

incluídos em um cenário esquecido e abandonado pela sociedade, um “palco” acinzentado, escuro e sombrio, onde as “poltronas” não estão direcionadas para que os “atores”, em cima do “palco”, sejam vistos e aplaudidos, mas as “poltronas” desse “espetáculo” estão viradas de costas para os “atores”. A “platéia” não se importa com o “espetáculo”, antes, esquece que os subsídios para realização dessa “peça”, os resíduos, advém de cada um, de cada pessoa que está sentada naquela poltrona. E a vida continua...

De acordo com IBGE (2011), mais de 50% dos municípios brasileiros dispõe seus resíduos em lixões, ou seja, totalmente inapropriado às questões ambientais. E, juntamente com os resíduos dispostos inadequadamente, as pessoas realizam a catação desses materiais. O modo de vida vivenciado dia-a-dia por esses catadores é a incessante atividade de separação dos resíduos e rejeitos, a sobrevivência desses indivíduos depende da agilidade de separação dos resíduos, sufocando-o, fazendo com que se cale perante os outros pelo medo e vergonha de se misturar com o que é inútil e desprezível, o rejeito desprezado pela sociedade, como fica patente no depoimento de uma catadora que trabalha no maior lixão de Brasília/DF: “Tenho vergonha. Só minha família sabe que estou aqui. Quando saio, tomo um banho, lavo as roupas e não conto pra ninguém” (AMORIM; GIRARDI, 2011, p.21).

Os meios de produção, acondicionamento e coleta de resíduos sólidos urbanos não se distanciam da estruturação e essência da sociedade, uma sociedade geradora de desigualdades quanto às condições de sobrevivência. Os aspectos incorporados na temática dos resíduos sólidos urbanos, dispersos no ambiente, na saúde de populações periféricas, bem como dos hábitos dessas populações em relação aos resíduos sólidos urbanos, podem constituir-se em elementos esclarecedores sobre o modo como os riscos ocorrem, podendo vir a assumir importância científica como delineador das políticas ambientais e na garantia da preservação das gerações futuras. A análise das consequências da exposição direta ou indireta aos resíduos sólidos urbanos é considerada uma tarefa complexa, exigindo a participação integrada de profissionais das mais diversas formações disciplinares unidos por interesses comuns (MORAES, 1997; SISSINO; OLIVEIRA, 2000; RÊGO; BARRET; KILLINGER, 2006, apud HEIDEN, 2007).

As condições impostas ao indivíduo pertencente à catação nos lixões ou aterros sanitários, têm representado uma situação de extremo limite da capacidade humana de sobrevivência. Situações onde chefes de famílias não conseguem oferecer condições dignas a suas famílias, situações onde indivíduos tem se envolvido com drogas, uso de álcool e outros meios que possam propiciar momentos de esquecimento da sua realidade, vivenciada a cada dia. Assim: “O contexto atual aponta no sentido de uma crescente exclusão do mercado de

trabalho (...) onde as pessoas vão sendo conduzidas no sentido de rebaixamento na hierarquia social, eles deixam de pertencer ao mundo oficial e passam a ser um problema” (BURSZTYN, 2000, apud ZANETI, 2006, p.112).

Continuando o raciocínio do trabalho realizado por catadores, é fatível que a atividade de catação dos resíduos recicláveis pelas ruas dos municípios brasileiros é frequentemente vista e vivenciada pela população há décadas, e que o trabalho do catador tem ampliado horizontes por meio da formalização e a criação de legislações, propiciando políticas públicas que beneficiem os catadores já formalizados.

Um dos exemplos, claro e recente, é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, que aborda ações específicas a serem realizadas por cooperativas de catadores; outro exemplo é o Decreto Federal 5.940 de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. O processo de organização e formalização dos catadores tem sido determinado pelo crescente número de trabalhadores dedicados a essa atividade e sua importância na gestão dos resíduos sólidos urbanos (TEIXEIRA, 2011)

Entretanto, no bojo desses empreendimentos formados por associações ou cooperativas de catadores, existem “vazios” que não são confrontados pelo poder público. Vazios decorrentes da heterogeneidade existente em cada indivíduo pertencente a um coletivo, expressos pela composição etária, sexual, diferentes modos que se desenvolvem as práticas das atividades e, principalmente, as trajetórias laborais de seus integrantes (TEIXEIRA, 2011).

Essas diferenças são visíveis dentro dos empreendimentos, onde determinados indivíduos carregam consigo o trabalho desenvolvido com resíduos, provenientes das largas trajetórias familiares instaladas na marginalidade e fragilidade social, somando-se a indivíduos que estão fora do mercado formal de trabalho, que não conseguem uma vaga de emprego em sua determinada área e recorrem ao processo de catação para aliviar sua dificuldade financeira.

Esse estigma nos faz refletir se os empreendimentos formados por catadores, se remetem à inclusão do indivíduo para a geração de trabalho e renda ou apenas um setor formado pelos excluídos da sociedade para trabalhar à margem da sociedade.

Outro ponto a ser analisado nesse sistema de catação é que o catador, pertencente a um determinado coletivo, realiza a coleta dos resíduos recicláveis, a separação, o enfardamento e a venda a um intermediário ou, em alguns casos, diretamente ao setor industrial. Esse

indivíduo recebe apenas pela venda de seu produto e não pela venda de seu trabalho. Na classe onde se encontram os assalariados, o indivíduo recebe sua renda por meio da venda de sua força de trabalho, sendo que, em grande parte das cooperativas, o catador tem tido sua mão de obra explorada há anos. Esses indivíduos realizam a gestão dos resíduos sólidos, diminuem os gastos do poder público, e, em troca, são explorados por não receberem pelo seu trabalho completo.

Outro ponto obscuro do sistema é que os indivíduos pertencentes a uma associação ou cooperativa de catadores se moldam aos grandes empresários da reciclagem.

Em todo o Brasil os preços caíram cerca de 60%, mas principalmente os papeis (papel branco, papelão) tiveram as maiores baixas e tem provocado incertezas com relação ao futuro de muitas organizações. Muitas cooperativas estão a beira da falência (JORNAL do MNCR, 2009, p.3).

Esses indivíduos se rendem à força exercida pela necessidade, e, em condições de precariedade, entregam sua força de trabalho ao sistema dominante. A valorização do trabalho proporciona a valorização do próprio indivíduo pertencente a esses empreendimentos. Em muitos casos, percebe-se apenas a transferência de pessoas do “lixão” ou das “ruas” para outro local, com infra-estrutura básica na realização de um trabalho (quando são oferecidos), mas com plena escassez de uma ação de construção e valorização do indivíduo como ser humano, e não como realizador de tarefas para o sistema predatório.

As iniciativas de minimização e eliminação de grande parcela populacional excluída não tem sido suficientes, ainda mais quando o peso quantitativo dessa categoria social é grande. É preciso que as iniciativas tomadas caminhem para a formação de uma nova utopia, e que os investimentos voltados à educação resgatem os valores do “ser” em paralelo com o “ter” no contexto do sistema econômico dominante (ZANETI, 2006).

Nessa mesma direção: “a diversidade e a pluralidade devem ser valorizadas, a fim de se reduzirem as diferenças sociais crescentes; e a educação deve estar aberta a novos paradigmas que visem a inclusão de todos” (BARTHOLO; BURSZTYN, 2001).

Oferecer condições apropriadas à produção e aquisição do conhecimento e habilidades a fim de proporcionar o desenvolvimento de atitudes singulares, e a participação individual e coletiva, são decisões que afetam a qualidade dos meios físico-natural e sociocultural (QUINTAS, 2000 apud ZANETI, 2006).

A exclusão do indivíduo caracteriza-se como resultado do modelo capitalista neoliberal, onde o Estado e sociedade estão em um contexto predatório ao interesse do sistema, e se pressupõem um processo de precarização das políticas públicas que deveriam favorecer a população mais excluída.

No entanto, as ações voltadas à inserção desses indivíduos novamente na sociedade, em conjunto com a capacidade de organicidade e a resistência da população marginalizada dentro de seu próprio contexto de vida, têm amadurecido e embasado alternativas de crescimento e melhoria nas condições de cada indivíduo.

Uma das estratégias de política pública à população excluída, com objetivo de inserí-las novamente na sociedade, proporcionando geração de trabalho e renda, é a Economia Solidária. Esse assunto será tratado no próximo tópico, a fim de aprimorar o embasamento teórico da dissertação e conhecermos as ações sendo realizadas em âmbito nacional e na cadeia produtiva dos resíduos recicláveis.

### **3.6 Economia Solidária: perspectivas e valores.**

A crise estabelecida pela falta de emprego não tem afetado apenas a população mais vulnerável, mas também a classe média. Esse panorama tem contribuído grandemente para a exclusão social vigente. Mas o desemprego é apenas a expressão parcial de um problema maior, a crise da sociedade salarial, como apontado por Singer (1999).

Os primeiros pensadores do sistema capitalista surgiram em meados do século XVIII, tendo como princípios suprir a humanidade com os bens necessários à sua produção (ROCHA, 2010). O processo de industrialização trouxe consigo o processo de urbanização e a sociedade se via frente a uma grande oportunidade de crescimento e possibilidades ocasionadas pela revolução industrial. Com o surgimento da sociedade agrupada em núcleos urbanos, essa rede de urbanização articulou a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado (MONTE-MÓR, 2004). O sistema procurava adaptar a sociedade em uma divisão do trabalho eficaz, cada indivíduo atuando em sua unidade de produção de maior eficiência e produzindo bens necessários à humanidade em grande escala (ROCHA, 2010).

Com a produção excessiva de bens de consumo, o sistema capitalista extraía e necessitava de recursos naturais para a sua sobrevivência, e a devastação do meio natural se tornara normal frente ao desenvolvimento ocasionado pelas grandes indústrias e a exploração do ser humano era, de fato, necessária à sobrevivência do sistema.

O capitalismo gerou desconfigurações nas relações de trabalho, contingentes populacionais submeteram-se a condições de trabalho desonrosas, com longas jornadas de trabalho, baixos salários, desproteção do trabalhador e instabilidade. Outra preocupação tem sido a desocupação, algo mais abrangente que o desemprego, onde o acesso ao emprego formal, com direitos trabalhistas assegurados, não tem existido mais, qualquer atividade

precária tem sido procurada e o indivíduo submetido ao enfraquecimento das relações de trabalho (SINGER, 1999).

O modelo econômico dominante estimulou o desenvolvimento de alternativas de desenvolvimento em termos econômicos, sociais e ambientais. As tentativas de novas abordagens ao desenvolvimento dos países pobres surgem em meados dos anos de 1970, movimentos paralelos ao deslocamento do foco analítico para a sociedade civil e concretização de agendas políticas baseados nos movimentos sociais, desdobradas em correntes que defendiam as prioridades necessárias à sobrevivência humana, como alimento, água e abrigo; e outro movimento, tendo o foco não na maximização dos lucros, e sim, com os limites dos recursos do planeta para sustentar o modelo econômico existente (FRIEDMANN, 1992 apud CUNHA, 2003). O autor menciona as mobilizações ocorridas em Seattle, Praga, Gênova e a realização do Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre.

Parra (2003) salienta que diversas alternativas têm sido descobertas pelos trabalhadores, como atividades autônomas, assalariamento sem carteira e trabalhadores em regime de autogestão como alternativa ao cenário atual.

As ideias de alternativa ao sistema capitalista surgiram no século XIX, onde um industrial e socialista utópico, Robert Owen, defendia a formação de aldeias cooperativas em redor das fábricas, para que os trabalhadores pudessem ser donos do próprio negócio coletivamente. O “owenismo” foi um movimento criado a partir dessas aldeias cooperativas, na Inglaterra e nos EUA. Em 1844, um grupo da cidade inglesa de Rochdale, constituiu uma cooperativa de consumo de alimento, ocorrendo o início do cooperativismo moderno (CUNHA, 2003).

Através das cooperativas os trabalhadores tentavam recuperar o trabalho e a autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do capitalismo, estabelecendo oito princípios de funcionamento:

- 1° Haveria democracia na sociedade, sendo para cada sócio reservado o direito a um voto nas assembleias gerais;
- 2° A sociedade estava aberta a receber qualquer pessoa, desde que integrasse a quota de capital mínima igual para todos;
- 3° Qualquer capital investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor o direito adicional de decisão;
- 4° A sobra na receita, deduzidas todas as despesas, incluindo o juro, seria distribuído entre os sócios em proporções as compras realizadas na cooperativa;
- 5° As vendas somente seriam à vista;
- 6° Os produtos vendidos seriam de qualidade;
- 7° A sociedade teria que desenvolver a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo;
- 8° A sociedade seria neutra política e religiosamente (COLE, 1944 apud CUNHA, 2003)

Além disso:

Todos esses aspectos constituem-se os princípios internacionais do cooperativismo que, em essência, permanecem nos dias de hoje. A partir do século XX, a amplitude das cooperativas torna-se mais visíveis, nas formas de produção, crédito e comercialização. Com a experiência de Rochdale deu-se início ao cooperativismo moderno (COLE, 1944 apud SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003).

De acordo com Singer (2000), o aparecimento de cooperativas, atualmente, constitui-se como resposta ao desemprego e à exclusão social. O surgimento de cooperativas na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX, teve por base as revoluções tecnológicas e a depressão econômica que desempregou milhares de trabalhadores.

Após a II Guerra Mundial, o crescimento econômico subsequente, e as iniciativas do desenvolvimento de Estado de Bem-Estar Social no meio urbano, proporcionaram conquistas com relação à remuneração e proteção social previstas em lei. A prioridade que o movimento operário deu à conquista do poder estatal enfraqueceu as propostas do cooperativismo, onde muitas sucumbiram mediante a concorrência imposta pelas grandes empresas capitalistas (SINGER, 1999). Mais adiante, o estado do Bem-Estar Social, que detinha seu papel de controlador das relações do capital e do trabalho, além de proporcionar infra-estrutura exigida pelo capital e suporte da reprodução coletiva da força de trabalho, entra em crise, e começa a ficar inviável e incapaz de garantir os níveis de conforto e consumo exigidos pelas camadas ricas da população. A temática relacionada ao cooperativismo será discutida no decorrer da dissertação, as informações contidas nesse capítulo apenas subsidiam o processo no qual a Economia Solidária teve o seu surgimento.

As iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores nos princípios da autogestão e cooperação, tem se unificado com objetivo da produção e distribuição alternativa ao capitalismo (SINGER; SOUZA, 2000). Esse movimento, conhecido como Economia Solidária, abrange associações, grupos informais, autogestionários e cooperativas (RUFINO, 2003).

As organizações conhecidas como Economia Solidária têm o objetivo de um novo desenvolvimento e alternativa econômica, crescente desde o século XIX, definida por vários atores como: “modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações, redes e cadeias produtivas” (SILVA, 2010, p.1). Ainda:

[...] é um movimento que busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, buscando novas relações (sociais, econômicas e ambientais) contrárias:  
 - à alienação em relação ao processo do trabalho como um todo;  
 - às desigualdades sociais (poder e riqueza na mão de uma minoria, pobreza para a maioria); e

- aos desequilíbrios ecológicos - visto que grandes corporações tendem a se preocupar mais com o lucro e menos com os danos ambientais que o seu crescimento desenfreado causa (SEBRAE, inserir ano e p.1)

Igualmente, refere-se à “construção do bem-estar para cada um, e para todos, como base para o mais ser” (Arruda, 2009, p.6). E na definição do governo brasileiro, trata-se de:

[...] um jeito diferente de produzir, vender comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar ninguém, em querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, sem patrão nem empregado, cada um pensando no bem de todos e no seu próprio bem (BRASIL/MTE, 2002, p.6).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2012) define e classifica a Economia Solidária em três dimensões:

**Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

**Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada.

**Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012).

Singer (2002) descreve a Economia Solidária como modo de produção que se contrapõem ao capitalista, possuindo como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, princípios, estes, diferentes das características do modo de produção capitalista, como o direito de propriedade individual, aplicado ao capital e o direito à liberdade individual.

Se analisarmos as definições apresentadas, podemos observar que em todas o ser humano é a centralidade. A diferença entre o sistema econômico dominante e a Economia Solidária está na forma de gerenciamento dos empreendimentos. A gestão verticalizada, ou conforme citado por Godoy (2005), heterogestão, constitui-se em diferentes níveis de autoridades, um direcionamento que parte de cima para baixo.

O nível mais baixo é formado pelos trabalhadores chamados de “chão de fábrica”, aqueles que sabem pouco e somente o que é necessário para o cumprimento de suas tarefas, caracterizadas como repetitivas e rotineiras. De acordo com o crescimento na hierarquia, o conhecimento com relação a empresa vai se ampliando, as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador (SINGER, 2002).

Outra característica do sistema hierarquizado é a competitividade existente entre os próprios “colaboradores” de uma determinada empresa, grupos que disputam a destinação de fundos de investimentos para expansão de um determinado setor que exerce poder.

Nos empreendimentos baseados na Economia Solidária, o princípio da heterogeneidade não existe, a articulação é executada de maneira horizontal, denominada de autogestão. A forma de administração é democrática e todos os sócios pertencentes ao coletivo são informados dos acontecimentos existentes no local e articulação das alternativas inerentes à resolução de cada problema.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002, p.21).

Entretanto, o processo de articulação da autogestão carrega em si as dificuldades de se trabalhar no coletivo, caracterizado pela falta de estratégias e culturalmente deturpada pelo sistema capitalista.

[...] nota-se que os modelos administrativos são falhos, pois foram criados originalmente para gerir empresas capitalistas. O trabalho em empresas autogestionárias, em princípio, mostra-se mais útil e menos penoso do ponto de vista do trabalhador... ao deterem os meios de produção – de forma coletiva – precisam organizar a gestão de modo a abranger todas essas novas características. A par disso, ainda há descrença de que “meros” trabalhadores possam administrar empresas, sendo essa administração entendida como uma ciência a ser operada por especialistas (Singer, 2000, p.11).

A autogestão deve ser totalmente diferente da heterogestão, pois todos possuem o mesmo nível participativo, a força do trabalhador dentro de uma empresa ou empreendimento autogestionários está em paralelo com a capacitação do processo produtivo e administrativo, tendo como alvo a superação da chamada divisão do trabalho existente no coletivo, e da eliminação da oposição entre o trabalho intelectual e manual (RUFINO, 2003). O autor afirma que essa transformação necessita de formações educacionais e técnicas, uma profunda mudança cultural e política do trabalhador. As metas estão relacionadas em trabalhar com prazer e a busca de integração entre os companheiros, distribuição de seu tempo em procedimentos não autoritários e articulação de vida social.

A importância da capacitação, como apontado por Moura (2000); Peixoto (2000); Gaiger (1999) e Valle (1998), citados por Rufino (2003), pressupõe um princípio muito relevante desses empreendimentos e empresas autogestionários. Muitas organizações incorporam, em seu *modus operandis*, procedimentos retirados do modelo capitalista, como; setorização, estudos de tempo e programas de qualidade aplicados a proporcionar um ambiente de competitividade entre os grupos pertencentes ao coletivo. O autor caracteriza três

momentos que os empreendimentos autogestionários percorrem até alcançarem a meta prescrita pela autogestão. O primeiro momento consiste na rejeição; as empresas autogestionárias ou empreendimentos, apesar de se fundamentarem em novos princípios (cooperativismo), ainda mantêm parte da estrutura da empresa anterior ou constituem um empreendimento autogestionário nos princípios do capitalismo. É visível a dificuldade de inserção do novo modelo no contexto grupal, seja por medo do novo modelo, seja pela falta de conhecimento do trabalhar com autogestão.

O segundo momento consiste na compreensão, o grupo passa a ter noção de toda logística do empreendimento e de seu processo produtivo (gestão de estoques, de qualidade, de informação, *layout*) e a compreender seu funcionamento e utilidade. Os trabalhadores passam, então, a tomar decisões no coletivo, com nível de participação maior, relacionadas ao processo produtivo.

O terceiro momento consiste na inovação, os trabalhadores inseridos no processo autogestionário tendem a se aprimorar nas suas atividades organizacionais, utilizando a ferramenta grupal e o diálogo nas tomadas de decisões. A espontaneidade de ideias, criatividade e soluções de problemas são tomadas em decisões no coletivo. O processo consiste na construção de uma nova forma de pensar e analisar as ações e tomadas de decisões, novos conceitos e paradigmas opostos ao sistema capitalista, e na desconstrução cultural e de hábitos vivenciados pelos trabalhadores; uma nova forma de produzir, vender e de se relacionarem em seus ambientes coletivizados.

Tauile e Debaco (2003), citados por Godoy (2005), concluem que a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários consiste no conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo nível de democracia interna e a remuneração do trabalho acontece de forma privilegiada, seja no campo ou na cidade.

O processo autogestionário dos empreendimentos baseado nos princípios da Economia Solidária partem desde a organização das atividades produtivas (forma de trabalho, insumos utilizados) até a sua comercialização (escoamento da produção, divisão de lucros). Um dos principais gargalos enfrentados pelos empreendimentos esbarra nesse ponto, onde empreendimentos sustentam uma nova forma de produzir e de se socializarem, mas necessitam do sistema capitalista para escoarem seus produtos. Pesquisa realizada pelo Sistema de Informação em Economia Solidária - SIES 2007, afirma que, mais de 60% dos empreendimentos enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos. Como exemplo de uma cooperativa de catadores, o gerenciamento do processo de coleta, triagem e estocagem do material é realizado pelo coletivo, de maneira que as tomadas de decisão sejam

realizadas de forma autogestionária. No entanto, o escoamento de sua produção torna-se vulnerável em relação aos atravessadores, que, muitas vezes, instituem o valor a ser pago mediante a oscilação do mercado capitalista. O trecho mostrado no capítulo 3.4 desta dissertação revela essa realidade, na ocasião em que o Brasil atravessava uma crise do sistema, no ano de 2009:

Em todo o Brasil os preços caíram cerca de 60%, mas principalmente os papeis (papel branco, papelão) tiveram as maiores baixas e tem provocado incertezas com relação ao futuro de muitas organizações. Muitas cooperativas estão a beira da falência (JORNAL MNCR, 2009).

Outra característica desenvolvida pela Economia Solidária, e que vai ao encontro das necessidades/dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos, são as redes de cooperação. A troca de experiências tem proporcionado avanços como a formação de um Grupo de Trabalho Brasileiro, organizado em 2001, após I Fórum Social realizado em Porto Alegre. O GT aproximou organizações que trabalhavam com a temática da Economia Solidária no Brasil como: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), Agência de Desenvolvimento Social/Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT), Cáritas, Unisol, Incubadora de Cooperativas dentre outras (GODOY, 2005).

Outro movimento característico ao estudo desenvolvido é a instituição do MNCR, formado por catadores organizados em forma de cooperativas ou associações. O movimento tem por objetivo a autogestão, a ação direta popular e independência de classe.

Dessa forma, a Economia Solidária não se baseia apenas na economia, mas em ações sociais e políticas como descrito por Boaventura de Sousa Santos em uma entrevista realizada no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2010):

[...] a Economia Solidária não é uma forma de economia, é um projeto social, um projeto político de transformação social, é por isso que as organizações da Economia Solidária são distintas, completamente distintas daquela capitalista, e é nesse sentido que elas enunciam outro modo de vida, outro modelo econômico, outra forma de civilização, por isso que nós os apoiamos e promovemos.

Há necessidade de formação política aos grupos pertencentes a esses empreendimentos, e uma ferramenta eficaz na construção de um novo modelo social, político e conseqüentemente econômico. Ações governamentais devem subsidiar uma Economia Solidária com estímulo à constituição de programas de geração de trabalho e renda, oferecendo alternativas de ações empreendedoras para a população mais vulnerável. As pessoas pertencentes a essa realidade, em sua maioria, são trabalhadores, homens e mulheres, que se encontram fora do local de trabalho, e muitas vezes sem condições de regressarem a esse sistema (CHRISTOFOLETTI, 2002).

### 3.7 A Economia Solidária no município de Rio Claro/SP

Após embasamento do conceito da Economia Solidária apresenta-se, no Quadro 1, a trajetória da Economia Solidária no município. A criação do marco legal que institui a Política Municipal de Economia Solidária no município de Rio Claro, regulamentada pela Lei 4038/2010, foi uma conquista dos atores envolvidos, que se arrastou por uma década de luta e esforços, oriundos de uma construção coletiva e árdua de cada empreendimento constituído no município.

A construção e desenvolvimento da Economia Solidária ocorreram através do diálogo entre sociedade e poder público, uma gestão local e integrada com as necessidades de diminuição da vulnerabilidade social e econômica encontrada pelos indivíduos pertencentes aos empreendimentos já existentes.

<b>1997</b>	- Retirada dos catadores do aterro controlado;
<b>2002</b>	- 1º Seminário Internacional de Economia Solidária; - Criação da COOPERVIVA – Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável;
<b>2009</b>	- Fórum Regional de Mulheres da Ação Social; - Diagnóstico e Mapeamento dos EES do município;
<b>2010</b>	- Aprovação da Lei 4038/2010 que fomenta a Economia Solidária no município; - Celebração de convênio com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, com o Projeto intitulado “Mapeando Papeis Sociais: diagnóstico e desenvolvimento de Políticas Públicas em Economia Solidária no município de Rio Claro – SP”, com o objetivo de elaborar um diagnóstico de atividades econômicas para a promoção de ações de Economia Solidária capazes de serem sustentadas por Programas e Políticas Públicas no município; - “Seminário Mapeamento das Ações das Entidades Assistenciais do município”, que apresentou o projeto que seria traçado o mapa da vulnerabilidade social em Rio Claro. - Criação da Feira Popular Solidária, que teve sua primeira edição realizada em abril de 2010, no Centro Comunitário Beija-Flor, no bairro Cervezão em Rio Claro. - Feira de Trocas (julho/2010) realizada na Floresta Estadual - Participação dos Integrantes da equipe do Programa de Economia Solidária na Conferência Regional de Economia Solidária - Início da participação do Programa ECOSOL - Rio Claro nas articulações Estaduais, objetivando conhecer atividades de ECOSOL em outras cidades e reconhecer a situação no país da ECOSOL, identificar possíveis parcerias e capacitações. Essas reuniões acontecem mensalmente e a partir desta data o Programa ECOSOL de Rio Claro passa a fazer parte da mobilização Nacional. - I Feira Popular Solidária do Cervezão. - Participação do Programa de Economia Solidária na II Conferência Estadual de Economia Solidária, I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura, em Osasco – SP; - I Fórum de Economia Solidária, - II Feira Popular realizada no Jardim Progresso - III Feira Popular realizada no jardim Cervezão
<b>2011</b>	- Início do convênio junto ao LAET (Laboratório de Estudos Territoriais), do Departamento de Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, com o Projeto intitulado “Mapeando Papeis Sociais: diagnóstico e desenvolvimento de Políticas Públicas em Economia Solidária no município de Rio Claro – SP”. - Participação de integrantes da Economia Solidária no Fórum Regional de Economia Solidária de São Carlos; Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS, Feira Internacional de Economia Solidária em Santa Maria/RS, delegados para Conferência Regional de Economia Solidária em

	Várzea Paulista/SP, Conferência Estadual de Economia Solidária em Campinas/SP, Conferência Nacional de Economia Solidária em Brasília e participação no CFES – Centro de Formação em Economia Solidária, com representação de gestor, fomento e empreendimento solidário. - Aprovação do Projeto “Cooperação e Desenvolvimento Sustentável: A Valorização do trabalho dos catadores e catadoras do Município de Rio Claro” (SENAES 004/2011) - Criação do Centro de Qualificação Profissional e Inclusão Produtiva e Digital,
<b>2012</b>	- Participação do município no Fórum Regional de Mulheres da Ação Social, Expo Brasil Desenvolvimento Local, I Oficina de Formação de Gestores Públicos na Metodologia de Bancos Comunitários - Participação dos catadores da COOPERVIVA na Expo Catadores; - Parceria estabelecida com CEMPRE, Tetra Pak, Consulado da Mulher, Whirlpool para melhora e valorização do trabalho desenvolvido pela COOPERVIVA; - Participação do prefeito e mediador no “I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, pequenos negócios, qualidade ambiental urbana e erradicação da Miséria” na mesa da Economia Solidária e Economia Criativa, no evento da Frente Parlamentar de Prefeitos realizado em Brasília;

**Quadro 1 - Evolução da economia solidária no município de Rio Claro**

Fonte: Próprio autor

Em seguida, aborda-se a questão das cooperativas de trabalho, especificamente os empreendimentos constituídos de catadores, e o exemplo de um empreendimento de cadeia produtiva de resíduos recicláveis. Objeto de estudo desta dissertação.

### **3.8 Princípios do Cooperativismo**

De acordo com a Lei Cooperativista 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas são definidas como: “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971, art. 4º, *caput*).

Considera-se Cooperativa de Trabalho:

[...] a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho (BRASIL, 1971, art. 2º, Cap. I).

Por meio da Lei 12.690/2012 as cooperativas podem ser formadas a partir de 7 pessoas e não mais necessariamente com número mínimo de 20 pessoas: “A Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com número mínimo de 7 (sete) sócios” (BRASIL, 2012, art. 6º, Cap. I).

Uma cooperativa pode ser definida como associação livre e voluntária de no mínimo 7 pessoas, sem fins lucrativos, embora com fins econômicos, que exercem uma mesma atividade para realizar objetivos comuns, que, para tanto, contribuem equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento. A Cooperativa de Trabalho é

regulada pela Lei 12.690/2012. De forma a não colidir, pelas Leis 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil. O número mínimo de associados para constituição de uma cooperativa, antes da Lei 12.690, era de 20 pessoas.

O empreendimento em caráter cooperativista é regido pelo princípio democrático de “cada pessoa, um voto”. Os excedentes ou “sobras” são distribuídos na proporção de trabalho de cada cooperado.

As cooperativas possuem, no entanto, três características básicas: a gestão, a propriedade e a repartição das sobras cooperativas, regido pelos seguintes princípios e valores de acordo com a Lei 12.690/2012:

- I - adesão voluntária e livre;
- II - gestão democrática;
- III - participação econômica dos membros;
- IV - autonomia e independência;
- V - educação, formação e informação;
- VI - intercooperação;
- VII - interesse pela comunidade;
- VIII - preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa;
- IX - não precarização do trabalho;
- X - respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei;
- XI - participação na gestão em todos os níveis de decisão de o previsto em lei e no Estatuto Social (BRASIL, 2012, art. 3º, cap. I).

Pinho (1977) define o cooperativismo como sendo um movimento que tem como meta a ascensão do sistema produtivo ou consumo, propagado:

nos meios populares da Europa Ocidental de meados do século XIX, para uma ação pacífica de defesa e da emancipação sócio-econômica de trabalhadores urbanos e rurais; doutrina surgida originalmente em oposição ao capitalismo desbragado, mas que depois reagiu também contra os sistemas econômicos que se instalaram em vários países, embasados em crescente intervencionismo estatal ou no socialismo revolucionário (PINHO, 1977, p. 24).

O cooperativismo é visto como instrumento de libertação social do indivíduo, levando também em consideração a doutrina econômica e a gestão, estabelecida de maneira horizontal, baseados nos princípios da democratização, possibilitando a liberdade dos associados na tomada de decisões e, conseqüentemente, na melhoria econômica e social, da atividade desenvolvida pelo indivíduo (PADILHA, 1966).

A expressão cooperativismo pode ser compreendida como um agrupamento de indivíduos com um mesmo ideal e divisão igualitária da produção, fixados em dois princípios: o social e o econômico, baseados no próprio esforço e na ação mutua, grupo de pessoas que tem por objetivo a dedicação por meio da atividade econômica, seja ela de produção, trabalho e consumo (RECH, 1991).

De acordo com Veiga e Fonseca (2002), essa dupla natureza, social (isto é, um empreendimento financiado, administrado e controlado coletivamente) a serviço de seus associados, e econômica, tendo como princípio a competência, sem se perder na disputa desenfreada do mercado capitalista, e ser também eficiente e eficaz nas relações intercooperativas, na construção de redes de negócio cooperativos e se tornar um embrião de nova ordem econômica, social e de uma nova cultura e ética, coloca em cheque dois caminhos de grande contradição: distribuir resultados aos associados ou acumular para o crescimento.

Essa questão nos faz pontuar a importância e a necessidade do planejamento e a visão do futuro, de forma que a deliberação possa ser tomada e discutida em assembleia e contar com o máximo de consenso possível.

A diferença entre uma cooperativa e uma empresa se dá na tomada de decisões. Na empresa o poder econômico de um grupo específico de pessoas é fundamental na decisão do quando e quanto a ser produzido, diferente do empreendimento cooperativista, onde cada integrante possui direito a um voto, independente de sua condição socioeconômica, sendo uma decisão em conjunto por intermédio de uma assembleia (CRÚZIO, 2000)

A organização e solidificação de uma cooperativa se embasam na organização de uma sociedade de pessoas, objetivando a satisfação de necessidades em comum. Diferente das sociedades mercantis, onde a base é o empoderamento econômico, que é refletido no grau de decisão, na cooperativa o poder é igualitário, onde cada cooperado detém o poder de um voto, independente do empoderamento econômico (BARREIROS; PROTIL; MOREIRA, 2005).

Para Young (2006), as cooperativas são democráticas, pois o “peso” do voto é igual para todos, visto que possuem o objetivo de prestar serviço a todos os cooperativados e inserção do indivíduo de maneira a propiciar a inclusão social.

De acordo com Silva et al. (2009), a importância do surgimento desses tipos de cooperativas e o acompanhamento de sua gestão por parte da iniciativa pública e privada em seus métodos de trabalhos possibilitam:

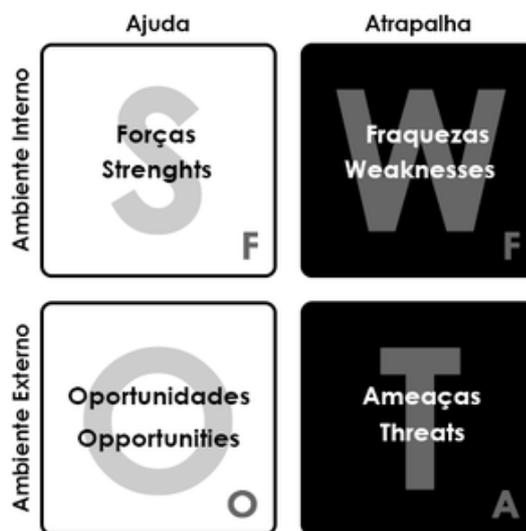
- A geração de trabalho e renda;
- Resgate da cidadania dos catadores;
- Redução de despesas com programas de coleta seletiva nas instituições;
- Organização do trabalho dos catadores nas ruas evitando os problemas na coleta do lixo e o armazenamento de materiais recicláveis em logradouros públicos;
- Redução de despesas com coleta, transferência e disposição final de resíduos separados pelos catadores e que não serão encaminhados ao local de disposição final.

### 3.9 Análise de Ferramentas de Estratégia e Gestão: Matriz SWOT e Indicadores de Desempenho sobre Organização de Catadores

Esse item não visa descrever as ferramentas de gestão, apenas analisar a Ferramenta SWOT, utilizada no decorrer do trabalho e aplicada na cooperativa em estudo, bem como a ferramenta denominada *Indicadores de Desempenho sobre Organização de Catadores*, desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A Matriz SWOT, tem por objetivo possibilitar a visualização de um todo, agrupando o inventário de todas as forças e fraquezas internas da organização. Posteriormente, é feita uma averiguação das ameaças e oportunidades que circundam, no mercado e no ambiente externo.

Segundo Chiavenato e Sapiro (2003), o objetivo dessa ferramenta é interceptar as ameaças e oportunidades de uma determinada organização com seus pontos fracos e fortes. A ideia é relacionar as oportunidades e ameaças existentes no ambiente externo com as forças e fraquezas diagnosticadas no ambiente interno da organização. As quatro áreas servem como indicadores da situação do ambiente analisado e pressupõem uma ferramenta utilizada como indicador de sustentabilidade da organização, e serve de base para planejamentos estratégicos e de gestão de uma organização (Figura 11).



**Figura 11 - Matriz SWOT**  
Fonte: [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

Para Martins (2006), a utilização da Matriz SWOT é uma das práticas mais comuns nas organizações voltadas para a concepção estratégica, é uma ferramenta utilizada como base para a gestão, planejamento estratégico de uma organização e visão panorâmica do ambiente a ser analisado.

Para a verificação de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, os resultados da análise devem ser paralelos com as condições internas, sobrepostas e confrontadas com as situações do ambiente de negócios da organização (YANAZE, 2007), ou seja, a análise deve ser realizada em conjunto com a realidade do campo de atuação da organização.

A Ferramenta SWOT consiste em visualizar fatores influenciadores e apresentar como eles podem afetar a iniciativa organizacional, levando em consideração as quatro variáveis citadas (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), com base nas informações obtidas a empresa poderá elaborar novas estratégias (SILVA, 2010).

**1 - Força:** De acordo com Rezende (2008), os pontos fortes das organizações são as variáveis internas, que possibilitam os requisitos benéficos para a organização em relação ao seu ambiente. São as qualidades da organização, que influenciam positivamente a execução de suas atividades. São recursos e habilidades de que dispõe a organização para buscar as oportunidades e diminuir as ameaças (SANTOS, 2008). É uma das ferramentas mais estruturais que uma organização possui, é através dessas qualidades que a organização atinge seus objetivos e possui total controle para o planejamento e direcionamento de suas ações.

**2 - Fraquezas:** Os pontos fracos das organizações são caracterizados como deficiências que impedem a potencial capacidade de desempenho das atividades exercidas, sendo necessário detectar as áreas e pontos frágeis no decorrer do processo para minimizar a perda da capacidade do trabalho realizado. São condições desfavoráveis, criando a necessidade da observação constante do cenário, utilizando-as como estratégia de melhoria do ambiente interno.

**3 - Oportunidades:** Diferente do ambiente interno (forças e fraquezas), o ambiente externo (oportunidades e ameaças) abrangem características macroambientais (populacionais, econômicas, técnicas, políticas, legais, culturais e sociais) e fatores microambientais (consumidores, concorrentes, canais de distribuição, fornecedores). A necessidade de se analisar, as transformações de hábitos do consumidor, surgimentos de novos mercados, diversificação, entrada de novos concorrentes e produtos substitutos, torna-se condições essenciais para o andamento do trabalho realizado (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003). As oportunidades são condicionantes externos que não são controlados, e podem gerar as condições favoráveis para a organização, desde que a organização possua requisitos ou vantagem de empregá-las (REZENDE, 2008). As oportunidades caracterizam o ambiente externo da organização e refletem no cenário interno, possibilitam a necessidade de observar o caminhar, a tendência ou fenômenos do lado de fora da organização, contribuindo para a concretização dos objetivos estratégicos, se bem direcionados pela organização.

**4 - Ameaças:** Morais (2008) ressalta que as ameaças são definidas como forças externas com capacidade de impactar o cenário interno da organização, caracterizada como: competição, a capacidade operacional, custos e mudança na rota do mercado. As ameaças estão diretamente ligadas aos concorrentes e novos cenários, desafiando a atual estratégia do empreendimento, possibilitando a dinamização constante do trabalho realizado, e as formas de aproximação das transformações ocorridas externamente.

Outro instrumento utilizado no decorrer do trabalho foram os *Indicadores de Desempenho sobre Organização de Catadores*. O contato com essa ferramenta foi possível graças ao trabalho que vem sendo desenvolvido junto a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos e Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins (ABIPCH/ABIPLA) que tem por objetivo:

- 1) Colaborar na melhoria do panorama estadual em relação à destinação de resíduos sólidos urbanos, ajudando a reduzir o volume de materiais recicláveis que seriam destinados aos aterros.
- 2) Viabilizar a reciclagem das embalagens pós-consumo através de ampliação e melhoria da coleta, triagem, beneficiamento, valorização e comercialização.
- 3) Desenvolver ações destinadas a apoiar programas de geração de trabalho e renda e que promovam a inclusão social, a melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis, através do desenvolvimento de Programas integrados e sustentáveis.
- 4) Oferecer aos geradores de resíduos sólidos (toda a sociedade), uma opção adequada de gerenciamento de seus resíduos.
- 5) Oferecer aos recicladores e ou indústrias transformadoras, matérias-primas devidamente coletadas e processadas.

A ferramenta baseia-se em alguns indicadores necessários ao funcionamento das cooperativas de catadores, pautados na Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/2010), que prescrevem: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (...) integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010, art. 6º). E, ainda:

[...] o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outra forma de associação de catadores (...) formados por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação” (BRASIL, 2010, art. 36).

Os indicadores trabalhados em parceria com o projeto em desenvolvimento com a ABIPCH/ABIPLA e ao estudo da cooperativa têm como princípios analisar alguns pontos básicos que constituem a cooperativa. O Quadro 2 descreve os pontos analisados por esses indicadores e quais os parâmetros adotados.

<b>Indicador</b>	<b>Ficha Técnica</b>	<b>Meio de Verificação</b>
Propriedade do Galpão	Avaliar a relação de propriedade do grupo com a infraestrutura do galpão utilizada na produção. Quanto mais autonomia o grupo tiver em relação à infra estrutura mais alta é a nota.	Documento comprobatório de relação de propriedade ou vínculo de parceria.
Estado Físico das Instalações	Avaliar o estado de conservação do galpão deve ser considerado os seguintes aspectos: Estado de conservação do telhado, das instalações elétricas, do número de banheiros para o número de pessoas, do esgotamento sanitário (ligado a rede de esgoto, possui fossa séptica) Pavimentação e drenagem de águas do pavimento.	Visita Técnica.
Capacidade das Instalações	A área útil coberta deve ter a capacidade de abrigar os trabalhadores nos diferentes setores da produção, área de entrada de materiais, área de separação, área de prensagem, área de movimentação de cargas e área de estoque de fardos e escritório.	Planta Baixa.
Maquinário	Equipamentos permitem ao grupo aumentar sua produtividade, salubridade do trabalho e a agregação de valor aos materiais.	Visita Técnica.
Produtividade	Avaliar o volume total COMERCIALIZADO pelo número de trabalhadores no período avaliado, considerado a produtividade média por catador, mesmo aqueles que prestam serviços de caráter administrativos. O período ideal de análise deve ser trimestral, mas em caso de carência de informações deve se considerar o último mês ou informação mais recente.	Registro de vendas; livro de matrícula e/ou registro de retiradas.
Renda	Capacidade da atividade econômica de gerar um renda digna para os cooperados.	Registro de Retiradas.
Redes	A articulação em redes é importante do ponto de vista político e associativo. Além da capacidade de aumento do valor agregado dos materiais pela comercialização em maior escala.	Atas de Reuniões.
Modelo Jurídico Fiscal	O modelo jurídico define a carga tributária e as atividades econômicas que o grupo está legalmente autorizado a executar.	Documentação.
Parceria com Prefeituras	A parceria com a prefeitura define o grau de inserção no gerenciamento municipal de resíduos sólidos.	Documentação.

**Quadro 2 - Indicadores pré-estabelecidos pela FGV/ ABIPCH/ABIPLA utilizado**

Fonte: Adaptado da Ferramenta de Indicadores ABIPCH/ABIPLA

Essa ferramenta proporciona a visualização quantitativa das respostas por meio de variáveis que demonstram as respostas obtidas através da ficha técnica mais o meio de verificação. Essa pontuação já é colocada pelo indicador e varia entre 0; 0,33; 0,66 e 1. O Quadro 3 permite a visualização das variáveis propostas pela ferramenta.

<b>Indicador</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Alternativa</b>
Propriedade do Galpão	Relação de posse da sede da cooperativa	Proprietário/ Comodato mais de 25 anos = 1 Comodato mais de 4 anos = 0,66 Comodato menos de 4 anos/ Aluguel = 0,33 Ocupação Irregular = 0
	Existem manchas de umidade nas paredes e forros?	Sim = 0 Não = 1
	Existem áreas “embarrigadas” no telhado ou no forro, isto é, a superfície não se apresenta plana?	Sim = 0 Não = 1
	Existem goteiras visíveis com chuvas normais, ou seja, quando chove, a água goteja em determinados locais?	Sim = 0 Não = 1
	Existem indícios da presença de cupim/broca na estrutura do telhado e ou nas paredes?	Sim = 1 Não = 0
	Existem trincas ou fissuras verticais nas paredes?	Sim = 1 Não = 0
	Há indícios de desabamento do telhado (quando uma parte do telhado cai, fazendo grandes buracos visíveis a olho nu)?	Sim = 1 Não = 0
	A fiação elétrica está devidamente acondicionada (dentro de conduites, os cabos não estão aparentes, a fiação não está feita de forma improvisada, as conexões utilizam materiais apropriados)?	Sim = 1 Não = 0
	Cada equipamento com alto consumo de energia possui um disjuntor próprio, com acesso não obstruído por bags e com identificação?	Sim = 1 Não = 0
	Estado Físico das Instalações	Tem instalação de rede trifásica?
A chave geral costuma cair quando são ligados vários equipamentos juntos, por sobrecarga?		Sim = 1 Não = 0
Teve algum acidente nos últimos meses, com choque elétrico?		Sim = 1 Não = 0
Existe banheiro feminino e masculino?		Sim = 1 Não = 0

	Nº de catadores	x catadores
	nº de vasos sanitários	x vasos sanitários
	nº de torneiras / lavatórios	x torneiras/lavatórios
	Nº de vasos sanitários para cada 20 trabalhadores	Menos de 1 para cada 20 pessoas (0,05) = 0 Mais que 1 para cada 20 pessoas (0,05) = 1
	nº de torneiras para cada 20 trabalhadores	Menos de 1 para cada 20 pessoas (0,05) = 0 Mais que 1 para cada 20 pessoas (0,05) = 1
	O piso interno do galpão é pavimentado?	Sim = 1 Não = 0
	Existe uma drenagem eficiente (a água não costuma empoeçar)?	Sim = 1 Não = 0
	O piso é irregular ou tem buracos que atrapalhem o transporte de cargas?	Sim = 1 Não = 0
	Tem abastecimento de água?	Sim = 1 Não = 0
	Possui caixa d'água?	Sim = 1 Não = 0
	Possui água potável/ filtrada para os cooperados?	Sim = 1 Não = 0
	É ligado à rede de esgoto?	Sim = 1 Não = 0
Capacidade das Instalações	Área do galpão em m <sup>2</sup> :	Sim = 1 Não = 0
	Área armazenagem de materiais mistos	Sim = 1 Não = 0
	Área de separação de materiais	Sim = 1 Não = 0
	Área de prensagem de materiais	Sim = 1 Não = 0
	Área de estoque de fardos	Sim = 1 Não = 0
	Escritório	Sim = 1 Não = 0
	Área de estoque de caçamba	Sim = 1 Não = 0
Maquinário	Possui esteira?	Sim = 1 Não = 0

	Possui prensa?	Sim = 1 Não = 0
	Possui empilhadeira?	Sim = 1 Não = 0
	Possui mesas de separação?	Sim = 1 Não = 0
	Possui paleteiras?	Sim = 1 Não = 0
	Possui carrinhos de carga?	Sim = 1 Não = 0
	Possui plataforma digital?	Sim = 1 Não = 0
Produtividade e	Volume médio comercializado (kg):	x Kg
	Número médio de trabalhadores no período:	x trabalhadores
	Período analisado (especificar meses):	x meses
	Produtividade média mensal por catador:	(média calculada - não inserir dados)
	Produtividade por catador	igual ou superior a 3000 kg por catador-mês = 1 entre 2000 e 2999 kg por catador-mês = 0,66 Entre 1000 e 1999 kg por catador-mês = 0,33 inferior a 1000 kg por catador-mês = 0
Renda	Valor da Renda Média por catador	Mais de 2 salários mínimos = 1 Entre 1 e 1,5 salário mínimo = 0,33 Menos de 1 Salário Mínimo = 0
	Frequência dos pagamentos	pagamento mensal = 1 pagamento quinzenal = 0,66 pagamento semanal = 0,33 pagamento no ato da venda = 0
Redes	Participa de alguma rede articulação com outras organizações de catadores?	Sim = 1 Não = 0
	Se sim, a rede executa comercialização conjunta?	Sim = 1 Não = 0
Modelo Jurídico Fiscal	A organização é formalizada	Sim = 1 Não = 0
	Se sim, qual o modelo jurídico/fiscal	cooperativa/associação = 1 empresa/mei = 0
Parceria com Prefeituras	Qual o vínculo formal com a prefeitura municipal ?	Contrato de prestação de serviço remunerado (lei 11.445) = 1

		Convênio prevendo apoio integral - com aporte financeiro = 0,66 Convênio com apoio parcial - sem apoio financeiro = 0,33 Nenhuma relação formal com prefeitura = 0
--	--	--

**Quadro 3 - Variáveis e Alternativas utilizadas**

Fonte: Adaptado da Ferramenta de Indicadores FGV/ABIPCH/ABIPLA

A ferramenta proposta nos permite a visualização pontual e necessária de funcionamento das cooperativas/associações, não levando em consideração a gestão do empreendimento. É uma ferramenta que visa analisar a estruturação do funcionamento do empreendimento, deixando de analisar a gestão interna e humana do local. Cabe ressaltar que tal ferramenta necessita ser complementada com demais ferramentas de análise, por isso a utilização da matriz SWOT.

### **3.10 Reflexão sobre a Construção Coletiva de Saberes e Ações Pautadas na Organização de Movimentos Sociais**

Dentre os assuntos abordados, tendo como pano de fundo as ações desenvolvidas por grupos de trabalhadores relacionados à coleta seletiva de resíduos sólidos, organizados em cooperativas ou associações, ou mesmo autônomos, é válido relatar a dependência dos indivíduos em programas governamentais para sua sobrevivência básica. No entanto, as ações desenvolvidas pelo poder público em fomentar cenários econômicos, sociais, culturais e políticos que visam à valorização do ser humano, são barradas pelo sistema econômico dominante. O modo coletivo e cooperativista, pautados na valorização humana, e não na produção de valores, disputa diariamente com diversas formas de organizações capitalistas.

É fato que as atividades desenvolvidas pelos catadores, norteados pela Economia Solidária, como alternativa de estímulo ao desenvolvimento local, e a valorização do trabalho humano em favorecer a circulação de recursos monetários, bens e serviços entre um maior número de trabalhadores, não atingem o núcleo da relação capitalista: a exclusão.

A busca de uma sociedade pautada pela convivência com a pluralidade, pela valorização dos saberes e da criatividade humana, pela melhoria da qualidade de vida e pela construção coletiva de um projeto de desenvolvimento sustentável, tem propiciado a criação de movimentos sociais baseados em modelos mais equitativos e na valorização dos grupos sociais formados por empreendimentos pertencentes à classe dos “excluídos”, objetivando novas alternativas de sustento financeiro do indivíduo, e não a competição entre os modos de

produção. O objetivo não é de proibir as relações do capitalismo e, sim, inviabilizá-las, propiciando critérios justos e equitativos que priorizem, por exemplo, a relação sociopolítica e cultural.

A persistência da cultura política assistencialista e clientelista nesses empreendimentos prejudica o desenvolvimento, enquanto organizações autogestionárias e democráticas, acarretando fragilidades econômicas e de sobrevivência nas formas solidárias na economia de mercado. De um lado, o assistencialismo, caracterizado por ações paternalistas, baseadas em solucionar problemas pontuais e superficiais, com objetivo de prestação de ajuda ao grupo excluído, mas dificultando a emancipação do coletivo; de outro lado o clientelismo, caracterizado pelas trocas de favores, desestruturando relações coletivas, com objetivo de favorecer e beneficiar pessoas, não pela pressão e protestos e, sim, pela articulação exclusiva ao líder e seus interlocutores.

Embora autores ligados ao marco da Economia Solidária enfatizem processos sociais e culturais no meio da sociedade civil, é fato que o processo de construção é lento e que a construção de novas formas de relações econômicas está inserida num contexto de lutas políticas. Iniciativas isoladas e individuais são “engolidas” pelo sistema, por isso há necessidade de trocas de experiências, novas ideias, articulação entre grupos de trabalho, discussões e transformação de teorias em propostas, o que também é movimento político. A necessidade de integração e disputa de espaço entre grupos sociais, relacionados a uma nova forma de produzir e de comercializar seus produtos, materiais ou serviços, só será possível quando houver integração entre debates políticos mais amplos, e ampliando a politização entre suas unidades, a dimensão política se converterá em ações concretas de desenvolvimento alternativo e transformação social. Somente o caminho da praticidade e das lutas iniciadas há séculos poderá mostrar resultados, sentido humano mais justo e resposta ao desafio da sociedade atual: Como eliminar a exclusão?

O trabalho desenvolvido pelos grupos denominados autogestionários tem propiciado a desconstrução de caminhos criados pela sociedade atual. O trabalho, que antes era de propriedade coletiva da espécie humana, atualmente passou a ser individualizado. O sistema dominante tem transformado a identidade humana de um “dado” em uma “tarefa”, ou seja, é necessário tornar-se o que já se é (BAUMAN, 2001).

A ansiedade da sociedade atual é sempre estar a frente do outro indivíduo, isso caracteriza-se claramente nas diferentes classes sociais existentes. A maioria dos sujeitos, na sociedade individualizada, e cada vez mais fechada, tem se distanciado dos trabalhos coletivos e cooperativos. Uma causa é a própria natureza humana, destacada por Bauman

(2001, p.44): “os indivíduos não são aditivos, não podem ser somados numa “causa comum”. Podem ser postos lado a lado, mas não se fundirão, apenas os problemas são semelhantes”.

Quem sabe, uma das formas de diminuirmos a exclusão seja nos mantermos “ombro a ombro” e andarmos unidos?; ou, quem sabe, caso os poderes individuais, tão frágeis e superficiais isoladamente, fossem condensados em posições em ações coletivas, para que pudéssemos realizar em conjunto o que ninguém poderia realizar sozinho?

A individualização enraizada no sujeito tem o poder de transformar a identidade humana de um dado em uma tarefa, gerando um indivíduo e uma sociedade, com autonomia de júri. Isso significa não ter ninguém a quem culpar pela própria miséria, significa não procurar as causas das próprias derrotas, senão na própria indolência e preguiça, e não procurar outro remédio senão tentar com mais e mais determinação. O indivíduo, pertencente à sociedade, com menos escolhas, tem que compensar suas fraquezas individuais pela “força do número”, encarar a ação coletiva. As privações somam-se em “interesses comuns” dentro dos coletivismos, uma estratégia de remediação para os que estão em situação de vulnerabilidade, situados à margem da sociedade individualista. A aglomeração de indivíduos cidadãos pertencentes aos grupos “excluídos” pelo sistema, tem sido encarada como possibilidade de aproximação do indivíduo novamente na sociedade.

A necessidade de transformar o indivíduo em cidadão é um dos grandes desafios para que o trabalho coletivo possa fluir naturalmente, tendo em vista que o indivíduo almeja seus próprios interesses, o cidadão tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar do outro, afetando diretamente o grupo ao qual o indivíduo pertence, propiciando espaço de construção de saberes, dialogo e fortalecimento do sujeito, tendo em vista a valorização do ser humano e o crescimento do indivíduo no coletivo.

### **3.11 Revisão dos Aspectos Metodológicos Empregados**

O trabalho desenvolvido foi inserido numa abordagem metodológica de “pesquisa-ação”. Segundo Thiollent, (1986, p.14) a pesquisa-ação é definida como:

[...] tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Os mecanismos de aproximação direta com o objeto de pesquisa (cooperativa de catadores), junto às necessidades de intervenções e melhorias na gestão e valorização do trabalho desenvolvido pelo coletivo, busca de mecanismos de facilitação de aprendizado e

busca de iniciativas, a fim de contribuir na construção e na concretização de novos saberes, vem ao encontro do que diz El Andaloussi (2004, p.89):

A pesquisa-ação desenvolve-se enquanto paradigma específico, possibilitando abordagem dos fenômenos da sociedade em sua complexidade. Permite a intervenção do investigador dentro de uma problemática social, analisando sua implicação e anunciando sua finalidade, para mobilizar os participantes na pesquisa-ação. Os interessados tornam-se participantes e atores do desenvolvimento da ação, contribuem para produzir novos saberes.

A relação entre pesquisa e ação no trabalho desenvolvido junto ao objeto, possibilita um arranjo equilibrado entre ambas as partes. Um grande desafio, presente nesse processo, refere-se à produção e sistematização do conhecimento paralelo à intervenção, propiciar a transferência do conhecimento (TEIXEIRA, 1998).

A “pesquisa-ação” proporciona um cenário desenvolvido pelo pesquisador de equacionar os problemas encontrados no acompanhamento, nas ações e na avaliação do objeto de estudo, advindas do processo de problematização do contexto analisado (THIOLLENT, 1986)

Esse anseio pela mudança na realidade das pessoas faz com que os pesquisadores envolvidos coloquem como objetivo maior do estudo, da pesquisa e análise, a melhora da qualidade de vida da população, beneficiando e valorizando o ser humano, deixando prevalecer a prática do estudo e não apenas a teoria.

Adeodato (2005) expõe a necessidade da produção e disseminação do conhecimento científico e tecnológico que embase em uma coparticipação e coexistência de duplo sentido entre o homem e os recursos naturais, podendo destacar o *habitat* do ser humano, meio urbano, como forma de contribuição na melhoria da qualidade de vida, estendida em um sentido mais amplo do processo.

Gamboa (1982) corrobora, afirmando que a pesquisa-ação busca ultrapassar a barreira entre o conhecimento e a ação, viabilizando a prática do conhecer para atuar.

Borda (1972) salienta que a metodologia e o pesquisador estão em conjunto, a prática será a continuidade da pesquisa, e não será possível deduções de cunho teórico, ou mesmo a validação ou não do conhecimento sem a concretização teórica intrínseca na prática.

Assim como a metodologia não está separada do pesquisador, conseqüentemente a pesquisa não está separada do objeto de estudo. A metodologia investigatória da pesquisa-ação pode sofrer mudanças no decorrer do processo, essas oscilações podem ser ocasionadas por forças sociais adversárias e condições políticas locais.

O modelo de abordagem da pesquisa realizada foi de envolver o objeto de estudo (grupo que compõem cooperativa de catadores) de tal forma que, os próprios cooperados se

sentissem pertencentes ao trabalho desenvolvido, e que a pesquisa tivesse um caráter de continuidade no processo de construção do grupo.

Essa metodologia apresenta alguns parâmetros apontados por Hall (1981, p.81), resumindo-a da seguinte forma:

A informação é devolvida ao povo, de onde a mesma surgiu bem como na linguagem e na forma cultural daquele ambiente; o povo e o movimento de base passam a estabelecer o controle do trabalho; as técnicas de pesquisa tornam-se acessíveis ao povo; um esforço consciente é necessário para manter o ritmo da ação-reflexão do trabalho; aprender a escutar e a ciência tornam-se partes do dia-a-dia da população.

Neto (2002, p.1) corrobora, analisando que:

A metodologia da *pesquisa-ação* é uma opção, uma metodologia que estimula a participação das pessoas envolvidas na pesquisa e abre o seu universo de respostas, passando pelas condições de trabalho e vida da comunidade. Buscam-se as explicações dos próprios participantes que se situam, assim, em situação de investigador.

A participação do investigador é direcionada à construção de saberes e do próprio conhecimento, focado no objeto de estudo (dinâmico), tornando-se o sujeito da produção. Essa metodologia constitui-se um objeto de educação, controle social e ação educativa, que, de acordo com Oliveira (1981) proporciona o conhecimento da tomada de consciência e a autonomia da iniciativa transformadora da realidade vivenciada.

A necessidade de estratégias e de planos construídos mediante a análise e vivência com o grupo é de fundamental importância. A intervenção de modo estratégico, de acordo com El Andaloussi (2004), visa tornar mais produtiva a pesquisa, e fortalecer alianças de cooperação entre os participantes, criando um sentimento de pertencimento às ações desenvolvidas, enraizando um processo de continuidade no indivíduo. O cenário passa a ser construído *a partir de* e não *para o/a* grupo/situação (BOFF, 1996).

A “*pesquisa-ação*”, com ênfase no caráter estratégico, permite diversos mecanismos e possibilidades na produção do saber coletivo e na resolução dos problemas detectados. As estratégias são dispositivos embaixadores na construção de respostas, propiciando um ambiente de intervenção e pesquisa num trabalho coletivo de concepção, organização de um processo em andamento (ADEODATO, 2005).

El Andaloussi (2004) contribui, elencando pontos fundamentais no processo de *pesquisa-ação*:

- Estrutura da disposição da *pesquisa-ação*: estratégias escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa e ação pretendida;
- Produto das ações e das pesquisas: resultados gerados no processo;

- Interações entre os participantes: interação do público envolvido (pesquisadores, atores, organizações de fomento, poder público, instituições privadas, organizações não governamentais) e suas redes;

- Perspectivas: disponibilidade de continuidade do processo;

- Mudanças vivenciadas: possuindo algumas abordagens levantadas por Adeodato (2005) e pelo pesquisador:

- Plano pessoal: participação, interesse, embasamento sobre o processo, persistência;
- Plano Interpessoal: capacidade de expor e contribuir com a pesquisa, conflito, diferentes pontos de vista, conflitos entre os participantes;
- Plano organizacional: estruturas e dispositivos criados estratégias obtidas em meio ao processo e fora dele, técnicas e diferentes abordagens;
- Plano Institucional: apoio do Poder Público, Instituições de fomento, Instituições Privadas, ONGs ao projeto.

Thiollent (1986) sintetiza as características da pesquisa-ação (Quadro 4):

Principais aspectos da pesquisa-ação	Aplicação ao objeto de estudo (COOPERVIVA)
I- Existe alto nível de envolvimento entre os investigadores e as pessoas incluídas no ambiente investigado?	SIM
II- Por meio dessa interação, as soluções propostas caracterizam-se como prioridade a partir dos problemas detectados pelo investigador deliberando uma ação concreta ?	SIM
III- O objeto analisado não se personifica, ou seja, não está centrado nas pessoas e sim nos problemas e na situação de diferentes natureza encontradas no objeto de estudo?	SIM
VI- O objetivo da pesquisa-ação, consiste em diagnóstica e resolver, ou pelo menos esclarecer, as dificuldades encontradas no objeto investigatório?	SIM
V- Existe um acompanhamento, durante o processo investigatório, das ações e toda atividade deliberada dos protagonistas da situação?	SIM
VI- A pesquisa não esta focada apenas em executar uma única ação (risco de ativismo), mas em ampliar o “nível de tomada de consciência” dos grupo e atores considerados?	SIM

**Quadro 4 - Verificação da adequação da proposta de trabalho de valorização da COOPERVIVA a uma pesquisa-ação.** Fonte: Adaptado de Thiollent (1896)

Tendo como base o modelo metodológico apresentado e a necessidade da teoria e da prática seguirem em paralelo com a pesquisa desenvolvida, apresenta-se, no próximo capítulo, o procedimento realizado e os resultados obtidos do trabalho realizado junto a COOPERVIVA, objeto de estudo da pesquisa.

## 4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

### 4.1 Aspectos Gerais

Estabeleceu-se o contato prévio com as secretarias responsáveis pelo trabalho desenvolvido pela cooperativa (Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente – SEPLADEMA – e Secretaria Municipal de Ação Social). Após esse contato inicial, agendou-se uma reunião com os responsáveis das secretarias, ressaltando a valorização do trabalho desenvolvido pelos catadores no município e a importância de se trabalhar com os indivíduos pertencentes à cooperativa, tendo em vista a vulnerabilidade prevalente nesses empreendimentos. Nessa reunião, discutiu-se a temática a ser executada, tendo como principal ação as relações humanas existentes no grupo a ser estudado.

Em trabalho anterior, realizado no ano de 2008, já havia contato do autor com a cooperativa. Essa aproximação foi estabelecida por intermédio de um estágio realizado com o grupo, mas a rotatividade do coletivo fez com que se criasse novamente a necessidade de um novo diálogo com a cooperativa.

Após reunião com os membros das secretarias houve o contato com a cooperativa de catadores e equipe da Secretaria Municipal de Ação Social. O primeiro diálogo contou com a participação da presidente da cooperativa e Secretária Municipal de Ação Social, onde foi explanado o projeto a ser realizado.

Ficou pactuado que, antes do trabalho de análise do grupo, fosse realizado um contato próximo aos indivíduos. Esse contato foi através da vivência junto ao coletivo, que culminou na saída ao campo de trabalho, realizada em dois dias: o primeiro, com parte do grupo que realiza a coleta seletiva com os caminhões; num segundo momento, ocorreu a separação dos materiais na mesa de triagem.

Junto com a vivência no campo realizou-se uma análise da divisão do trabalho existente no coletivo. Essa visualização da divisão do grupo sucedeu por meio da aproximação constante com o grupo, e se baseou na observação de cada indivíduo no grupo, e do trabalho realizado por cada cooperado, em conversa com a presidente da cooperativa.

Na continuidade, aplicou-se uma ferramenta de indicadores qualitativos como estratégia de visualizar todo o trabalho realizado pela cooperativa, desde as ações de coleta, separação, comercialização, o espaço físico e parcerias existentes com o poder público e/ou outras instituições junto com a presidente da cooperativa, Secretaria de Ação Social e SEPLADEMA. Os indicadores abordaram os seguintes temas:

- Propriedade do Galpão;
- Estado Físico das Instalações;
- Capacidade das Instalações;
- Maquinário;
- Produtividade;
- Renda;
- Redes;
- Modelo Jurídico Fiscal;
- Parceria com Prefeitura.

Essa ferramenta possibilitou a visualização fatível do empreendimento, favorecendo a utilização da ferramenta de Análise SWOT.

Após análise do grupo, em reunião acordada junto aos membros da cooperativa, foram agendados encontros onde se pudesse reunir o grupo de trabalho e fomentar a formação com todos os membros da cooperativa. A cada encontro realizado, discutiram-se diversos assuntos de interesse do grupo, mediante as análises realizadas dos indivíduos; os demais encontros foram agendados no decorrer das formações realizadas. A realização dos encontros partiu da necessidade de se criar um espaço de diálogo e construção de saberes no grupo, tendo em vista que a existência de conflitos e a falta de diálogo entre os membros tornaram-se visíveis, dificultando todo o processo de trabalho, acarretando o acúmulo do trabalho apenas sobre alguns indivíduos.

Dentro do contexto da formação, foi discutida a importância da articulação da cooperativa com demais grupos pertencentes à cadeia de resíduos sólidos, e, mediante as formações, foram realizadas visitas e fóruns de discussão entre demais catadores e o próprio grupo, favorecendo, também, a busca de recursos para o coletivo, baseando-se na PNRS em parceria com demais instituições.

#### **4.2 Atividades Desenvolvidas**

- Reunião com membros da secretaria de Ação Social e SEPLADEMA;
- Reunião com presidente da cooperativa;
- Reunião com os membros da cooperativa;
- Vivência da realidade com o coletivo;
- Análise do coletivo e como é dividido o trabalho interno;
- Análise da cooperativa;

- Análise dos pontos fortes e fracos da cooperativa através da Ferramenta de Análise SWOT;
- Descrição do coletivo baseado na ferramenta de análise do grupo;
- Formação com o grupo;
- Visitas a outras cooperativas e criação do Fórum de catadores;
- Parcerias com instituições privadas/governamentais/apoiadores (CEMPRE, Tetra Pak, Whirlpool, SENAES/MTE).

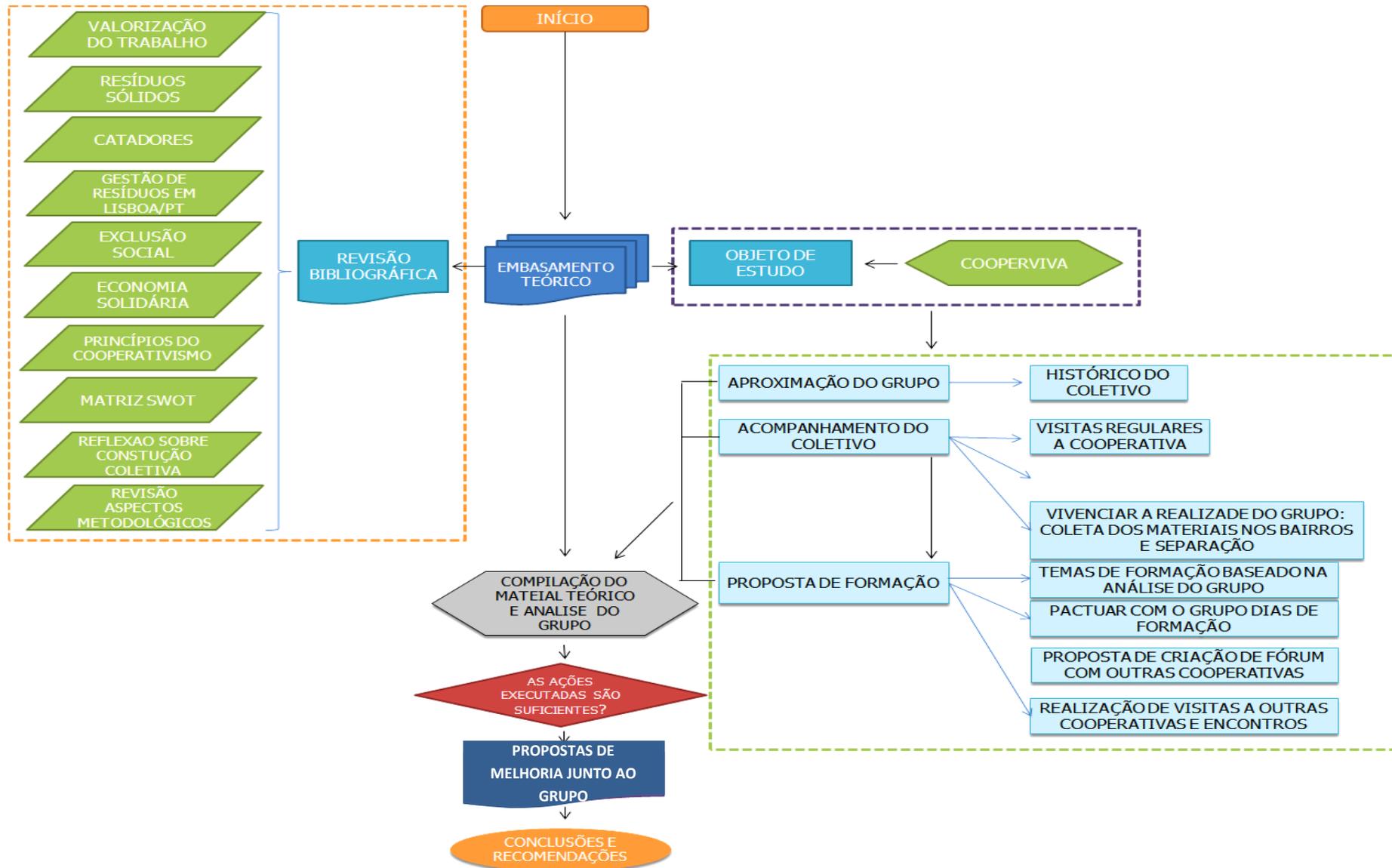


Figura 12 - Fluxograma do processo de trabalho, adaptado de Ártico, 2013

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Da Exclusão à Cooperação: o histórico da COOPERVIVA

A cadeia produtiva da reciclagem no Brasil tem participação efetiva de uma parcela de trabalhadores anônimos sem o devido reconhecimento da sociedade. Organizados em cooperativas e associações, os catadores têm ampliado melhores condições de trabalho e inserção social.

Uma das grandes barreiras para a viabilidade de cooperativas é a gestão, pois seus associados, em grande parte, apresentam pouca escolaridade e conhecimento na área administrativa. A necessidade de apoio externo, até que se crie uma cultura cooperativista e que associados possam gerir sozinhos seus empreendimentos, é demonstrada em todas as discussões e análises com relação ao tema.

A viabilidade das cooperativas de coletores de resíduos recicláveis depende, também, de parcerias. O investimento necessário para que uma cooperativa entre em funcionamento requer capital, não disponível por seus associados. Grandes empresas têm investido em iniciativas desse tipo, tanto pela possibilidade de serem cobradas por uma legislação ambiental mais rigorosa, como pela responsabilidade ambiental e social que adquiriram. Existem, ainda, as que possuem medidas compensatórias integrantes de termos de ajustamento de conduta a cumprir, e as que entendem que tal tipo de apoio melhora sua logística reversa, com apoio dos elos mais fracos da cadeia produtiva (GODOY, 2005).

Esse apoio pode ser financeiro, institucional ou em forma de parcerias de serviço. No entanto, são necessários alguns critérios que contemplem aspectos ambientais como a coleta de todos os tipos de resíduos e não apenas os mais interessantes economicamente, aspectos sociais e aspectos econômicos através do estudo de viabilidade técnica com metas de sustentabilidade a médio e longo prazo para que o desenvolvimento de cooperativas seja impulsionado por tais apoios (DIAS, 2000).

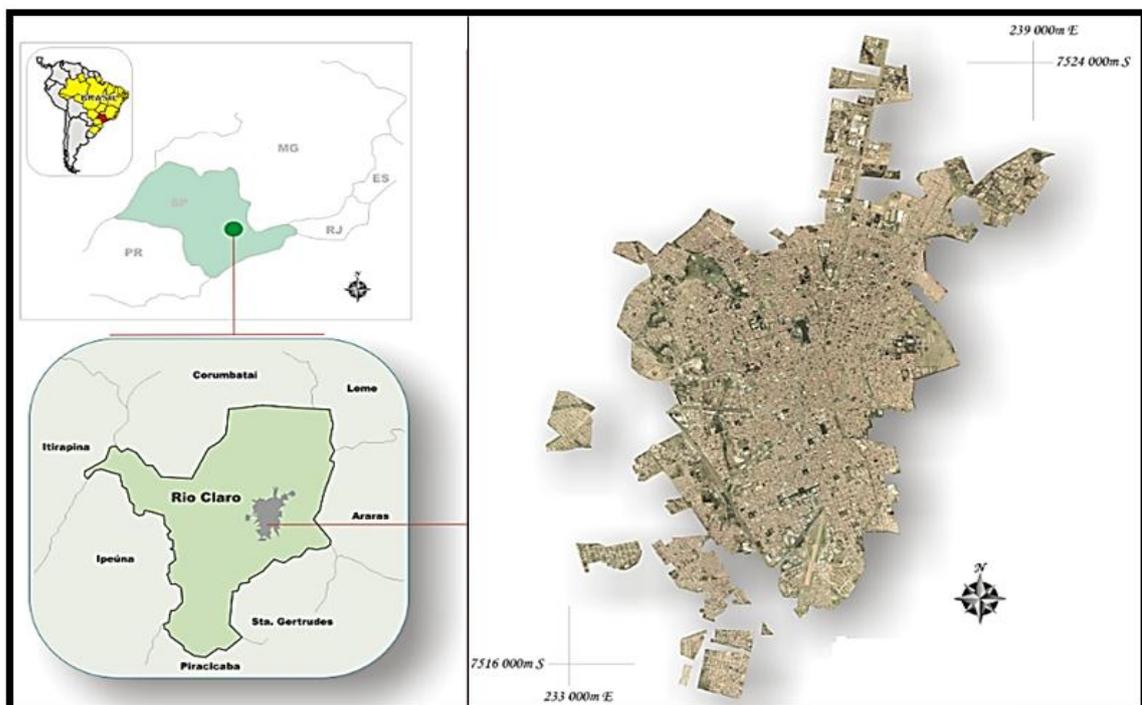
A pobreza, questão mais desafiadora das políticas públicas nos diferentes níveis de governo, persiste, apesar das inúmeras ações para equacioná-la. O desemprego crescente, a ausência de perspectiva do retorno da empregabilidade e o aumento generalizado da informalidade são algumas das graves consequências desse modelo econômico. Diante de um cenário tão devastador, as políticas compensatórias, as ações emergenciais podem dar uma solução temporária ou amenizar uma situação, mas não propõem alternativas no longo prazo.

É preciso ir além, buscar alternativas possíveis para oferecer melhores condições de vida às populações atingidas pela miséria.

Acreditando na capacidade de organização e resistência da população marginalizada, e no seu próprio movimento em busca de alternativas e por condições de vida mais digna é que a economia solidária pode pensar um novo cenário. Ações governamentais devem criar bases para uma economia solidária com estímulo à constituição de programas de geração de trabalho e renda, de maneira a abrir possibilidades de ocupação, de trabalho, de emprego e de renda, oferecendo alternativas de ações empreendedoras para a população mais pobre da cidade.

O público-alvo dessas ações são trabalhadores que, de alguma forma, se encontram fora do mercado de trabalho e na maioria das vezes sem nenhuma possibilidade de retornar a esse trabalho (CHRISTOFOLETTI, 2002).

Uma das experiências realizadas pela Prefeitura Municipal de Rio Claro foi a retirada dos catadores de material reciclável do antigo aterro controlado, e a inclusão destes em programa de coleta seletiva nos bairros do município. O município de Rio Claro/SP localiza-se a 173 quilômetros a noroeste da capital paulista, na região sudeste do Brasil (Figura 13).



**Figura 13 - Localização do município e perímetro urbano**

Fonte: Rossetti; Pereira, 2006

O perfil desse coletor é o cidadão oriundo de famílias historicamente vulneráveis e desestruturadas, com baixa ou nenhuma escolaridade, vivendo em moradias precárias e com

extrema dificuldade, que os impossibilitam de ascender social e economicamente (AÇÃO SOCIAL, 2004)

Um trabalho intenso foi desenvolvido pelos técnicos para possibilitar a mudança da situação dos catadores do antigo aterro controlado, que passaram a coletores de resíduos recicláveis, com potencial para agirem como formadores de consciência na questão da cidadania e preservação ambiental.

No ano de 1997, o município de Rio Claro depositava seus resíduos em um Aterro Controlado. Com a necessidade de se adequar às normas ambientais deu-se início a implantação de um Aterro Sanitário, em uma área a 5 km do centro urbano, situada na estrada que liga Rio Claro a Piracicaba em relação à área urbana do município de Rio Claro, entre as coordenadas 7.513.938,91 e 7.513.523,07 N e 234.592,79 e 234.300,20 E, às margens da Rodovia Fausto Santomauro (SP-127). A Figura 14, apresenta a posição do aterro sanitário.



**Figura 14 - Localização do Aterro Sanitário**

Fonte: Adaptado de BELLO, 2010 e SEPLADEMA, 2004

O Aterro Sanitário é fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais especificadas em projeto aprovado pelos órgãos ambientais, possibilitando uma confinação segura em termos de controle da poluição ambiental e proteção ao meio ambiente. Essa medida resultou na retirada de catadores de resíduos que ali se encontravam, exigência esta feita pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente através do Termo de Ajustamento de Conduta assinado pelo Prefeito Municipal naquela ocasião (SEPLADEMA, 2004).

As pessoas que retiravam os resíduos do aterro perderam seus meios de sobrevivência, já que se sustentavam com a atividade (Figura 15). Diante da situação de extrema pobreza e exclusão social, foi preciso uma intervenção da administração municipal no sentido de reintegração dessas pessoas à sociedade.



**Figura 15 - Catadores do antigo Aterro Controlado**

Fonte: SEPLADEMA, 2004

Em 1999, realizou-se um cadastramento para identificar o quadro de carência social dos catadores. Nos casos mais graves as pessoas foram incluídas em programas de assistência da Prefeitura como: Família Cidadã, Renda Mínima, Programa de Bolsa de Resíduos de Construção, Programa do Leite e os idosos foram incluídos no Centro Dia do Idoso.

O contato com os resíduos fez também com que os coletores deixassem de lado a sua autoestima, por isso foi preciso um trabalho voltado à higiene pessoal e asseio dessas pessoas, até seu reconhecimento como ser humano (Figura 16).



**Figura 16 - Trabalho de fortalecimento da autoestima com os ex-catadores do Aterro Controlado realizado em 1998**

Fonte: SEPLADEMA, 2004

Os coletores que formariam a cooperativa passaram por um processo de treinamento e capacitação para o cooperativismo e, também, para o aperfeiçoamento do trabalho na área social, psicológica e de terapia ocupacional. Também foram incluídos num programa de ensino para jovens e adultos e de inclusão social. Tudo isso foi realizado pelos próprios técnicos da prefeitura, como parte de uma política pública.

Até 2002, ano de fundação da COOPERVIVA, os catadores trabalharam em conjunto com o Programa Reciclar 2000. Tal programa era uma parceria entre a Prefeitura Municipal, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e os ex-catadores do então aterro controlado, enquadrado segundo as normas ambientais exigidas pelo órgão estadual responsável, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB.

A partir desse ano, os catadores, juntamente com os técnicos da prefeitura, constituíram a COOPERVIVA, sob a forma de Sociedade Cooperativa, de natureza Civil, sem fins lucrativos fundamentada na Lei Federal nº 5.764/71 e na legislação complementar vigente. A COOPERVIVA

[...] tem como finalidade social a congregação de profissionais que tenham sua atividade voltada para a coleta seletiva de material reaproveitável, e tem por objetivo principal proporcionar o exercício e o aprimoramento da atividade profissional dos associados, com base na colaboração recíproca, visando sua defesa econômica e social e proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades: coleta, triagem, beneficiamento, prestação de serviços e comercialização (COOPERVIVA, 2002, Cap. II, Art. 2º).

A COOPERVIVA iniciou suas atividades em uma área urbana no município de Rio Claro, cedida provisoriamente pela Prefeitura através do Decreto Municipal nº 7225, de 29 de novembro de 2004. A área total do espaço perfazia 2.205 m<sup>2</sup>, sendo 805 m<sup>2</sup> de área construída e coberta, atendendo a 30 cooperados. Atualmente, a cooperativa está sediada nesse mesmo local e usufrui de um novo espaço cedido pela prefeitura municipal. O novo barracão foi inaugurado em novembro de 2011 e localiza-se no Distrito Industrial; contém duas áreas

construídas sendo destinadas à triagem do material e outro para armazenamento e prensagem (Figura 17).

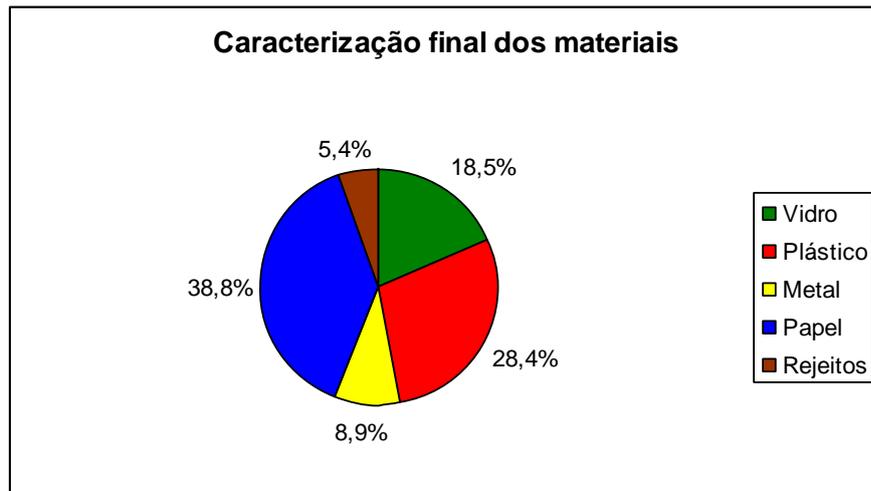


**Figura 17 - Barracão localizado no Distrito Industrial**

Fonte: Proprio autor

A cooperativa trabalha com materiais recicláveis separados nas categorias: papel (papel jornal, papel revista, papel branco, papelão e embalagens Tetra Pak), plástico (PET, PEAD, PEBD, PVC, PS e PP), metal (cobre, alumínio, e sucata de ferro) e vidro (vidro escuro e vidro branco). Alguns materiais que não sofrem transformação são apenas coletados, separados e enfardados. Outros são vendidos e reutilizados por terceiros, a exemplo das garrafas PET, reutilizadas para produtos de limpeza e os vidros de conservas para o artesanato.

Atualmente, a COOPERVIVA coleta aproximadamente 70 toneladas de material reciclável, e comercializa, em média, 65 toneladas. A figura 18 apresenta um gráfico que expressa a caracterização dos materiais coletados pela COOPERVIVA no ano de 2008, referente aos quatro grandes grupos de materiais: papel, metal, plástico e vidro. Nesse ano o papel e o plástico foram os materiais mais coletados, seguidos do vidro. Os metais, que são os recicláveis mais valorizados e, portanto, mais almejados pelos catadores ficaram em terceiro lugar nessa coleta.



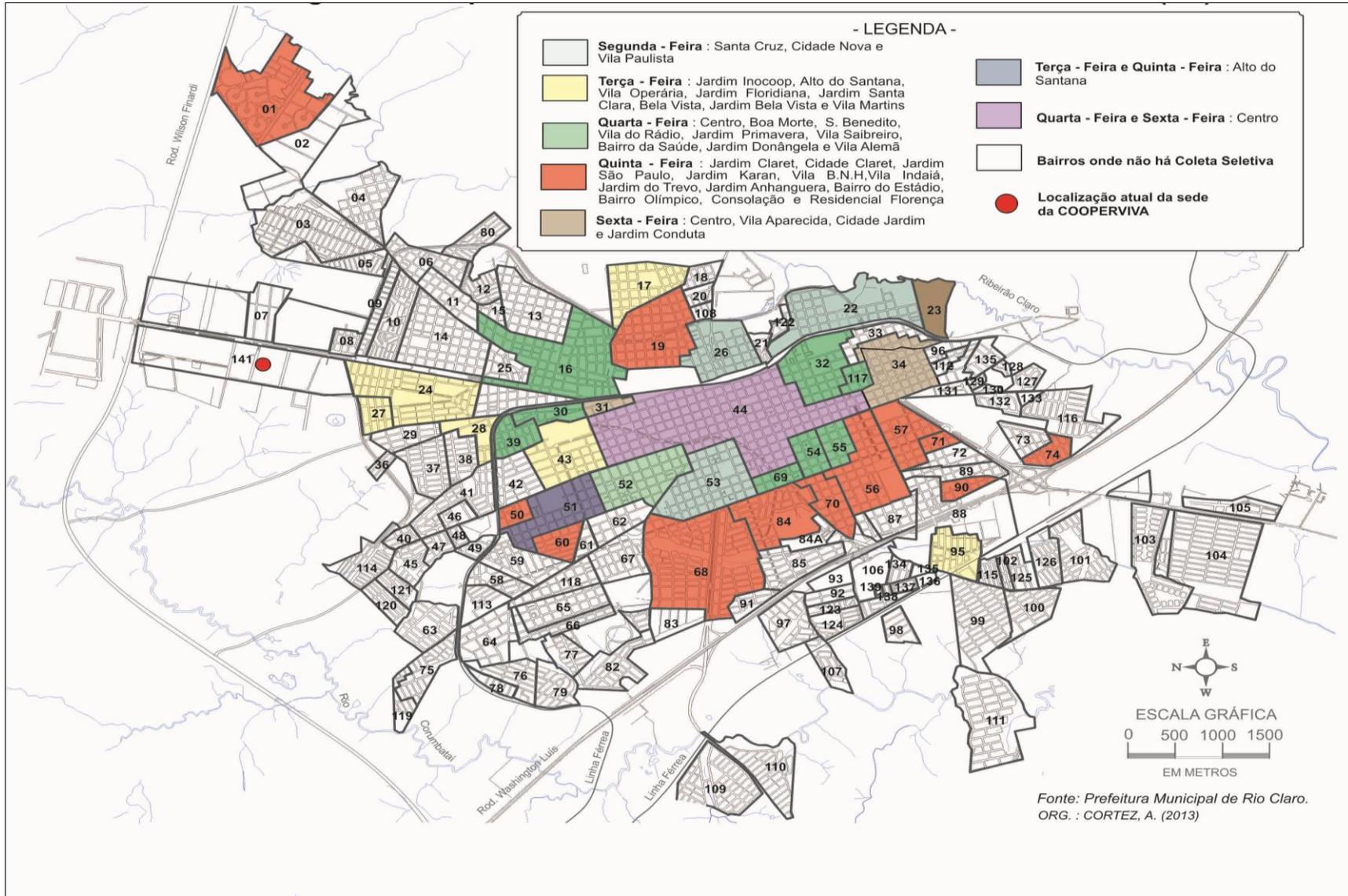
**Figura 18 - Caracterização gráfica dos materiais recolhidos pela COOPERVIVA**  
 Fonte: Lima e Franceschini, 2007

Até 2012, a coleta seletiva de materiais recicláveis estava sendo realizada em 36 bairros no município de Rio Claro, havendo previsão de um novo projeto que, por meio de um quarto caminhão, ampliará o número de setores de coleta, abrangendo, aproximadamente, 70% da área urbana do município - o que corresponde a 65 bairros.

Os bairros em que a coleta seletiva é realizada são divididos em 5 grupos, de modo que cada um deles seja atendido em um dos dias da semana, de segunda a sexta-feira (Quadro 5 e Figura 19).

Dia da Semana	Bairros
Segunda-feira	Santa Cruz, Cidade Nova e Vila Paulista.
Terça-feira	Jardim Inocoop, Alto do Santana, Vila Operária, Jardim Floridiana, Jardim Santa Clara, Bela Vista, Jardim Bela Vista e Vila Martins.
Quarta-feira	Centro, Boa Morte, São Benedito, Vila do Rádio, Jardim Primavera, Vila Saibreiro, Bairro da Saúde, Jardim Donângela e Vila Alemã.
Quinta-feira	Jardim Claret, Cidade Claret, Jardim São Paulo, Jardim Karan, Alto do Santana, Vila B.N.H, Vila Indaiá, Jardim do Trevo, Jardim Anhanguera, Bairro do Estádio, Bairro Olímpico, Consolação e Residencial Florença.
Sexta-feira	Centro, Vila Aparecida, Cidade Jardim e Jardim Conduta.

**Quadro 5 - Bairros atendidos pela COOPERVIVA**  
 Fonte: Lima, 2011



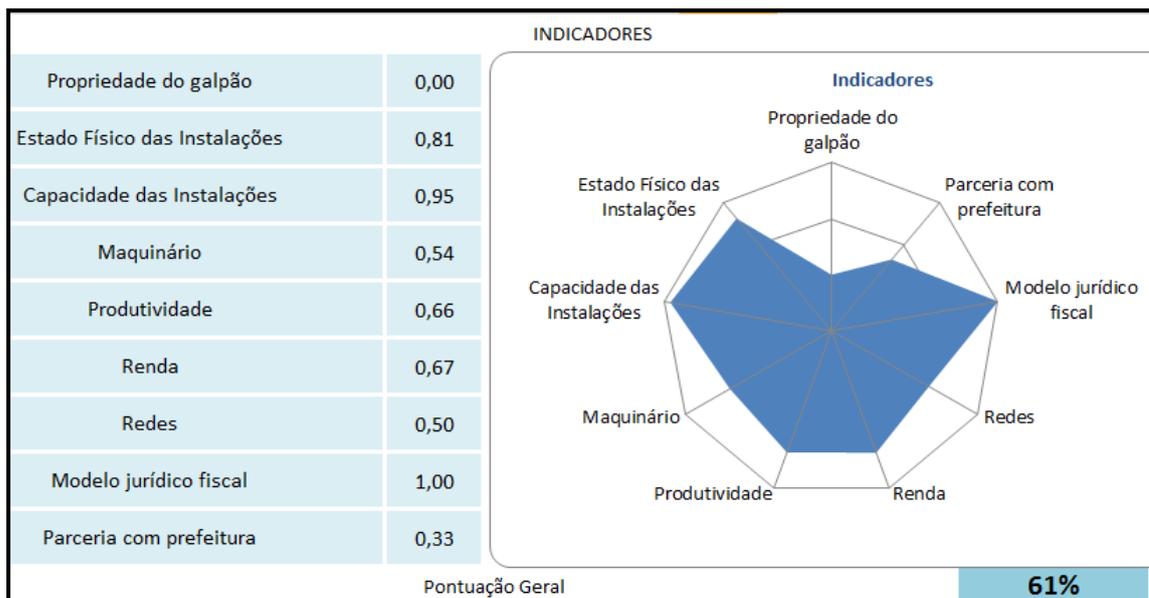
**Figura 19 – Mapa referente à coleta seletiva realizada pela COOPERVIVA**  
Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Claro. Org, CORTEZ, 2013.

Em 2012, a COOPERVIVA contava com 39 cooperados, com previsão de expansão da coleta e de seu espaço por meio do lançamento do Edital 004 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE por intermédio da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, intitulado “A Valorização do Trabalho dos Catadores e Catadoras do Município de Rio Claro – SP”, construído em conjunto com a cooperativa e equipe do Programa de Economia Solidária do município, em parceria com o convênio existente entre o Departamento de Geografia/UNESP.

O projeto prevê a destinação de R\$ 500.000,00 para os desenvolvimentos de trabalhos de capacitação aos catadores não formalizados, que ainda sobrevivem por meio da coleta de materiais do Aterro Sanitário, objetivando a geração de trabalho e renda digna aos indivíduos; prevê, também, a destinação de parte dos recursos para capacitação e formação dos catadores da cooperativa e a compra de equipamentos para auxílio e melhoria das condições de coleta, triagem e armazenamento dos materiais, otimizando, assim, o fluxo de trabalho da cooperativa.

A necessidade da estruturação físico-jurídica e produtiva da cooperativa foi analisada através dos *Indicadores de Desempenho sobre Organização de Catadores*, descrita no item 3.9. A planilha completa está no Anexo I.

A aplicação dos indicadores possibilitou a visualização das respostas por meio da Figura 20, que expressa graficamente os resultados gerados pela ferramenta de análise.



**Figura 20 – Gráfico do Radar de Indicadores**  
Fonte: ABIPCH/ABIPLA, 2012

A leitura do gráfico é realizada de maneira simples, o modelo ideal, de acordo com o indicador, é que a figura geométrica seja totalmente preenchida, à medida que a linha vai se afastando da borda o empreendimento analisado possui falhas e essas falhas são indicadas de acordo com os indicadores pré-estabelecidos.

O gráfico demonstra a falta de um marco legal para regulamentação do espaço da cooperativa, apesar de haver grande incentivo e uma nova área sendo destinada aos trabalhadores da cooperativa. Não existe um planejamento quanto à regulamentação e segurança para os catadores no que diz respeito à posse do espaço, deixando os catadores à mercê das vontades políticas instituídas no município e à insegurança nos anos eleitorais.

Cabe ressaltar que essa ferramenta foi desenvolvida pensando na aplicabilidade em todas as cooperativas/associações de trabalhadores. É necessário entender que cada empreendimento possui uma característica diferente e realidades distintas de outras cooperativas ou associações. A ferramenta não dá margem para análise de outros aspectos, como, por exemplo: no item maquinário, a COOPERVIVA não possui empilhadeira, o que culminou na redução da porcentagem do indicador, mas não levou em consideração a existência de outros maquinários mais fundamentais se comparados à empilhadeira, no contexto do empreendimento analisado.

Esses indicadores caracterizam situações superficiais das cooperativas, proporcionando um resultado pouco satisfatório para análise e estudo das cooperativas. A necessidade de se adequarem as diferentes realidades desses empreendimentos deve ser levada em consideração.

Utilizando a Ferramenta dos Indicadores, podemos intercalar a Matriz SWOT:

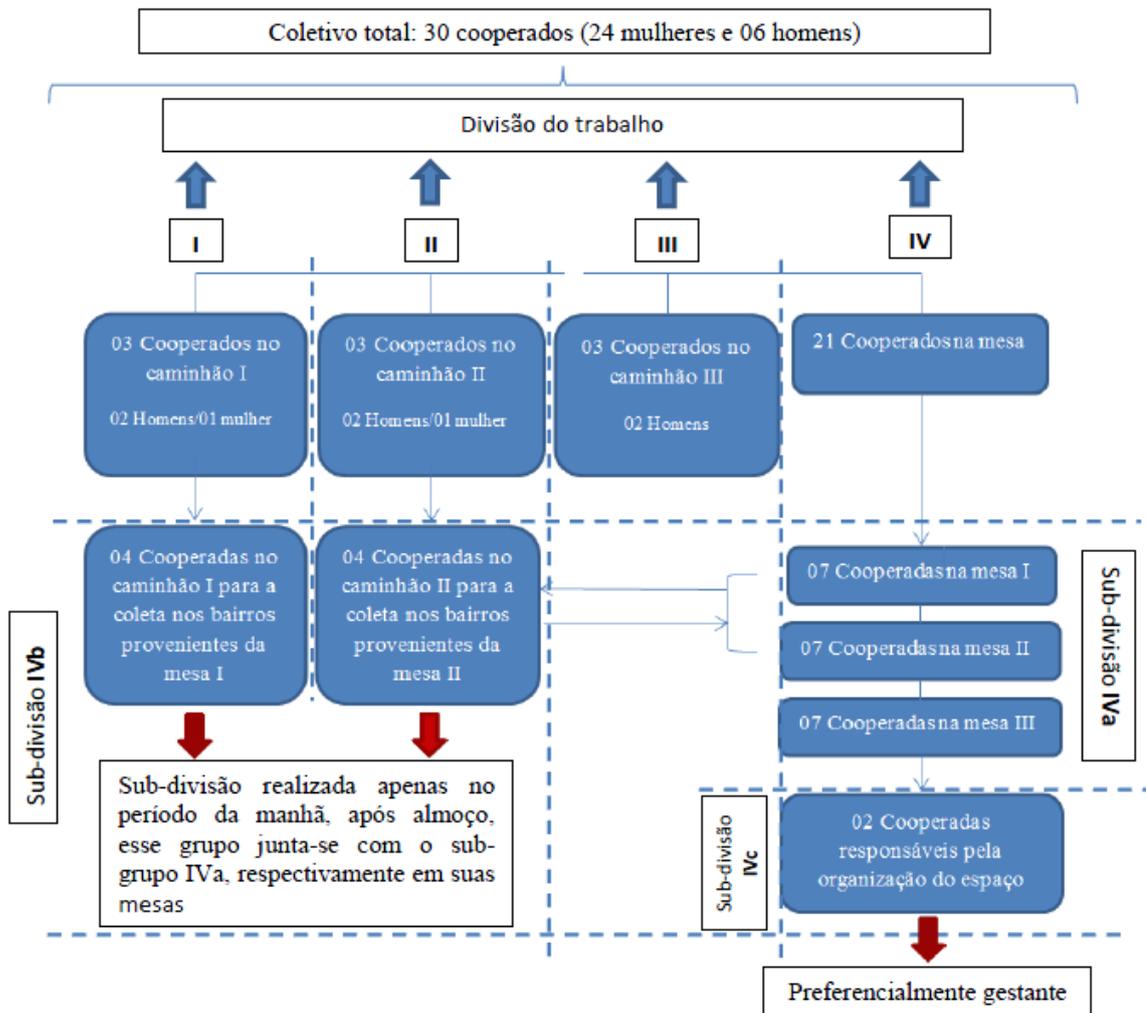
	<b>Ajuda</b>	<b>Atrapalha</b>
<b>Ambiente Interno</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Amplo espaço para estocagem e triagem dos resíduos recicláveis;</li> <li>- grupo denominado “núcleo duro” pertencente já a mais de 5 anos na cooperativa;</li> <li>- regularidade fiscal do empreendimento;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- falta de gestão do espaço físico e humano da cooperativa;</li> <li>- oscilação de indivíduos pertencentes a cooperativa, poucas pessoas permanecem;</li> <li>- alguns cooperados não optam ao pagamento de INSS e não há rodízio de poder na cooperativa</li> </ul>
<b>Ambiente Externo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Governo atual preocupado com a temática de resíduos sólidos e inclusão social resultando na ampliação de infraestrutura para coleta seletiva (espaço, galpão, ampliação da frota de caminhões)</li> <li>- parcerias estabelecidas com instituições privadas;</li> <li>- aplicabilidade da PNRS nas instituições públicas, privadas e sociedade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceria não regulamentada;</li> <li>- acomodação dos cooperados em buscar parcerias de cooperação com demais cooperativas, e não somente com o poder público municipal e instituições privadas;</li> <li>- falta de tomada de consciência dos munícipes para separação dos resíduos recicláveis;</li> <li>- coleta realizada em apenas 30% dos bairros</li> </ul>

**Quadro 6 - Ferramenta Análise SWOT**

A Matriz Swot possibilita observar os pontos fortes e pontos fracos do empreendimento analisado que, na maioria, advêm de fatores externos. A necessidade de consolidação da gestão do empreendimento e melhora na qualidade da eficiência da cooperativa, são pontos primordiais para a ascensão do coletivo, que tem por objetivo ampliar a coleta, realizada, hoje, apenas em partes do município. É visível um amplo auxílio do Poder Público junto ao coletivo, partindo da linha de ação do auxílio e apoio à cooperativa, mas, como observado na ferramenta de indicadores, a falta do marco legal para a regulamentação dessas ações fragiliza o processo de trabalho.

A ferramenta também demonstra que não basta apenas a ótima infraestrutura do coletivo, a necessidade de gestão e da articulação interna entre os catadores é de fundamental importância, para que haja o desenvolvimento sólido e permanente da cooperativa, o crescimento terá como meta inicial os indivíduos que constituem o grupo, partindo de dentro para fora e não de fora para dentro.

Através das visitas à cooperativa, e aproximação constante com o grupo, foi realizado um fluxograma do processo de trabalho realizado no coletivo (divisão do trabalho) dos catadores pertencentes ao coletivo. O número de catadores na época de análise do coletivo (outubro/2011) perfazia 30 cooperados (Quadro 7).



**Quadro 7 - Estrutura do coletivo (outubro/2011).**

Fonte: Lima, 2011

A estrutura obedece a sequência analisada, mas existe um revezamento por parte dos indivíduos com objetivo de remanejamento quando algum catador ou catadora falta. Outra situação, quando isso acontece, vincula-se à questão meteorológica, quando o dia está chuvoso o número de cooperadas que saem junto com os caminhões permanecem na mesa para a triagem dos materiais.

A necessidade da compreensão das informações e dos trabalhos designados ao indivíduo é imprescindível para uma maior eficiência do grupo ao qual pertence. De acordo com Wilber (2007), cada indivíduo possui uma linha de desenvolvimento, existem indivíduos altamente desenvolvidos no pensamento lógico, mas emocionalmente subdesenvolvidos. Howard Gardner (1983) evidenciou esse conceito ao desenvolver a ideia de inteligências múltiplas.

Cada indivíduo possui diferentes inteligências (cognitiva, emocional, musical, cinestésica, entre outras), a maioria dos indivíduos sobressai em uma ou duas delas, e possui deficiência nas outras. Essa divergência não é vista negativamente, o autor parte da percepção da sabedoria integral, que consiste em oferecer ao entorno o que o indivíduo pode oferecer de melhor.

Partindo dessa linha de raciocínio, podemos pressupor a necessidade de cada indivíduo conhecer os pontos fortes (ou as inteligências com as quais podemos sobressair), como também os pontos fracos (deficiências)

A partir do reconhecimento dos pontos fracos e fortes do indivíduo, um novo elemento é reconhecido, a inteligência múltipla ou linhas de desenvolvimento, composta pela inteligência cognitiva, interpessoal, moral, emocional e estética, que apresentam desenvolvimento e crescimento à medida que o indivíduo vai interagindo com o meio (WILBER, 2007).

O desenvolvimento da inteligência emocional, por exemplo, é centrado no “eu”, primeiro estágio do indivíduo, são os sentimentos relacionados à sobrevivência, fome e autoproteção. À medida que o indivíduo ultrapassa o estágio do egocêntrico para o etnocêntrico – do “eu” para o “nós” -, o indivíduo assume compromissos e vínculos emocionais com demais pessoas no seu entorno.

Segundo Wilber (2007) baseado nas premissas de Gilligan (1936), os estágios de crescimento da inteligência múltipla são divididos em quatro. O Estágio 1 caracteriza a moralidade centrada totalmente no “eu”, O Estágio 2 refere-se ao desenvolvimento moral centrado no “nós”, no qual a identidade pessoal expandiu de tal forma a agregar e incluir outro indivíduo do grupo. O Estágio 3 do desenvolvimento moral, a identidade pessoal se expande novamente, dessa vez do “nós” para o “todos nós”. Nesse estágio é perceptível a preocupação e abertura do indivíduo não somente às questões individuais ou somente aos mais próximos (família, amigos) e, sim, por todos os homens e mulheres, independente de sua raça, cor, sexo, ou credo. O Estágio 4 é caracterizado pela autora como Integral, que consiste na amarração do “eu”, “nós” e “todos nós” que nada mais é que o equilíbrio.

Pode-se considerar que o grupo estudado, constituído por catadores, pautados nos princípios da Economia Solidária, ultrapassa o Estágio 3; não existe a possibilidade do indivíduo permanecer no grupo se ele estiver apenas no Estágio 1 ou 2, “eu” ou “nós”, os princípios que regem o coletivo são pautados no Estágio 4 “todos nós”. À medida que o indivíduo alcança esse estágio, cria-se uma consolidação individual, e conseqüentemente, do grupo.

Dentro da abordagem apresentada, a permanência do indivíduo que constitui o “núcleo duro” da cooperativa baseia-se de não existir um retrocesso de estágio, tendo em vista que o sistema capitalista não permite o desenvolvimento do indivíduo do “nós” para o “todos nós”, sendo visível a não permanência de indivíduos que advêm de trabalhos caracterizados pelo sistema dominante. A permanência desse indivíduo é mínima, ocasionando um choque de estágios entre os indivíduos pertencentes ao coletivo e ao novo indivíduo.

É sabido que cada indivíduo pressupõe, mesmo permanecendo no mesmo estágio de outros indivíduos, diferentes realidades e identidades sociais provenientes de diferentes vivências e aprendizados, e que a soma dos indivíduos resultam diferentes percepções e desigualdades dentro do grupo. Como maneira de ampliar a compreensão sobre a COOPERVIVA, este estudo utilizou as teorias de Identidade Social (TAJFEL, 1984) como recurso analítico para identificar e caracterizar um conjunto de variáveis possivelmente importantes acerca do grupo e fenômeno social estudado que melhor se enquadram na perspectiva de emancipação dos trabalhadores ensejada pelos EESs.

## **5.2 Descrição do coletivo baseado nas ferramentas de análise de grupos**

De acordo com Tajfel (1984), na perspectiva intergrupar da identidade social, a caracterização social é um sistema de orientação que ajuda a criar e definir o posto do indivíduo na sociedade. Como maneira de ampliar o escopo do estudo sobre os desafios enfrentados por um grupo de catadores que se mobilizaram para a produção autogestionária de separação de resíduos recicláveis, procurou-se conhecer os significados e as práticas construídas na dinâmica entre endogrupo (identidade construída a partir da comparação social positiva) e exogrupo (o outro, como “não-eu”, não-nós”, que possui uma identidade social sobre o endogrupo negativa) (Quadro 8).

GRUPO		REPRESENTAÇÕES	EVIDÊNCIAS
Catadores COOPERVIVA	Endogrupo	Batalhadores, dispostos, persistentes, guerreiros, exemplos de superação	Mulheres: Cuidam da casa, cuidam dos maridos, cuidam dos netos, são mães, conduzem a cooperativa
			Homens: Trazem o sustento para a família, são mais fortes fisicamente
	Exogrupo	Excluídos	Mulheres: algumas ex-catadoras do aterro, sem escolaridade, sem lugar próprio para morarem
			Homens: Moram sozinhos, sem casa, escolaridade baixa
		Conflituosos	Histórico de conflitos entre os catadores internos e autônomos.

**Quadro 8 - Caracterização dos catadores a partir de olhares de dentro (endogrupo) e de olhares de fora do grupo (exogrupo)** Nota: As evidências foram verificadas por meio da observação direta, análise de dissertações e artigos científicos elaborados na cooperativa

Fonte: Adaptado de GAVINO, 2011.

Além dessa caracterização a partir da definição do endogrupo e do exogrupo, outros elementos dentro da estrutura do grupo podem ser analisados como: 1) Elementos estáticos - a) Tamanho; b) Homogeneidade e heterogeneidade; c) Posição e *status* e d) Normas e 2) Elementos dinâmicos – a) Coesão; b) Afiliação; c) Cultura; d) Clima grupal e e) Rol. Por meio destes elementos, é possível analisar e compreender os fatores que potencializam relações mais duradouras na cooperativa (Quadro 9).

ELEMENTOS DO GRUPO (Estáticos)		DESCRIÇÃO	VERIFICAÇÃO
Estáticos	Tamanho	Componente que intervém diretamente do interior do grupo. Quanto maior o grupo maior a possibilidade de conflitos.	Atualmente 30 cooperados sendo 24 mulheres e 06 homens. Existe um pequeno rodízio do grupo com inserção de outros catadores para suprir a saída de indivíduos do grupo, em média 02 por ano. As diferenças de personalidades entre o coletivo, pelo número maior de mulheres e da divisão do trabalho, ocasionam algumas divergências no grupo.
	Homogeneidade e heterogeneidade	Composição sexual, capacidades e agilidades. Relações de poder, hierarquização. Pontos positivos de uma relação mais horizontal de poder são mais frequentes, porém, a rapidez na tomada de decisão e em especial na produção é menor.	Uma mulher desde a fundação da cooperativa (Inair), os demais cooperados se inseriram após formação da cooperativa, que se deu com catadores do antigo aterro controlado do município. Todos os cooperados moram em regiões periféricas do município. Existe uma pequena porcentagem de mulheres acima dos 50 anos, dificultando um pouco o processo
	Posição e status	Lugar no tecido das relações sociais. Formal (hierárquico) e informal (modelos, mediadores). É defendida a participação de membros da organização em posições diferentes, mas com um sistema de interação horizontal	É possível notar no coletivo, que o papel de liderança (presidente) fica na mão de uma pessoa acordada entre o grupo desde a fundação da cooperativa. Isso vai contra o estatuto, mas o grupo é ciente e opta por essa decisão. Nos outros cargos existe um revezamento feito de acordo com o regimento interno.

	Normas	Marco de referência do grupo. Quando o indivíduo participa do desenvolvimento favorece a internalização da norma de identificação, comprometimento, satisfação e grupo. Existem normas que estão acordadas no grupo por meio de regimentos e aquelas que são pactuadas no decorrer do processo.	A maioria das normas na cooperativa são implícitas sendo que seu regimento interno foi elaborado em 2002 e não sofreu revisões que explicitassem as normas vigentes. Existe um conflito no grupo no que diz respeito a divisão do trabalho, apesar de haverem revezamentos das pessoas que ficam na mesa de triagem e as que saem na coleta junto aos bairros. Outra norma que não está explícita no regimento interno são as faltas. Quando existe a ausência de um catador ou catadora o valor daquele dia é descontado e dividido com os demais que não faltaram.
Dinâmicos	Coesão	Posição em que os indivíduos de um determinado grupo encontram-se atraídos e desejam permanecer assim. Está relacionada ao controle de desempenho, de comportamento desviante, diminuição da motivação de conflitos.	Existe a preferência de grande parte dos indivíduos que compõem o grupo de somente realizar a coleta nos bairros e não ficarem no barracão realizando a triagem dos materiais. Mas é acordado no grupo a importância e necessidade da separação dos materiais para a retirada de cada catador.
	Afiliação	Grau de reconhecimento de um determinado indivíduo com seu grupo observado nos aspectos de: atração, o que incita a pertencer ao grupo e aceitação do grupo em incluí-lo (normas)	O que se configura como identidade para todos é a necessidade de trabalho e renda. Todos os indivíduos que compõem o grupo necessitam do trabalho para sustentar suas casas. Outro ponto é que todos que se inserem no grupo carregam uma vulnerabilidade social (baixa escolaridade, baixa renda ou nenhuma).
	Cultura	Quadro ideológico de referência (valores, crenças, comportamentos estereotipados) que é configurado com a consolidação de relações de grupo. Atende a socialização de novos membros e do controle existente.	É notável que a existência de condições favoráveis para a geração de trabalho e renda (materiais recicláveis coletados) geram comportamentos compatíveis com os princípios da autogestão que são perseguidos e cobrados como divisão equitativa do trabalho (coleta nos bairros, triagem do material, prensagem e venda), cumprimento dos prazos, papéis e responsabilidades.
	Clima grupal	Análise que o indivíduo realiza de pertencer ao grupo. Sentimento de prazer de pertencer ao grupo ou não.	Conflitos interpessoais surgem quando as condições favoráveis para a produção não ocorrem (ausência de algum integrante do grupo). Esses conflitos são remediados mediante algumas reuniões do grupo, mas não suficiente. De maneira geral, os indivíduos que pertencem ao grupo realizam o trabalho de forma a melhorar o coletivo.
	Rol	Padrão associado com uma pessoa em virtude de ocupar uma determinada posição. Reflete as características formais de uma determinada posição, cujas características estão incorporadas nas expectativas sociais e percepções.	Todos os indivíduos que compõem o grupo possuem a mesma característica de estar no coletivo para obter trabalho e renda no sentido do sustento de si próprio e de seus familiares.

**Quadro 9 - Estrutura do grupo a partir de elementos estáticos e dinâmicos**

Fonte: Adaptado de GAVINO, 2011.

A partir do acompanhamento realizado junto ao grupo, foi proposto ao coletivo a realização de encontros que possibilitasse a concentração dos trabalhadores, em dias e horários específicos junto aos cooperados, para discussão e troca de saberes relacionados ao trabalho vivenciado por cada catador.

Para isso, foi pactuado no coletivo, a realização de encontros que pudessem propiciar o diálogo com os demais trabalhadores pertencentes a cooperativa e embasar o grupo cada vez mais próximo dos princípios da Economia Solidária, e difundir a importância de cada cooperado em seu local de trabalho, objetivando proporcionar a capacitação técnica desenvolvido pelos trabalhadores e a melhora da autoestima de cada trabalhador. A capacitação abrangeu os seguintes temas: Relações humanas (autoestima), e posteriormente assuntos referentes a Limpeza Pública; Saúde e Segurança do Catador; Trânsito; Reciclagem e Cooperativismo.

### 5.3 Encontros pactuados junto ao coletivo: primeiro encontro

No dia 24 de setembro de 2011 foi realizada a primeira formação com os catadores da cooperativa. O objetivo desse primeiro encontro foi discutir a importância do trabalho realizado por cada cooperado, a importância de se trabalhar no coletivo e a função que cada um exerce, além de fomentar e articular o valor desses encontros à cooperativa e ao grupo.

Primeiramente, foi preparado um café da manhã para os cooperados de forma a agregar o valor que cada um possui, e como uma estratégia de chamar a atenção para a participação do coletivo ao encontro (Figura 21).



**Figura 21 - Primeiro encontro: Café da manhã**

Fonte: Próprio autor

No segundo momento, foi realizada uma rodada de apresentação e em seguida, entregue para cada cooperado, uma parte do logotipo da cooperativa a fim de se trabalhar o

conceito de grupo e a importância de cada um na cooperativa. Foi combinado no coletivo que cada um iria expor a importância que a cooperativa tinha na vida, e um após o outro foi explanando o que pensava e após foi montado o logo por inteiro na parede (Figura 22).



**Figura 22 - Primeiro Encontro. Formação para o grupo com a divisão do logotipo da cooperativa e montagem**

Fonte: Próprio autor

Registramos algumas falas dos cooperados:

**Márcia:** *“é minha segunda casa...eu fico mais aqui do que na minha casa”*

**Luciana:** *“um pedaço da minha vida”*

**Jucilene:** *“minha família”*

**Cicero:** *“a importância da minha vida está aqui dentro”*

**Vilma:** *“meu tudo de bom”*

**Rita:** *“proteção”*

**Lica:** *“meu lugar de trabalho”*

**Elza:** *“adoro todos que trabalham aqui, desde os motoristas... é um lugar que eu gosto muito e é o sustento da minha família!”*

**Josefa:** *“aqui é tudo pra mim...pago minhas contas e tudo”*

**Rafael:** *“meu sonho”*

**Rose:** *“aqui é meu ganha-pão...aqui eu tiro o sustento para sustentar minha família”*

**Maria:** *“a menina dos meus olhos, é tudo de bom pra mim, aqui eu tiro o sustento para a minha família”*

**Irmã (Maria Alice):** *“primeiramente eu agradeço a Deus por ter um serviço para eu trabalhar todo dia cedo, é o meu sustento e eu gosto daqui”*

**Inair, presidente da COOPERVIVA:** *“...o que eu tenho pra falar é que gosto muito do meu serviço em primeiro lugar, agradeço a Deus tudo o que passei já, entende...gosto do meu grupo, gosto de cuidar dessas meninas, um cuida do outro aqui...mais um sonho meu que é o barracão...nosso barracão que está saindo...então eu agradeço a Deus, daqui uns dias*

*estamos todos ai dentro, e o que eu peço a Deus é muita paz...paciência é o que peço, é pra Deus ajudar nós, entende...nosso serviço, Deus dar força pra nós, se não der força não tem como a gente lutar por nosso serviço...é o que eu mais peço, é isso ai pra Deus...e agradeço porque isso aqui é meu ganha-pão, entende...é daqui que eu consigo comprar minhas coisas, e daqui que eu tiro o sustento da minha família...eu acho que cada um tira seu sustento daqui”*

**Cida (Aparecida):** *“...eu penso assim, todos unidos, e ter bastante amizade, que nós precisamos aqui...eu adoro meu serviço...”*

**Pita (João):** *“aqui é uma família, eu adoro... aqui é que eu como e bebo, trato da minha família, aluguel, água e luz...aqui todos são minha família e adoro trabalhar com eles”*

#### **5.4 Encontros pactuados junto ao coletivo: segundo encontro**

O segundo encontro aconteceu no dia 15 de outubro de 2011 e foram abordados assuntos como: Relação interpessoal; trabalho em equipe, a fim de enxergar em cada indivíduo que compõe o grupo suas qualidades, tanto no trabalho quanto fora, e sua integração com os demais participantes. A atividade do segundo encontro e do terceiro, contou com a participação e execução das dinâmicas de duas graduandas em psicologia.

As dinâmicas realizadas no início possibilitaram abertura dos cooperados quanto ao aprendizado e um melhor contato com os que têm ministrado os trabalhos, além de motivação dos cooperados não somente em seu local de trabalho, mas também fora dele, tendo em vista que cada um procede de situações de vulnerabilidade social. Proporcionou, também, um caminho mais aberto dos cooperados quanto aos temas ministrados no decorrer da formação.

De acordo com Alberto (2002), as dinâmicas são instrumentos que proporcionam a definição de objetivos, sejam eles individuais ou coletivos, bem como, a revisão constante de metas e ações propostas, não permitindo que os indivíduos se distanciem de seus objetivos e questionem-se a respeito de possíveis modificações em suas ideias.

Ainda, segundo Almeida (1973) citado por Alberto et al. (2002) as dinâmicas de grupos, acima de tudo, funcionam como um processo de democratização: levam os indivíduos a participarem e terem responsabilidades e a desenvolverem o espírito de iniciativa. É também um veículo de socialização à medida que proporciona a convivência. Contribui para a formação e, sobretudo, para expressão de ideias lógicas, objetivas e coerentes, auxiliando na gestão do trabalho.

A dinâmica iniciou-se com uma música, onde cada cooperado deveria ir à frente do grupo e chamar outro cooperado e dizer sua qualidade. Esse processo acontecia continuamente até formarem uma “locomotiva humana” (Figura 23).



**Figura 23 - Locomotiva humana realizada pelos cooperados**  
Fonte: Próprio autor

### 5.5 Encontros pactuados junto ao coletivo: terceiro encontro

O Terceiro Encontro aconteceu no dia 29 de outubro de 2011, no qual foram abordados assuntos referentes ao trabalho coletivo, confiança no indivíduo pertencente ao coletivo e respeito uns com os outros.

Realizou-se uma dinâmica na qual os participantes formaram duplas e vendaram os olhos de um dos participantes (Figura 24). O objetivo era fazer com que o participante, com os olhos vendados, fosse guiado pelas mãos pelo participante que estava sem as vendas, e depois somente com a voz; em seguida, houve a troca, onde o participante que estava com os olhos vendados ficou guiando o outro que estava com os olhos abertos.



**Figura 24 - Dinâmica realizada no Terceiro Encontro.**  
Fonte: Próprio autor

## 5.6 Visitas e proposta de Criação do Fórum de Catadores

No dia 14 de outubro/11, foi realizado um primeiro contato entre a cooperativa de catadores do município de São Carlos juntamente com a cooperativa estudada.

O objetivo da visita foi viabilizar e iniciar uma rede de comercialização entre catadores dos municípios de São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto e Jaú, cidades próximas ao do município de Rio Claro. Outra questão foi viabilizar e facilitar trocas de experiências entre os catadores, a fim de fortalecerem, no contexto dessa cadeia produtiva, e provocar a participação nos espaços de debates como fóruns e reuniões entre os catadores em âmbito nacional (Figura 25)



**Figura 25 -Visita da COOPERVIVA ao município de São Carlos/SP**

Fonte: Próprio autor

Entre os dias 03 e 05 de novembro/2011 ocorreu, no município de Assis, o V Encontro Nacional de Formadores e Apoiadores de Catadores – ENFAC, com objetivo de fomentar e articular estratégias para catadores formalizados e inseridos em cooperativas ou associações e trocas de experiências entre o Movimento Nacional de Catadores de Reciclagem – MNCR. (Figura 26).



**Figura 26 - Participação da COOPERVIVA no V ENFAC realizado no município de Assis/SP**

Fonte: Próprio autor

A participação dos catadores e representantes da COOPERVIVA possibilitou a troca de experiências entre demais cooperativas e aproximação das cooperativas de catadores dos municípios de São Carlos e Araraquara.

Nos princípios da Gestão de Pessoas, o encontro promoveu o acúmulo de conhecimento por meio das palestras realizadas, oficinas e GTs (grupos de trabalho) articulados no decorrer do evento.

Os diálogos efetuados pelos próprios catadores possibilitaram o engajamento da cooperativa sendo analisada, no sentido de buscar e solidificar parcerias, promover a integração do coletivo junto a outros catadores, além de mediar o ganho de conhecimento com relação aos assuntos tratados.

Atrelada à visita realizada a cooperativa de catadores de São Carlos e à participação do Encontro Nacional de Catadores no município de Assis, propôs-se a realização de fóruns de discussão entre os próprios catadores, juntamente às cooperativas das cidades adjacentes ao município de Rio Claro, objetivando as trocas de experiências, mediação de conflitos e formação de rede para comercialização dos produtos resultantes da coleta seletiva.

O primeiro fórum aconteceu no dia 14 de janeiro de 2012, onde a COOPERVIVA sediou seu primeiro encontro com a participação de diversas cooperativas, dentre elas: Acácia (Araraquara), Coopervida (São Carlos), Coopereli (Limeira) e Reciclamp (Campinas). O principal foco das discussões radicou na formação de uma rede de comercialização de resíduos sólidos entre as cooperativas.

Nessa primeira reunião, os representantes das cooperativas compartilharam informações sobre suas realidades, iniciando um diagnóstico preliminar da rede. A partir dessas informações, reconheceram que cada empreendimento adota uma nomenclatura para a classificação dos materiais separados e comercializados. (Figura 27).



**Figura 27 -Primeira Reunião do Fórum de Catadores realizada no dia 14/01/2012**

Fonte: Próprio autor

A partir desse momento, foi proposta uma segunda reunião, ocorrida no dia 14 de fevereiro de 2012, com objetivo de socializar, entre os integrantes, os tipos de materiais comercializados em cada cooperativa.

Para facilitar o processo de trabalho, no período da manhã os catadores optaram por descrever os materiais comercializados e suas nomenclaturas através da visualização de cada um. A finalidade desse método foi demonstrar os tipos de materiais que cada cooperativa realiza a triagem, e tornar o trabalho mais prático.

No segundo momento do fórum, as cooperativas levantaram os valores pelos quais os materiais são comercializados em seu município, a fim de possibilitar uma comparação relativa aos preços e identificar materiais que possuam vantagem por meio da comercialização em rede (Figura 28).



**Figura 28 - Segunda Reunião do Fórum de Catadores realizada no dia 14/02/2012**

Fonte: Próprio autor

Como alternativa aos catadores para obterem maiores benefícios, por meio de sua participação na cadeia de reciclagem, aponta-se o caminho de sua organização nos empreendimentos autogestionários e sua articulação em redes de cooperação. Dessas ações

advêm benefícios de ordem social, e também econômica, ocorrendo por meio da agregação de valor aos materiais recicláveis recolhidos pelos catadores através da verticalização de seus negócios. O processo inclui a transformação do material reciclável e a comercialização direta de seus próprios produtos (REINFELD, 1994; RODRIGUEZ, 2002).

Com objetivo da valorização do trabalho desenvolvido pelos catadores, bem como a valorização dos materiais coletados, triados e vendidos, a ideia proposta, e que vem sendo discutida no Fórum de Catadores, é a comercialização em conjunto de seus materiais.

O objetivo é a comercialização de apenas um produto, e, assim, darem sequência em outros produtos. O estudo de qual material é o melhor a ser comercializado, valores pagos pelos intermediários e quanto cada cooperativa comercializa e arrecada com a venda desses materiais são assuntos discutidos no fórum.

A terceira reunião do Fórum ocorreu no dia 15 de março de 2012 e articulou a necessidade de se pensar na logística e na indústria que fará a compra dos materiais. O levantamento das possibilidades está sendo discutido para promover um estudo da viabilidade econômica dos principais materiais comercializados (papelão, PEAD, PET, Tetra Pak, alumínio, dentre outros) (Figura 29).



**Figura 29 - III Reunião do Fórum de catadores realizada no município de São Carlos/SP**

Fonte: Próprio autor

### **5.7 Valorização do trabalho dos catadores por intermédio de parcerias de instituições públicas e privadas**

Através de um diálogo recíproco com os catadores, e a pesquisa com objetivo da valorização do trabalho desenvolvido junto ao coletivo, foram identificadas as necessidades de equipamentos que possibilitassem a melhora e valorização do trabalho desempenhado pelo grupo, a fim de agregar valor ao material coletado por esses catadores.

O trabalho contou com o apoio da atual administração (2009-2012), resultando em diversos projetos que favoreceram a melhoria de condições de trabalho e a ampliação do serviço realizado no município. Cabe ressaltar que tais projetos foram conseguidos em parceria com o Programa de Economia Solidária – Secretaria Municipal de Ação Social, através do convênio celebrado com o Laboratório de Estudos Territoriais/Instituto de Geociência e Ciências Exatas – LAET/IGCE – Departamento de Geografia (UNESP- Rio Claro) e SEPLADEMA.

Uma das ações bem sucedidas foi o projeto firmado entre a cooperativa e a empresa Tetra Pak, que resultou na doação de uma prensa e um transpalete, fundamental no fluxo dos materiais triados até sua venda (Figura 30).



**Figura 30 - Equipamentos doados pela empresa Tetra Pak à cooperativa.**

Fonte: Próprio autor

O segundo projeto foi uma parceria entre o Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE – uma associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do resíduo, mantido por empresas privadas de diversos setores. Essa ação resultou na doação de equipamentos como balança digital, EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) como: calça, bota, óculos de segurança, luvas e máscaras, além de outros equipamentos (Anexo II, p.3). Visando, também, a capacitação e formação desses trabalhadores, o programa proporcionou momentos de discussão sobre diversos temas voltados ao trabalho realizado por esses catadores para qualificação do trabalho desenvolvido. A primeira capacitação ocorreu no mês de junho e, no segundo momento, em novembro de 2012 (Figura 31 e 32).



**Figura 31 -Formação realizada pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (junho/2012)**

Fonte: Próprio autor



**Figura 32 -Formação realizada pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (novembro 2012)**

Fonte: Próprio autor



Outra ação bem sucedida foi a parceria firmada entre a SENAES, por intermédio do Edital 004 publicado em julho de 2011. O município foi contemplado pelo projeto designado “A Valorização do Trabalho dos Catadores e Catadoras do Município de Rio Claro/SP”. O referido projeto tem por objetivo promover ações para elaborar, implementar, monitorar e avaliar as políticas municipais de resíduos sólidos através da formação e fomento de empreendimentos econômicos solidários. Parte dos recursos serão destinados à compra de uma esteira mecânica e triciclos para a realização da coleta nos bairros, por exemplo, no Centro, ainda não atendidos pela cooperativa por falta de um veículo de pequeno porte para que os trabalhadores possam executar a coleta seletiva. A Metodologia do projeto está descrita abaixo:

Através de uma ação conjunta entre a Secretaria de Ação Social, SEPLADEMA e Conselho Tutelar, os catadores e catadoras atuantes no aterro público municipal serão sensibilizados para possibilidades de constituição de empreendimentos econômicos solidários na cadeia produtiva de resíduos sólidos. Serão incluídos no Cadastro Único, sendo referenciadas nos CRAS para acompanhamento da situação de vulnerabilidade e inclusão nos programas sócio-assistenciais disponíveis no município. O monitoramento do aterro está previsto durante todo o período de execução da proposta. A ampliação da coleta dos resíduos sólidos residenciais é o

foco central no início das atividades, possibilitando o aumento do volume coletado e a consequente redução do volume encaminhado para o aterro. A capacitação se dará inicialmente com famílias identificadas no aterro, incentivando a adesão ou formação de empreendimentos econômicos solidários através do consumo consciente, comércio justo e finanças solidárias. Será formada uma equipe de assessoria técnica e pedagógica, composta por representantes de entidades de fomento, assistentes sociais, educadores, juristas e contabilistas para o desenvolvimento das oficinas, cursos de formação e capacitação, assessoramento e fomento dos EES e equipe de Agentes de Desenvolvimento e Economia Solidária. Os agentes serão designados nos territórios de atuação, recebendo formação e capacitação pela equipe de assessoria técnica e pedagógica através do Programa Municipal de Economia Solidária para a atuação nos territórios. Terão a incumbência de identificar, sensibilizar, monitorar e fortalecer a coleta seletiva de resíduos sólidos em seus territórios de atuação. A cooperativa existente – COOPERVIVA – receberá suporte para suas ações no sentido de aprimoramento da coleta, separação, distribuição e comercialização. Serão instalados nos equipamentos públicos dos territórios coletores para triagem inicial dos resíduos. Uma campanha publicitária focada nas residências para a ampliação da coleta de resíduos sólidos recicláveis será iniciada nos bairros abrangidos pela COOPERVIVA, tendo como articulador o Agente de Desenvolvimento e Economia Solidária. Serão identificados os locais particulares de compra de materiais recicláveis no município, buscando a identificação dos catadores autônomos. Como primeira ação, esses catadores serão inscritos no Cadastro Único, possibilitando o acesso aos programas governamentais. Sendo a instância municipal de pactuação o Fórum Mensal de Economia Solidária, os Agentes terão a incumbência de sensibilizar esses catadores desarticulados para a participação nos eventos promovidos pelo Programa Municipal de Economia Solidária. Através dos cursos de formação e oficinas, os catadores serão estimulados a se organizarem nos moldes dos EES, cabendo a Equipe de Assessoria Técnica e Pedagógica a capacitação e incubação dos EES, juntamente com as instituições de fomento e setores diretamente envolvidos do poder público. Os cursos de capacitação serão oferecidos em módulos semanais, com duas horas de duração, em turmas de 30 participantes, realizados na Sede do Programa de Economia Solidária e espaços disponibilizados pelas instituições de fomento, conforme demandas identificadas. Tanto o fortalecimento da cooperativa constituída como a formação de novos empreendimentos serão oferecidas como alternativas para a adesão dos catadores e catadoras identificados nos modelos de Economia Solidária. A equipe de Assessoria Técnica para a incubação desses empreendimentos atuará na quebra dos atravessadores, estabelecendo redes de cooperação entre fornecedores e compradores, auxiliando os cooperados no acesso aos programas, benefícios e ações governamentais e formalização dos EES. A Equipe de Assessoria Pedagógica subsidiará os catadores nas perspectivas associativistas e cooperativistas. O acompanhamento familiar das famílias dos empreendimentos incubados será monitorado pelas Assistentes Sociais e Agentes de Desenvolvimento Solidário nos territórios de referência, avaliando a modificação das condições de vulnerabilidade. Os gestores públicos serão mobilizados e capacitados para a elaboração e implantação do Programa Municipal de Resíduos Sólidos e sobre as possíveis articulações entre os diversos setores para a inclusão socioeconômica dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos (SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, 2012 p.8)

Tendo em vista as ações executadas junto ao coletivo, somando-se aos projetos aprovados com intuito de melhorar o trabalho desenvolvido por esses catadores, uma nova área está sendo destinada à cooperativa. O objetivo é viabilizar a coleta e incluir mais catadores que não estão inseridos de acordo com a PNRS. Essa nova área possibilitará a ampliação da coleta seletiva no município, agregando mais resíduos recicláveis à cooperativa e um aumento considerável na retirada desses catadores.

Essa negociação tem sido possível graças ao diálogo criado junto ao poder público, à pesquisa realizada e aos catadores pertencentes à cooperativa de catadores. Uma reunião realizada no mês de junho/2012 na cooperativa, com a presença do Prefeito do município, Secretaria de Ação Social, Diretora da Prevenção Básica (Secretaria de Ação Social) e Diretora do Departamento de Resíduos Sólidos (SEPLADEMA), firmou a doação do novo espaço ao coletivo (Figuras 33 e 34).



**Figura 33 -Reunião dos catadores com representantes do poder público e o prefeito do município**  
Fonte: Próprio autor



— Área atual de 3.925,06 m<sup>2</sup>

— Área em futura expansão de 3.261,20 m<sup>2</sup>

Área Total: 7.186,26 m<sup>2</sup>

**Figura 34 -Área atual e nova área doada à cooperativa**

Fonte: Adaptado de Google Map, 2012

Outra parceria celebrada no decorrer da pesquisa foi entre o Instituto Consulado da Mulher, que tem por missão “Assessorar empreendimentos populares protagonizados por mulheres, com aporte de conhecimentos e recursos que viabilizem geração de renda e qualidade de vida” (CONSULADO DA MULHER, 2012).

Essa ação resultou na doação de eletrodomésticos, utensílios para a cozinha, higiene e limpeza, com objetivo de melhorar a qualidade dos catadores no ambiente de trabalho, proporcionando assim um ambiente mais agradável para o trabalho (Figura 35).



**Figura 35 - Utensílios para cozinha, higiene e limpeza doados pelo Instituto Consulado da Mulher**  
Fonte: Próprio autor

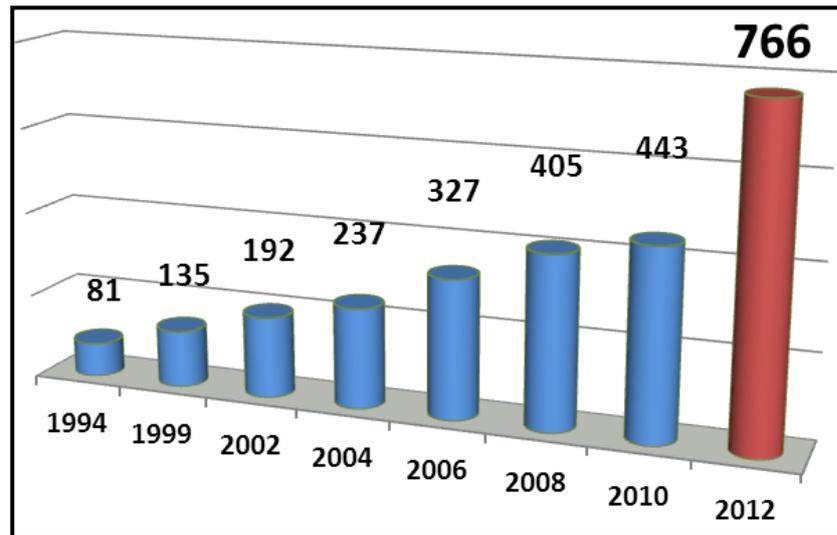
As ações executadas estão sintetizadas no Quadro 10.

<b>Instituição</b>	<b>Resultado da parceria</b>
CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- capacitação</li> <li>- EPIs</li> <li>- uniformes</li> <li>- desfragmentador de papel</li> <li>- carrinho motorizado</li> <li>- paleteira hidráulica</li> <li>- balança digital</li> </ul>
Tetra Pak	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 prensa hidráulica</li> <li>- 1 paleteira</li> <li>- 1000 telhas confeccionadas com embalagem Tetra Pak</li> <li>- 20.000 panfletos educativos</li> </ul>
Instituto Consulado da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 fogão</li> <li>- 1 bebedouro</li> <li>- utensílios para cozinha, higiene e limpeza</li> </ul>

**Quadro 10 - Doações realizadas à COOPERVIVA resultante dos projetos e convênios celebrados ao empreendimento no decorrer da pesquisa**

## 5.8 Reflexão das ações executadas junto à cooperativa

A estruturação de programas relacionados a coleta seletiva no Brasil tem crescido, sendo estimuladas pelas prefeituras ou outras instituições (ONGs, igrejas, universidades etc.). De acordo com dados apresentados pelo CEMPRE, em sua última pesquisa realizada em 2012, cerca de 766 municípios possuem programa de coleta seletiva, dentre eles cerca de 65% são realizados por catadores organizados, ou seja, aproximadamente 498 são realizados por cooperativas ou associações de catadores (Figura 36).



**Figura 36 – Representação gráfica dos municípios com coleta seletiva no Brasil**  
 Fonte: CEMPRE/Ciclosoft/ Pesquisa sobre Coleta Seletiva/2012

A ascensão desses grupos organizados tem contado com apoio e fomento de instituições públicas e privadas, graças ao esforço e dedicação dos catadores que, há décadas vem somando esforços e travando lutas em defesa da classe constituinte por esses trabalhadores. A criação do MNCR foi um marco de grande importância para esses trabalhadores, que culminou na pressão para aprovação da PNRS, descrita no trabalho.

No entanto, apesar do crescimento significativo desses empreendimentos, alguns problemas relacionados à organização e decisões internas são fragilizados, necessitando de intervenções “externas” para auxílio na gestão do negócio e remediação de conflitos internos entre os trabalhadores, dificultando o alavancar do coletivo a outro nível de autonomia nas decisões e encaminhamentos internos.

Uma das principais fragilidades encontradas na cooperativa estudada vincula-se à execução, distribuição e desenvolvimento das tarefas atribuídas aos catadores. No decorrer do trabalho verificou-se, no dia-a-dia do coletivo, a falta de comunicação interna, isso porque alguns trabalhadores não aceitam “ordens” de outros. Esse fato pode ser evidenciado mediante a falta de clareza da divisão de trabalho. A existência de grupos para diversas atribuições não é suficiente, pois não há comunicação com os demais grupos que realizam outra função, fragilizando o processo de horizontalidade de poder do grupo e do princípio que rege a cooperativa, onde cada trabalhador é dono do local onde trabalha.

A percepção da falta de organização e de amadurecimento político do grupo é visível, remetendo à necessidade de uma simples efetivação coletiva e organizada do trabalho, para uma construção de uma concepção ideológica e política diferenciada, uma concepção que vai

além de executar o trabalho, e, sim, uma construção política de base do grupo a curto, médio e longo prazo.

É visível, também, que mesmo dentro da cooperativa, o trabalho coletivo é incorporado apenas na execução e cumprimento de tarefas, desconectadas uma das outras, e não como uma responsabilidade de todos, em paralelo com um projeto de gestão coletiva. Essa fragilidade percorre todo o coletivo, inclusive os membros da diretoria, acarretando a não observância das regras estabelecidas na cooperativa.

Apesar das falas positivas, subsidiadas pelo espaço de inclusão e geração de trabalho e renda, apontadas no primeiro encontro realizado junto ao coletivo, a necessidade da solidificação e harmonia entre o grupo para um trabalho coletivo e recíproco é necessário, pois um trabalho individual nesse contexto fragiliza todo o processo da cooperativa que abrange desde a coleta até a comercialização de seu produto.

Outro ponto observado no coletivo é o domínio exercido pelos que detêm o meio de produção, no caso, os atravessadores que compram os materiais coletados, triados e prensados pelo catador; uma relação onde o catador produz para receber o seu salário, sob controle de outro, não pertencente ao seu meio, ou em situação igualitária a ele.

O resultado do trabalho desenvolvido pelo indivíduo é entregue a alguém controlador, prescrevendo uma ideologia omissa, presente na hegemonia do sistema que visa dominar e verticalizar o trabalho e os saberes, criando obstáculos de compreensão do mundo sob uma nova ótica e parâmetros, descritos, por exemplo, pela própria Economia Solidária. Marx (1988 p.119) descreve que:

[...] a interação do homem com ele mesmo só é real, objetiva, por meio da sua relação com os outros homens. Se ele se relaciona com o produto do trabalho, com o seu trabalho objetivado, como um objeto estranho, hostil, poderoso, independente, relaciona-se com ele de tal forma que outro homem estranho, inimigo, mais poderoso e independente, seja o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a própria atividade como uma atividade não-livre, então se relaciona assim como a atividade com o serviço, sob domínio, a repressão e o mando de outro homem.

O conceito da necessidade de haver um sujeito que controle as ações realizadas pelos demais não foi esquecido e abandonado. Mesmo nos indivíduos que possuem histórico de trabalho autônomo, a exemplo dos trabalhadores nos lixões e na catação individualizada, ainda existe essa essência de necessidade de um chefe ou patrão. O coletivo estudado apresenta essa situação, onde a atual presidente tem exercido seu papel desde a fundação da cooperativa, indo contra o que diz o Estatuto da cooperativa no Cap. V, Seção IV, Artigo 29º:

A COOPERVIVA, será administrada por uma Diretoria, composta por 4 (quatro) membros, todos associados, com os títulos de Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Operacional, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo obrigatória ao término de

cada período de mandato a renovação de no mínimo 1/3 dos seus componentes (COOPERVIVA, Cap. V, Seção IV, Art. 29).

O esclarecimento do Estatuto foi pautado em conversas realizadas junto ao coletivo no decorrer do trabalho, com objetivo de esclarecer a necessidade de troca e alternância de poder junto à cooperativa. A necessidade desse revezamento proporcionará a consolidação e o crescimento do coletivo, favorecendo o embasamento do sentimento de pertencimento no indivíduo ao grupo.

A imposição do controle, observada na cooperativa estudada, é praticada de maneira inconsciente, demonstrando que as percepções ideológicas do capitalismo são produzidas e reproduzidas sem a necessidade do sujeito ter sido empregado para enxergar que necessita de um comandante, o chefe ou patrão.

Gonçalves (2006, p.207) corrobora, afirmando que:

[...] a dominação da lógica estabelecida historicamente pelo capital que engendra e fortalece o individualismo no interior da classe trabalhadora, estimulando a subserviência dos trabalhadores às regras do sistema do capital, que vêm acompanhadas de lógicas explicativas que levam os trabalhadores a práticas que os escravizam ainda mais.

Ikuta (2003) ressalta que a estrutura do capital cria e produz necessidades e relações sociais, isto é, a estrutura totalizante do capital produz não apenas mercadorias, mas, também, subjetividades, e esta ordenação da subjetividade do ser social se dá para a conservação e domínio do *status quo* do controle social atual.

A visão limitada na cooperativa é de que nenhum sujeito pertencente ao empreendimento pode ter voz ativa, tendo a visão apenas de um trabalhador inserido em uma determinada “empresa”, com verticalização de poder e não com horizontalidade e alternância de poder. Essa limitação da visão do trabalhador/patrão tem empobrecido a autogestão do coletivo, permanecendo um sentimento de falta de “comando” e com deficiências na gestão do empreendimento.

Essa realidade vivida na cooperativa demonstra o enfraquecimento do trabalho coletivo e do diálogo recíproco, embasado nos princípios da autogestão e democracia, descrevendo um ambiente com dificuldades de atender as necessidades ideológicas e políticas do sujeito inserido no coletivo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, onde a fragilidade é uma marca do grupo, no qual as contradições se apresentam de inúmeras maneiras, acredita-se que, por meio das ações e investimentos externos realizados na COOPERVIVA, esses trabalhadores, vítimas de uma sociedade excludente, desigual e geradora de desperdício, podem, e possuem todas as condições cabíveis, de serem sujeitos transformadores do seu local de trabalho e de seu entorno. A necessidade de se unirem, buscando e agregando demais sujeitos envolvidos em alternativas anticapital possibilitará a expansão do indivíduo e do coletivo ao qual pertence.

O investimento e apoio do poder público local tem sido de extrema necessidade para que a COOPERVIVA continue a desenvolver seu trabalho de coleta, triagem e comercialização dos resíduos recicláveis. É sabido que sem o apoio financeiro (barracão, caminhão, energia elétrica e água) às cooperativas/associações de catadores, o trabalho torna-se exaustivo e sem resultados, tendo em vista que o capital proveniente da venda de seus produtos tem por objetivo o sustento dos trabalhadores, impossibilitando o investimento na infraestrutura do coletivo.

Os investimentos realizados na COOPERVIVA, através de instituições privadas, entidades de fomento e do Governo Federal, propiciaram a melhora no processo de trabalho e valorização dos materiais coletados e triados pela cooperativa. A aproximação da COOPERVIVA junto a essas entidades só foi possível graças a pesquisa realizada e aproximação do Poder Público, bem como da parceria firmada entre a Secretaria de Ação Social, SEPLADEMA e Departamento de Geografia LAET/ IGCE - UNESP.

As relações individualistas na COOPERVIVA se mostraram evidentes, tornando-se necessário fomentar o diálogo entre os trabalhadores pertencentes ao grupo por meio dos encontros realizados. Nos encontros, buscou-se desenvolver dinâmicas de valorização do ser humano, tendo em vista a necessidade de melhora da autoestima do indivíduo pertencente à COOPERVIVA.

A aplicação da matriz Swot demonstrou que a administração da COOPERVIVA, tendo como referência o estatuto que rege a cooperativa, não está sendo devidamente cumprido. Existe a necessidade de rodízio do poder na cooperativa, o qual deve ser levado em consideração para que a visão do cooperativismo e da horizontalidade do processo seja entendida por todos os trabalhadores.

Outro ponto analisado pela Matriz Swot foi a falta de gestão interna na cooperativa, divergindo com o ponto positivo representado pelo amplo espaço físico do coletivo; consequentemente, essa deficiência implica em prejuízo à ampliação da coleta nos bairros.

A aplicação da Ferramenta de Indicadores utilizada nas Cooperativas/Associações de catadores identificou a falta de formalização das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, provocando o enfraquecimento e oscilação do trabalho desenvolvido pela COOPERVIVA no município, favorecendo a vontade política partidária no contexto de trabalho, o qual deve ser programa concreto, com bases sólidas permanentes e em constante evolução, não se confundindo com mero assistencialismo vinculado a governos e política partidária.

Outro fator a ser observado é a concretização da rede iniciada por meio do Fórum de catadores, uma estratégia de enfrentamento à oscilação do mercado para que a COOPERVIVA possa comercializar seus produtos em conjunto com outras cooperativas/associações de catadores e, assim, melhorar a retirada de cada catador. O objetivo da rede também é de fortalecer a cadeia de resíduos constituída por esses catadores, a fim de dinamizar e enraizar os conceitos de autogestão, e busca de melhoria junto ao governo municipal, estadual e federal, propiciando a valorização do trabalho e reconhecimento do trabalho desenvolvido por esses catadores.

A COOPERVIVA possui todos os mecanismos e meios de expansão do seu trabalho, cabe aos sujeitos pertencentes à cooperativa administrar todos os recursos conquistados, objetivando a expansão da coleta e inclusão de outros ao grupo. Mas esse crescimento está atrelado ao crescimento endogrupo, necessário para criar uma base sólida do pertencimento no coletivo e uma gestão humana eficaz, extraíndo a criatividade e percepção do sujeito pertencente à cooperativa, consequentemente, o crescimento humano do coletivo.

À medida que esses trabalhadores incorporarem a realidade de uma cooperativa, conduzindo-se pela autogestão, pela construção de saberes no coletivo e pelo diálogo construído em conjunto, não apenas de um indivíduo ou parte do grupo, o empreendimento se consolidará cada vez mais, tendo capacidade de se autogerir, com a mínima interferência externa, ampliando suas exigências para além do local de trabalho, executando com eficiência a coleta, possibilitando a valorização do trabalho exercido por eles mesmo, através da contratação e prestação de serviço ao Poder Público.

## 6.1 Recomendações

Fundamentado nas conclusões apresentadas, o Quadro 11 cumpre o papel de melhorar a visualização dos pontos negativos levantados, assim como as propostas de melhoria junto ao coletivo.

<b>Pontos negativos</b>	<b>Propostas de melhoria</b>
Relações individuais na COOPERVIVA	Propiciar espaços de formação e diálogo constante junto ao coletivo, proporcionar ambientes de discussão e troca de saberes semanalmente. De início, serão necessários indivíduos não pertencentes ao coletivo, mas que sejam bem recebidos pelo grupo, e gradualmente inserir a necessidade desse espaço no cotidiano do coletivo, de forma que esses encontros se tornem regulares no grupo e fomentados pelos próprios trabalhadores.
Ausência no rodízio de poder	Nivelar o entendimento do grupo do conceito da autogestão e dos princípios do cooperativismo, com objetivo de proporcionar o entendimento e a necessidade do rodízio de poder nos indivíduos pertencentes ao coletivo, propiciando o embasamento e crescimento do grupo.
Baixa autoestima	Fomentar um ambiente cultural, diversificado das atividades realizadas por cada trabalhador. Cabe ao poder público municipal e órgãos de fomento estimular e observar o talento individual de cada trabalhador.
Falta de gestão interna na cooperativa	Fomentar espaço de formação e busca de parceiros que possam auxiliar a cooperativa no arranjo interno, na gestão administrativa e na divisão eficiente do trabalho existente entre os cooperados.
Falta de formalização das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal	Propor junto ao coletivo uma equipe que fique responsável em articular e dialogar com o poder público as ações que possuem efeito direto na cooperativa, consolidar o diálogo com as secretarias responsáveis e parceiras da cooperativa, a formalização das ações já executadas e futuras.
Falta de planejamento para concretização da rede iniciada por meio do Fórum de Catadores	Designar pessoas específicas para consolidação das reuniões iniciadas com outras cooperativas, a fim de se criar uma agenda permanente para a realização dos fóruns e fortalecimento da rede.

**Quadro 11 - Propostas de melhoria no coletivo tendo por base a pesquisa realizada junto ao coletivo**

## 7 REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. (Re)conceituando Educação Ambiental. In MAGALHÃES, L. E. **A questão ambiental**. São Paulo: Terra Graph, 1994. p 6-12.

ADEODATO, M. T. P. C. **Análise das estratégias do projeto para incorporação de princípios e indicadores da sustentabilidade em políticas públicas no município de Jaboticabal – SP**. 2005. 261f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

AMORIM, C.; GIRARDI, G. **Jogo “sujo” só até 2014**. Revista Unesp Ciência, São Paulo, ano 2, n.18, p.20-26, abr. 2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1004:2004. **Resíduos sólidos**: Classificação. Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

ALBERTO, M. F. P; CIRINO, D. C. S; NUNES, B.O; LINS, M. H. S. F; SOARES, M.A; DANTAS, A. P. A; ALVES, I.S; DANTAS, N. M. R; ALVES, R.S; ALBERTO, M. L. Dinâmicas de grupo. Instrumentos no processo de formação de agentes sociais. In CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1, 2002, João Pessoa/PB. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu\\_anais/anais/trabalho/dinamicas.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/trabalho/dinamicas.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2013.

ARRUDA, M. **Educação para uma economia do amor**: Educação da práxis e economia solidária. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2009.

BAASCH, S. S. N. **Um sistema de suporte multicritério aplicado na gestão dos resíduos sólidos nos municípios catarinenses**. 1995. 289f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

BARREIROS, R. F.; PROTIL, R. M.; MOREIRA, V. R. **Caracterização da natureza do processo decisório em nível estratégico nas cooperativas agroindustriais do Estado do Paraná**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. p.3-22. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=235217197002>>. Acesso em: 23 de set. 2012.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, M. Prudência e utopismo: Ciência e educação para a sustentabilidade. In \_\_\_\_\_; (Org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 88-159.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. 2 ed. São Paulo: Ática, 1996

BORDA, O. F. **Causa popular. Ciência popular**. Uma metodologia do conhecimento científico através de ação. Bogotá: Publicação de la Rosca, 1972.

BOYER, R. **La théorie de la regulacion**: une analyse critique. Paris: Éditions La Découverte, 1986.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Cooperativista 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Dispõe sobre a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 4 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei 9.867**, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9867.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm)>. Acesso em: 4 mar.2012.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei 12.305/2010**, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 06 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Plano Brasil sem Miséria**. 2010a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/agosto/brasil-sem-miseria-no-sudeste-vai-priorizar-populacao-urbana>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) **Economia solidária**. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_default.asp](http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp)>. Acesso em: 18 mar. 2012

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei 12.690**, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm)>. Acesso em: 4 mar. 2012.

CASTELS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHIAVENATO, L. **Gestão de pessoas. O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, 457 p.

CHIAVENATO, I; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**: fundamentos e aplicações. 1.ed.13ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHRISTOFOLETTI, C.M.C. Economia solidária: Um setor em desenvolvimento. In PINTAUDI, S.M. (Org.). Município de Rio Claro (São Paulo – Brasil). Rio Claro: URBAL/Prefeitura de Rio Claro, 2002. p.115-126

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA – CIAM. **Carta de Atenas**. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Atenas\\_1933.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2012.

CONSULADO DA MULHER. **Ação Social da Marca Consul**. Disponível em: <http://consuladodamulher.org.br/>> Acesso em: 4 fev. 2013.

COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAL REAPROVEITÁVEL DE RIO CLARO (COOPERVIVA). **Estatuto da Cooperviva**. JUCESP, São Paulo, 2002.

CORRÊA, R.L.A.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Coletânea EDUERJ, Rio de Janeiro, 2004.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

CUNHA, G. C. **Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

DANTAS, R. **A dependência emocional ou a dependência ao outro**. Rede PSI, 2007.

Disponível em:

<<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=437>> Acesso em: 28 mar. 2011.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2009.

DIAS, G. F. **Educação ambiental, princípios e práticas**. 6ª. Ed. São Paulo: Gaia, 2000.

EIGENHEER, Emílio. **Coleta Seletiva de Lixo: experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: ISER, 1993. 132p.

EL ANDALOUSSI, k. **Pesquisas-ações: ciência, desenvolvimento, democracia**. Traduzido por Michel Thiollent. São Carlos: EDUFSCar, 2004. 192p.

FÉ, C. F. C. M.; FARIA, M.S. Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.F. (Org.). **Cooperativas de catadores: reflexões e práticas**. São Carlos: Clara Luz, v. 1, 2011. p.15-36.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **O que é economia solidária?** Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>> Acesso em: 9 fev. 2012

FRANCISCO, J. Dinâmica e Metamorfose do Espaço: expansão urbana e loteamentos. In: CARVALHO, P. F.; BRAGA, R. B. **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Laboratório de Planejamento Municipal – LPM/ Deplan/IGCE – UNESP. Rio Claro. 2001. p.15-25.

GAMBOA, S. A. S. **Análise epistemológica dos métodos na pesquisa educacional: um estudo sobre as dissertações de mestrado em educação da UnB (1976-1982)** 1982. 298f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 1982.

GARDNER, H. **Estruturas da mente: a teoria das múltiplas inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas: Enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, T.M.P. **O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis: Usos e contradições**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

HALL, B. L. Participatory research, popular knowledge and power e personal reflection. **Convergence**, Oxford, inserir v.14, n.3, p. 6-17, 1981.

HEIDEN. A. I. V. D. **Cooperativas de reciclagem de lixo e inclusão social: o caso do**

município de Itaúna, MG. 2007. 93f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis, Divinópolis, 2007.

HOFFMANN, H. **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo: Ática, 1977.

IKUTA, K. F. **A questão da moradia para além das quatro paredes**: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População**

**brasileira**. 2004. Disponível em: <

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>

> Acesso em: 10 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Geração de resíduos**. 2008. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1691&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1691&id_pagina=1)>. Acesso em: 23 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Atlas Saneamento 2011**. 2011. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1998&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1998&id_pagina=1)>. Acesso em: 13 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de emprego**. 2011. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/)>. Acesso em: 23 fev. 2012.

IHERING, R. V. **A luta pelo direito**. 23.ed. São Paulo: Forense, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (CEMPRE). **Manual de gerenciamento integrado**. 2. ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Curso de Capacitação em Produtividade Para Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis**. Projeto de apoio às cooperativas de catadores “Cooperviva em Ação”. Companhia de Criação, Integration, Tetra Pak, CEMPRE, 2011 (Recebido por e-mail em julho de 2011).

\_\_\_\_\_. **Panorama da coleta seletiva e reciclagem no Brasil**. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2012 (Recebido por e-mail em novembro de 2012).

GILLINGAN, C. **In a different voice**: psychological theory and women's development. Cambridge: Harvard University Press, 1936. p. 24-39, 1936

LEFÉBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, V.S. **Economia Solidária e a Conscientização Ambiental**: o exemplo da cooperativa de catadores de material reaproveitável de Rio Claro – SP. 2010. 52 f. Relatório (Especialização em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

MARTINS, L. **Marketing**: Como se tornar um profissional de sucesso. São Paulo: Digerati Books, 2006.

- MARX, K. **O capital**: crítica a economia política. São Paulo: Cultura Nova, 1988.
- MIRANDA, K. F. **Compreendendo a gestão de pessoas**. [2009] Disponível em: <<http://www.artigonal.com/recursos-humanos-artigos/compreendendo-a-gestao-de-pessoas-997929.html>>. Acesso em: 5 mar.2012.
- MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAL REAPROVEITÁVEL – MNCR. **Jornal de catador para catador**. Disponível em: <[http://www.mncr.org.br/box\\_4/publicacoes-on-line](http://www.mncr.org.br/box_4/publicacoes-on-line)> Acesso em: 16 out. 2011.
- MONTE-MÓR, R. L. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MORAIS, M. A **Análise S.W.O.T Aplicada Às Vendas Hoje**. [2008]. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/vendas-artigos/a-analise-swot-aplicada-as-vendas-hoje-352133.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do trabalho**: história e teoria geral do direito do trabalho. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- OLIVEIRA, R. D. ; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa. In BRANDÃO, C.R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.83-95.
- PADILHA, D. L. **Sociedades cooperativas**: organização, contabilidade e legislação. São Paulo: Atlas, 1966.
- PAPANI, P. C. **Gestão de pessoas em sistemas de tratamento de água**. 2009. 283f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- PARRA, H. Z. M. Sindicalismo e Cooperativismo. In: SOUZA, A.R; CUNHA, G.C; DAKUZAKU, R.Y. (Org.). **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003. v.1, p.73-98.
- PICHON-RIVIÈRE, E.; QUIROGA, A.P.; GANDOLFO, C.; LAZZARINI, M. Grupo operativo e modelo dramático. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICODRAMA, 4 e CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE PSICOTERAPIA DE GRUPO, 5, 1969, Buenos Aires. Anais... São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009. p.160-168. (O processo Grupal - Coleção textos de Psicologia).
- PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.
- RAMALHO, M. R. P. **Direito do Trabalho**. Parte I – Dogmática Geral. Coimbra: Almedina, 2005.
- RECH, D. **Cooperativas**: uma onda legal. Rio de Janeiro: Fase, 1991.
- REINFELD, N. V. **Sistemas de reciclagem comunitária**: Do projeto à administração. Tradução de José Carlos B. dos Santos. São Paulo: Makron Books, 1994. 285 p.
- REZENDE, D. A. **Planejamento Estratégico para Organizações públicas e privadas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.
- RIO CLARO. Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEPLADEMA). **Cooperativas de catadores de materiais recicláveis e a experiência de Rio**

**Claro pela Cooperviva.** Rio Claro: Prefeitura Municipal, SEPLADEMA, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Poder Executivo. **Decreto Municipal nº 7225**, de 29 de novembro de 2004. Dispõe sobre cessão provisória de terreno à COOPERVIVA.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Ação Social. **O histórico da Cooperviva.** Rio Claro, SP: Prefeitura Municipal, Secretaria de Ação Social, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEPLADEMA). **Quantificação e caracterização dos materiais da Cooperviva.** Rio Claro: Prefeitura Municipal, SEPLADEMA, 2007.

\_\_\_\_\_. Poder Executivo. **Lei 4038/2010**, de 08 de março de 2010. Dispõe sobre a política Municipal de Economia Solidária.

RODRIGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: O caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. S. et al. (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Inserir p 26-80.

ROCHA, M. C. **Alguns desafios para a transformação social.** [2010]. Universidade de São Paulo/Núcleo de Economia Solidária – USP/NESOL. Disponível em: <<http://cirandas.net/mairarochoa/alguns-desafios-para-a-transformacao-social-maira-rocha.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

ROMITA, A. S. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho.** São Paulo: LTR, 2005.

RUFINO, S. **O processo produtivo autogestionário: a experiência da cooperativa do Sabor.** In: SOUZA, A.R. **Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003. P. 255-270

SANTOS, B. S. **O que é economia solidária?** Entrevista realizada no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2010.

SANTOS, P. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas.** São Paulo: Atlas, 2008.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Resíduos sólidos.** Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, São Paulo, Cadernos de Educação ambiental, 6, SMA, 2010.

SERVIÇO DE APOIO MICRO PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/economia-solidaria>> Acesso em: 2 fev. 2011.

SILVA, R. M. A. **A trajetória recente da construção de políticas públicas de economia solidária no Brasil.** Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAEMTE. Relatório apresentado ao CFES – Curso de Formação em Economia Solidária, 2010. p.7-23.

SILVA, L. L. **Análise SWOT.** Disponível em: <<http://agenda-digital.blogspot.com/2009/07/matriz-de-analise-deswot.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SILVA, E. R.; YAMAMURA, F. Y.; AGUIAR, L. V.; MONTENEGRO, M.; ALUÍSIO, U. Avaliação das condições ambientais de trabalho de uma cooperativa de catadores no Rio de Janeiro. In CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 5, 2009, Niterói/RJ. **Anais...** Niterói: ISSN 1984-9354, 2009. p.1-21. Disponível em: < [http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8\\_0139\\_0545.pdf](http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8_0139_0545.pdf) > Acesso em: 16 out. 2012.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. (org). **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível**. Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

STUCHI, V. H. N. A valorização do trabalho humano como forma de realização do ideal de justiça social. **Scientia FAER**, Olímpia, Ano 2, v.2, p.130-140, jan.-jun. 2010.

SUCOMINI, N, M. **Coleta seletiva em Rio Claro: Inventário e eficiência da coleta dos resíduos sólidos domiciliares**. 2006. 55f. Monografia (Graduação em Ecologia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

TAJFEL, H. **Grupos humanos y categorías sociales**. Barcelona: Herder, 1984.

TEIXEIRA, B. A. N. (Coord). **Projeto de pesquisa políticas públicas FAPESP**. Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas urbanas em pequenos e médios municípios. São Carlos: PPGEU/DECIV – UFSCar, 1998.

TEIXEIRA, F. A cooperação para a catação de resíduos em Montevidéu: algumas perspectivas sobre os novos modos. In ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.F. (Org.). **Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais**. São Carlos: Claraluz, 2011. p.64-78.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Assossidados, 1986.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: Fase, 2002.

YANAZE, M. H. **Gestão de Marketing e Comunicação: avanços e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2007.

YOUNG, L. H. B. **Sociedades cooperativas** – resumo prático. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2006.

WILBER, K. **A visão integral**. Tradução Carmem Fisher. São Paulo: Cultrix, 2007.

ZANETI, I. C.B.B. **As Sobras da Modernidade: O sistema de gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre**. Porto Alegre: Corag, 2006.